

ÍNDICE

	Pág.
<i>Relatório da Administração</i>	
<i>Mensagem da Diretoria</i>	1
<i>Perfil da Empresa</i>	1
<i>Relacionamento com Acionistas</i>	2
<i>Composição Acionária</i>	2
<i>Governança Corporativa</i>	3
<i>Mercado de Energia</i>	4
<i>Comercialização de Energia</i>	5
<i>Novos Negócios</i>	5
<i>Desempenho Operacional</i>	6
<i>Investimentos</i>	8
<i>Desempenho Econômico-Financeiro</i>	10
<i>Balanço Patrimonial Regulatório e Conciliação para fins societários</i>	15
<i>Participações Societárias</i>	21
<i>Relacionamento com Auditores Independentes</i>	23
<i>Programa de Pesquisa & Desenvolvimento</i>	23
<i>Fornecedores</i>	25
<i>Relacionamento com as Comunidades</i>	26
<i>Responsabilidade Ambiental</i>	27
<i>Cultura</i>	29
<i>Prêmios e Reconhecimentos</i>	29
<i>Informações de Natureza Social e Ambiental</i>	30
<i>Demonstrações Contábeis</i>	
<i>Balanço Patrimonial</i>	
<i>Ativo</i>	33
<i>Passivo</i>	34
<i>Demonstração do Resultado</i>	35
<i>Demonstração do Resultado Abrangente</i>	36
<i>Demonstração das Mutações do Patrimônio</i>	37
<i>Demonstração do Fluxo de</i>	38
<i>Demonstração do Valor</i>	39
<i>Notas Explicativas às Demonstrações</i>	40
<i>Composição da Diretoria e dos Conselhos de Administração e Fiscal</i>	133
<i>Parecer dos Auditores Independentes</i>	134
<i>Parecer do Conselho Fiscal</i>	136

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf tem a satisfação de apresentar o seu Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis relativos ao exercício de 2010, acompanhados dos pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal.

Ao longo de seus 63 anos, a Chesf manteve uma trajetória de consistente evolução, marcada tanto pelo seu forte desempenho operacional como pelo seu resultado econômico-financeiro.

O ano de 2010 registrou a obtenção do expressivo lucro líquido de R\$ 2.177,2 milhões, melhor resultado na história da Companhia.

A Chesf buscou uma expansão equilibrada na sua estrutura de negócios, com foco na sustentabilidade empresarial. No segmento de transmissão, a Empresa arrematou com 100% de capital próprio seis lotes de leilões promovidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, obtendo a concessão para a implantação de novas subestações e de novas linhas de transmissão.

No segmento de geração, participou do consórcio vitorioso no leilão de outorga da concessão da UHE Belo Monte, no Rio Xingu/PA, com uma potência de 11.233 MW, que resultou na formação da Sociedade de Propósito Específico Norte Energia S.A., na qual a Companhia tem participação de 15%.

Na área de fontes alternativas de energia, a Chesf obteve autorização, por meio de leilão, para implantação do parque eólico Casa Nova, no município de Casa Nova/BA, com uma potência de 180 MW, de propriedade integral da Chesf, e também para os parques eólicos Pedra Branca, Sete Gameleiras e São Pedro do Lago, no município de Sento Sé/BA, totalizando 86,4 MW, em parceria com o Grupo Brennand Energia, tendo a Chesf uma participação de 49% em cada empreendimento, marcando o início do investimento comercial da Companhia nesse segmento.

Considerando que as melhorias operacionais nos sistemas de geração e de transmissão são determinantes para que a Chesf mantenha níveis de continuidade e disponibilidade satisfatórios ao atendimento das demandas, foi realizada modernização no parque de geração de várias usinas tendo também, na área de transmissão, sido efetuada expansão de 395 MVA na capacidade de transformação e de 135 km de linhas de transmissão.

Na área de comercialização de energia, vale ressaltar o significativo aumento de 11,5% em relação ao montante comercializado no ano de 2009.

No campo da gestão empresarial, destaca-se a aprovação do Planejamento Empresarial para o período de 2010 a 2015. A meta global deste Planejamento está definida como oferecer soluções e serviços para o mercado de energia elétrica, de forma rentável e sustentável, com reconhecimento dos acionistas, da sociedade e dos seus empregados.

A Chesf atua norteada pelos princípios de eficiência empresarial, rentabilidade e responsabilidade socioambiental, comprometendo-se com a preservação dos recursos ambientais e com a redução das desigualdades sociais e regionais. Em 2010, a Companhia continuou realizando investimentos na área social e na área ambiental.

O Conselho de Administração da Chesf e a Diretoria manifestam a sua irrestrita confiança na competência do seu corpo funcional e acreditam que as ações realizadas nos últimos anos serão a base para a manutenção do crescimento sólido e sustentável da Companhia. Em paralelo, acreditam firmemente que a Empresa manterá a sua busca por níveis cada vez maiores de governança corporativa, tendo por base o compromisso com a sustentabilidade e com a ética, garantindo assim a evolução dos padrões de atendimento à sociedade.

PERFIL DA EMPRESA

A Chesf, concessionária de serviço público de energia elétrica controlada pela Eletrobras, é uma sociedade de economia mista de capital aberto, criada pelo Decreto-Lei nº 8.031, de 03 de outubro de 1945, e constituída na 1^a Assembleia Geral de Acionistas, realizada em 15 de março de 1948, tendo por finalidade gerar, transmitir e comercializar energia elétrica.

O seu sistema de geração é hidrotérmico, com predominância de usinas hidrelétricas, responsáveis por percentual próximo a 97% da produção total. Atualmente, seu parque gerador possui 10.615 MW de potência instalada, sendo composto por 14 usinas hidrelétricas, supridas por nove reservatórios com capacidade de armazenamento máximo de 52 bilhões de metros cúbicos de água e uma usina térmica bicompostível com 346,8 MW de potência instalada, relacionadas a seguir:

Usinas	Rio	Capacidade Instalada (MW)
HIDRELÉTRICAS:	-	10.268,328
Sobradinho	São Francisco	1.050,300
Luiz Gonzaga (Itaparica)	São Francisco	1.479,600
Apolônio Sales (Moxotó)	São Francisco	400.000
Paulo Afonso I	São Francisco	180.001
Paulo Afonso II	São Francisco	443.000
Paulo Afonso III	São Francisco	794.200
Paulo Afonso IV	São Francisco	2.462.400
Piloto	São Francisco	2.000
Xingó	São Francisco	3.162.000
Funil	de Contas	30.000
Pedra	de Contas	20.007
Boa Esperança	Parnaíba	237.300
Curemas	Piancó	3.520
Araras	Acaraú	4.000
TERMELÉTRICA:		346,803
Camaçari	-	346,803
TOTAL		10.615,131

Ressalte-se ainda que, por meio de participações em Sociedades de Propósito Específicos em empreendimentos de geração, a Chesf tem 2.451,2 MW a instalar, equivalentes à participação da Companhia nessas sociedades.

O sistema de transmissão da Chesf é composto por 18.723 km de linhas de transmissão em operação, sendo 5.122 km de circuitos de transmissão em 500 kV, 12.792 km de circuitos de transmissão em 230 kV, 809 km de circuitos de transmissão em tensões inferiores; 99 subestações com tensões superiores a 69 kV, e 762 transformadores efetivamente em operação em todos os níveis de tensão, totalizando uma capacidade de transformação de 44.181 MVA, além de 5.683 km de cabos de fibra óptica.

RELACIONAMENTO COM ACIONISTAS

A Chesf, como empresa de capital aberto, está sujeita às regras da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

A política de relacionamento da Companhia é pautada pela divulgação de informações com transparência, caracterizada pelo respeito aos princípios legais e éticos, alinhados às normas a que está submetida como concessionária de serviço público.

A Companhia possui um canal de divulgação de informações em seu portal corporativo na Internet, www.chesf.gov.br, link “Relações com Investidores”. A comunicação com seus acionistas é feita via atendimento telefônico, correio padrão, presencial e endereçamento eletrônico.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O Capital Social da Companhia, no montante de R\$ 7.720,8 milhões, é representado por 51.564.834 ações nominativas, divididas em 50.094.606 ações ordinárias e 1.470.228 ações preferenciais, todas sem valor nominal. Deste total, 99,5544% pertencem à Eletrobras, 0,3759% ao Ministério da Fazenda, 0,0167% à Light, e 0,0530% a outros acionistas.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Administração

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria. A Diretoria é constituída por um Diretor-presidente, escolhido dentre os membros do Conselho de Administração e até cinco Diretores, brasileiros, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de três anos e com o exercício de suas funções em regime de tempo integral.

O Conselho de Administração é formado por um Presidente mais cinco Conselheiros, todos acionistas, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de três anos, podendo ser reeleitos. Um dos membros do Conselho de Administração é indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.

O Conselho Fiscal é permanente, composto por três membros efetivos e três suplentes, com mandato de um ano, brasileiros, eleitos pela Assembleia Geral. Dentre os membros do Conselho Fiscal, um membro efetivo e respectivo suplente são representantes do Tesouro Nacional.

Gestão da Ética

Em 2010, a Chesf adotou um novo Código de Ética, único para todas as empresas do Sistema Eletrobras. Neste código, estão explicitados os princípios éticos, valores e compromissos de conduta que norteiam a Companhia nas interações com os diferentes públicos, bem como a conduta dos seus empregados e de todo o público interno. A sua utilização contribui para reduzir as ambiguidades e interpretações pessoais em torno de princípios morais e éticos e sobre condutas profissionais valorizadas e indicadas pela Chesf e para aprimorar práticas que assegurem os direitos individuais e coletivos e que preservem os interesses da Companhia. O Código está também disponível em linguagem *Braille*.

A Comissão de Ética da Companhia, responsável pela gestão do Código, atua regularmente tendo em vista disseminar para todo o público interno os princípios éticos, valores e compromissos de conduta expressos no Código, bem como monitora o seu cumprimento, avalia denúncias de infração e atua para a eliminação de eventuais desvios.

Ouvidoria

A Ouvidoria da Chesf é um canal direto de diálogo entre a Companhia e os seus públicos de interesse, funcionando como porta de entrada para solicitações, sugestões, reclamações, elogios e denúncias. Atua no tratamento das manifestações recebidas, na busca por atender às demandas com agilidade e objetividade, e por tornar a Chesf mais transparente, em conformidade com as boas práticas de Governança Corporativa.

Em 2010, recebeu um total de 1.638 manifestações, o que representa uma média mensal de 137 demandas e um aumento de 58% em relação às demandas de 2009, seu primeiro ano de funcionamento. A grande maioria das demandas (91%) é oriunda do público externo. Essa configuração é influenciada pelo significativo número de manifestações relativas ao Concurso Público de 2007 que, em 2010, representaram 53% do total.

O prazo médio de resposta, em 2010, foi de sete dias, tendo a Ouvidoria respondido diretamente 70% das manifestações.

Auditória Interna

A Auditoria Interna, subordinada ao Conselho de Administração, planeja e executa as ações do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINT, com avaliações independentes, imparciais e tempestivas sobre a efetividade e a adequação dos controles internos e o cumprimento das normas, regulamentos e da legislação associados às suas operações. A proposta do Planejamento da Auditoria Interna consubstanciada no PAINT é submetida à aprovação da Controladoria Geral da União – CGU.

Sustentabilidade Empresarial

A Chesf acredita que a garantia do seu futuro somente se dará por meio de uma gestão que consolide a robustez econômico-financeira com a responsabilidade social e o compromisso com o meio ambiente.

Neste sentido, em 2010 a Companhia participou da construção e formalizou a aprovação interna da Política de Sustentabilidade das Empresas do Sistema Eletrobras. Este documento expressa que a sustentabilidade empresarial significa fazer negócios promovendo a inclusão social (com respeito à diversidade cultural e aos interesses de todos os públicos envolvidos no negócio direta ou indiretamente), reduzindo – ou otimizando – o uso de recursos naturais e o impacto sobre o meio ambiente, preservando a integridade do planeta para as futuras gerações, sem desprezar a rentabilidade econômico-financeira do negócio.

Dentre as ações executadas, ressalta-se a emissão do primeiro Relatório de Sustentabilidade no modelo do *Global Reporting Initiative (GRI)*, considerado o padrão mundial neste tipo de relato, além de adesão aos Princípios de Empoderamento da Mulher da Unifem/Pacto Global, ao Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, instituído pelo Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, pelo Instituto Observatório Social, pela ONG Repórter Brasil e pela Organização Internacional do Trabalho.

Ainda no ano de 2010, foi instituído o Comitê de Sustentabilidade Empresarial, que tem como objetivo principal a formulação de propostas de políticas e diretrizes relacionadas ao tema, além da proposição e acompanhamento de planos de ações para a melhoria das práticas de sustentabilidade.

Gestão de Riscos Corporativos

A Companhia possui um Comitê de Riscos, constituído por representantes de todas as Diretorias, responsável pela definição e aprovação das políticas globais para a gestão de riscos corporativos.

A função de Gestão de Riscos Corporativos tem por objetivo identificar, avaliar e reportar os riscos inerentes aos processos do negócio. Em 2010, foram iniciadas as primeiras ações voltadas à gestão de riscos, com atividades de treinamento, entrevistas com os principais gestores, definição da matriz de risco da Chesf e seleção de quatro riscos corporativos para um projeto piloto, ainda em fase de execução. Em 2011, será dada continuidade à priorização dos riscos específicos de geração, transmissão e demais áreas de negócio da Companhia.

Gestão de Controles Internos

A função de Controle Interno tem por objetivo, garantir a eficiência e confiabilidade dos processos, assegurando, de maneira corporativa e tempestiva, que as diversas unidades da organização estejam respeitando e cumprindo as regras e normas aplicáveis ao negócio. No ano de 2010, foram realizadas ações junto às diversas áreas responsáveis, com vistas à eliminação de pendências de forma a garantir a conformidade da Eletrobras à Lei Sarbanes-Oxley, necessária para a manutenção do seu registro de *American Depository Receipts (ADR)* nível II junto à *Securities and Exchange Commission (SEC)*, órgão regulador do mercado de ações dos Estados Unidos da América.

Planejamento Empresarial

No ano de 2010, foi instituído o Comitê de Planejamento Empresarial composto por representantes de todas as Diretorias, que tem como objetivo principal a formulação, difusão e gestão do Planejamento Empresarial.

Com o suporte desse Comitê, foi executado um processo de planejamento para o período 2010-2015, buscando não apenas apontar o melhor futuro a ser empreendido, mas, também, investir na implementação de um novo e completo processo de gestão continuada, de forma a intensificar a integração de todos os seus segmentos organizacionais.

Adicionalmente, foi elaborado e institucionalizado por meio dos instrumentos normativos da Companhia, o Processo de Gestão Empresarial, cobrindo todo o ciclo PDCA da gestão – planejamento, execução, controle e realimentação.

MERCADO DE ENERGIA

As projeções de mercado divulgadas pela Empresa de Pesquisa Energética – EPE, para o período 2010 a 2019, apresentam crescimento no consumo nacional de energia elétrica, nas Regiões atendidas pelo

Sistema Interligado Nacional – SIN, da ordem de 5,0% ao ano. Este desempenho está sustentado pela expansão das classes comercial (6,2% ao ano), industrial (5,1% ao ano) e residencial (4,6% ao ano). A classe residencial perde participação no consumo total, passando de 25,4% em 2010 para 24,7% ao final do horizonte. Já a classe comercial ganha participação ao longo do período, saindo de 16,6% em 2010 para 18,7% em 2019.

No período decenal, o crescimento representa um incremento na carga de energia de 28.654 MW médios no final de 2019, evoluindo dos atuais 56.577 MW médios para 85.231 MW médios, considerando a interligação de sistemas isolados da região Norte. Dentre os subsistemas elétricos, o Norte apresenta o maior crescimento (8,2% ao ano), justificado pela interligação dos sistemas isolados Manaus/Macapá/margem esquerda do Amazonas, e instalação de grandes cargas industriais. O Nordeste terá uma expansão média de 5,4% ao ano, com crescimento superior ao previsto para o Brasil, passando de 6.737 MW médios para 10.566 MW médios em 2019, representando incremento de 3.829 MW médios até o final do último ano.

O consumo *per capita* brasileiro passará de 2.345 kWh/habitante em 2010 para 3.447 kWh/habitante em 2019.

COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA

A energia comercializada pela Chesf em 2010 atingiu o montante total de 51.748 GWh, distribuído entre 21 Estados do Brasil e o Distrito Federal. Desse montante, 43.492 GWh foram destinados ao Ambiente de Contratação Regulada – ACR, para atendimento às distribuidoras e aos consumidores cativos, que representam 84,05% do total comercializado, enquanto que 8.256 GWh foram destinados ao Ambiente de Contratação Livre – ACL, para atendimento aos comercializadores e aos consumidores livres, representando 15,95% desse total.

Em 2010, a venda de energia para as distribuidoras representou um percentual de 70,63% do total da energia comercializada pela Chesf. Dentro desse mercado, destacam-se as vendas efetuadas para aquelas localizadas nos seguintes Estados: São Paulo (21,67%), Rio de Janeiro (11,68%), Paraná (11,00%), Minas Gerais (7,36%), Bahia (7,03%) e Rio Grande do Sul (5,90%).

No Ambiente de Contratação Livre, o processo de negócio de venda de energia é realizado pela Companhia por meio de leilões. Para tanto, a Chesf conta com suporte de plataforma computacional.

No ano de 2010, a Chesf promoveu 10 leilões, que resultaram em 55 novos contratos com comercializadores e consumidores livres. Esses novos contratos no ambiente livre representaram 40,49% da energia contratada no exercício para esse ambiente.

A região Nordeste, onde está sediada a Companhia, foi responsável pela compra de uma fatia de 34,48% do que a Chesf comercializou no ano de 2010. Parte dessa energia foi destinada ao atendimento de 23 grandes consumidores industriais da região.

NOVOS NEGÓCIOS

A prospecção de novos negócios é parte da estratégia da Chesf de expandir seus sistemas de Geração e Transmissão. Durante o ano de 2010, a Companhia participou e obteve sucesso em diversos leilões de novos empreendimentos, promovidos pela Aneel, relacionados a seguir:

- Leilão de Transmissão 001/2010, obtendo a concessão do Lote G, para a implantação da nova SE Arapiraca III 230/69 kV - 100 MVA.
- Leilão de Transmissão 001/2010, obtendo a concessão do Lote H, para a implantação da nova SE Pólo 230/69 kV - 100 MVA.
- Leilão de Transmissão 005/2010, obtendo a concessão do Lote F, para a implantação da nova SE Camaçari IV 500/230/13,8 kV - 2.400 MVA.
- Leilão de Transmissão 006/2010, obtendo a concessão do Lote A, para a implantação das LT 230 kV Paraíso/Açu II C3 - 123 km, LT 230 kV Açu II/Mossoró II C2 - 69 km, LT 230 Extremoz/João Câmara - 82 km, e das novas SE Extremoz II 230 kV e SE João Câmara 230/69 kV - 360 MVA.

- Leilão de Transmissão 006/2010, obtendo a concessão do Lote B, para a implantação da linha de transmissão LT 230 kV Igaporã/Bom Jesus da Lapa - 115 km e da nova SE Igaporã 230/69 kV - 300 MVA.
- Leilão de Transmissão 006/2010, obtendo a concessão do Lote C, para a implantação da linha de transmissão LT 230 kV Sobral III/Acaraú II - 97 km e da nova SE Acaraú II 230/69 kV - 200 MVA.
- Leilão de Geração 06/2009, ocorrido no dia 20/04/2010, para outorga da concessão da UHE Belo Monte, no Rio Xingu/PA, com uma potência a instalar de 11.233 MW, a terceira maior hidrelétrica do mundo, atualmente. Esse certame deu origem à Sociedade de Propósito Específico (SPE) Norte Energia S.A., tendo a Chesf 15% de participação.
- Leilão 07/2010, ocorrido no dia 28/08/2010, específico para contratação de energia proveniente de Fontes Alternativas de Geração. No certame a Chesf habilitou-se a obter a outorga de autorização para implantar o parque eólico Casa Nova, no município de Casa Nova/BA, com uma potência a instalar de 180 MW, o maior do Brasil, de propriedade integral da Companhia.
- Leilão 07/2010, ocorrido no dia 28/08/2010, específico para contratação de energia proveniente de Fontes Alternativas de Geração. Habilitou-se a obter a outorga de autorização para implantação dos parques eólicos Pedra Branca, Sete Gameleiras e São Pedro do Lago, no município de Sento Sé/BA, cada um com potência a instalar de 28,8 MW. Os parques serão implantados em parceria com a Brennand Energia S.A. e a Brennand Energia Eólica S.A., tendo a Chesf 49% de participação em cada um.

DESEMPENHO OPERACIONAL

O sistema eletroenergético da Chesf integra o Sistema Interligado Nacional – SIN e realiza intercâmbio de energia com os sistemas Norte, Sul e Sudeste/Centro-Oeste.

Dada a localização de suas principais usinas na bacia do São Francisco, a geração de energia é influenciada pelos regimes hidrológicos das regiões Nordeste e Sudeste. Devido a essa localização e às afluências ocorridas no período úmido 2009/2010, o principal reservatório da região Nordeste, Sobradinho, atingiu, no mês de abril de 2010, o armazenamento de 77,6% e, em 31 de dezembro, alcançou 37,3% do seu volume útil.

A Companhia gerou 44.162 GWh, em 2010, contra 49.956 GWh, em 2009, representando uma redução de 11,6%. Esse resultado foi devido às condições energéticas do Sistema Interligado Nacional - SIN e ao intercâmbio de energia praticado com as outras regiões, em função da política de despacho centralizado exercida pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.

Foram mantidos os investimentos no aprimoramento dos instrumentos de planejamento de intervenções e implementação de novas técnicas e processos de manutenção em equipamentos, linhas de transmissão e dispositivos de proteção, controle e supervisão e na capacitação de recursos humanos.

Em 2010, foi dada continuidade à implantação de melhorias nos sistemas de transmissão e geração, com a substituição de equipamentos obsoletos e superados, digitalização de sistemas de proteção e instalação de novos dispositivos de supervisão e controle do sistema eletroenergético. A modernização de Centros de Operação prosseguiu, com a utilização de funções avançadas, tais como estimador de estado, configurador de redes, sistema de tratamento de alarmes, além de simulador para treinamento de operadores.

Reforçando a rede de telecomunicação da Chesf, foram agregados novos suportes e serviços ao sistema de transmissão óptico digital, destacando-se o atendimento à obra da subestação de Ibicoara, além das rotas via rádio digital das subestações Icó a Tauá e das subestações Sobradinho, Juazeiro II, Jaguarari e Senhor do Bonfim II. Foram também implementadas redes de cabeamento estruturado (redes locais – LANs) nas subestações Ibicoara, Brumado, Irecê, Bom Jesus da Lagoa e Barreiras, além de ampliações em Jaguarari e Senhor do Bonfim II.

Indicadores de Desempenho

Os resultados dos indicadores de Frequência Equivalente de Interrupção – FREQ, de Duração Equivalente de Interrupção – DREQ e de Energia Interrompida – ENES de 2010 foram melhores que os do ano anterior. A redução da incidência de eventos, bem como dos casos com demanda interrompida acima de 50 MW, contribuiu para a melhoria desses indicadores.

Os indicadores de Disponibilidade Operacional de Geração e de Linhas de Transmissão foram bons, particularmente o de Geração, sendo o melhor dos últimos cinco anos.

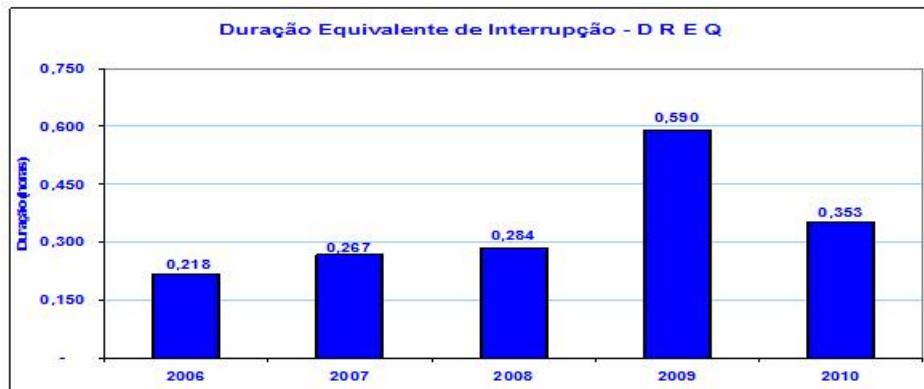
Frequência Equivalente de Interrupção - FREQ

Indica o número equivalente de interrupções no fornecimento de energia elétrica.



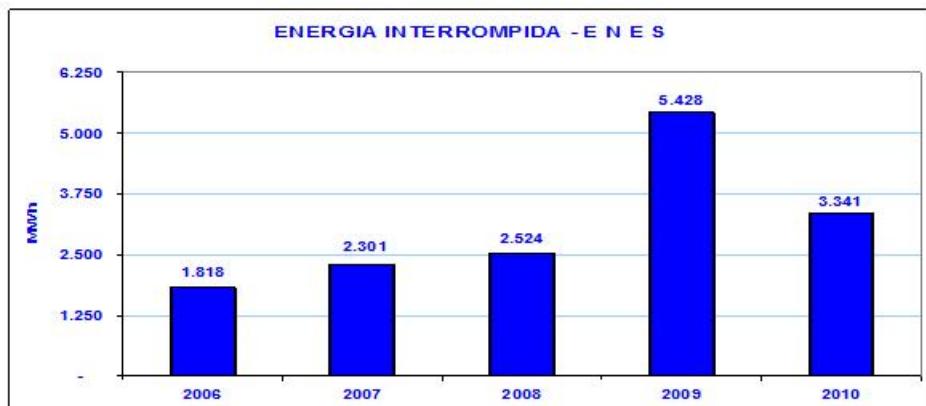
Duração Equivalente de Interrupção - DREQ

Indica a duração equivalente, em horas, das interrupções no fornecimento de energia elétrica.



Energia Interrompida - ENES

Indica o montante equivalente de energia elétrica, em GWh, nas interrupções do fornecimento.



Disponibilidade Operacional - DO

Indica a probabilidade de, num dado momento, o equipamento estar operando, desempenhando sua função ou pronto para operar.



INVESTIMENTOS

No ano, os investimentos em ativos fixos para a expansão e modernização da capacidade produtiva da Chesf, de acordo com a realização orçamentária, totalizaram R\$ 909,8 milhões. Este montante está assim distribuído: R\$ 127,1 milhões em geração de energia; R\$ 545,0 milhões em obras do sistema de transmissão; R\$ 142,3 milhões no reassentamento de Itaparica; e R\$ 95,4 milhões em infraestrutura. No período 2006 a 2010, a Taxa de Crescimento Anual Composta (CAGR) foi de 9,3%.

O gráfico a seguir apresenta os investimentos ao longo dos últimos cinco anos.



Sistema de Geração

Com vistas a manter o sistema de geração hidrelétrica com níveis de continuidade e disponibilidade satisfatórios ao atendimento à demanda, de modo a cumprir os contratos de venda de energia firmados, destacam-se as seguintes realizações:

- Complexo de Paulo Afonso I, II e III: modernização dos Sistemas de Medição, Proteção, Comando, Controle, Supervisão e Regulação e outras melhorias nos Sistemas Auxiliares e de Monitoramento e Diagnóstico. Em 2010, atuou-se na modernização da Usina Paulo Afonso III;
- UHEs Paulo Afonso I e II: modernização de unidades geradoras, que proporcionarão a mudança da classe de isolamento B para F em seis geradores, recuperação de duas turbinas e de diversos hidromecânicos.
- UHE Apolônio Sales: revisão geral da unidade geradora nº 4, com reposicionamento de peças submersas, substituição do concreto secundário e recentragem e renivelamento do conjunto girante.

Com relação a novos empreendimentos de usinas hidrelétricas, a Companhia já havia concluído, em parceria com empresas privadas, os Estudos de Viabilidade Técnica e Econômica (EVTE) de cinco aproveitamentos hidrelétricos situados no rio Parnaíba: Ribeiro Gonçalves (113 MW), Uruçuí (134 MW), Cachoeira (63 MW), Estreito (56 MW) e Castelhano (64 MW), bem como do aproveitamento de Riacho Seco (276 MW), no submédio São Francisco. Os respectivos estudos ambientais (EIA/RIMA) também já haviam sido entregues ao Ibama. Em dezembro de 2010, o Ibama emitiu a licença prévia para dois desses seis empreendimentos: Cachoeira e Estreito, que puderam ser incluídos no leilão Aneel 04/2010, ocorrido em dezembro de 2010. Todavia, os preços teto de venda de energia que foram estipulados no Edital, produziam uma rentabilidade insuficiente. Em decorrência, nenhum interessado apresentou lance para os dois empreendimentos. Presentemente, aguarda-se a emissão pelo Ibama das respectivas licenças prévias para os demais aproveitamentos, o que possibilitará a disputa da sua concessão pela Companhia em leilões a serem promovidos pela Aneel.

Na área de energia eólica, a Companhia, além de participar com pleno sucesso do Leilão Aneel 07/2010, avançou nos contatos com empreendedores, nos estudos e atividades de campo visando a viabilizar a implantação de novos parques na região Nordeste.

Sistema de Transmissão

No ano de 2010, o Sistema de Transmissão da Chesf foi ampliado em 135 km de linha de transmissão de 230 kV e em 395 MVA da capacidade de transformação de energia elétrica. Esta ampliação decorreu da conclusão das seguintes ações:

- Construção da linha de transmissão 230 kV Paraíso/Açu II, com extensão de 135 km, e os respectivos terminais em 230 kV nas subestações Paraíso e Açu II – obra do PAC.
- Ampliação da capacidade de transformação da SE Senhor do Bonfim II, com a instalação do 4º transformador trifásico em tensão de 230/138 kV - 100 MVA e conexões associadas.
- Implantação do reator trifásico 230 kV – 15 MVAr, não manobrável, na entrada de linha Milagres; módulo de interligação de barramentos, em 230 kV, arranjo barra dupla; e complemento de módulo geral em 230 kV, arranjo barra dupla, na SE Tauá.
- Ampliação da SE Bom Nome, com a energização da implantação do 3º transformador 230/138 kV - 100 MVA e conexões associadas, e realocação do barramento de transferência de 230 kV.
- Implantação de banco de reatores monofásicos de barra, 500 kV (3x50 MVAr), módulo de conexão 500 kV e módulo de interligação de barras 500 kV, na SE Fortaleza II.
- Substituição do 2º transformador trifásico 230/138 kV – 55 MVA por um transformador trifásico 230/138 kV – 100 MVA, na SE Açu II.

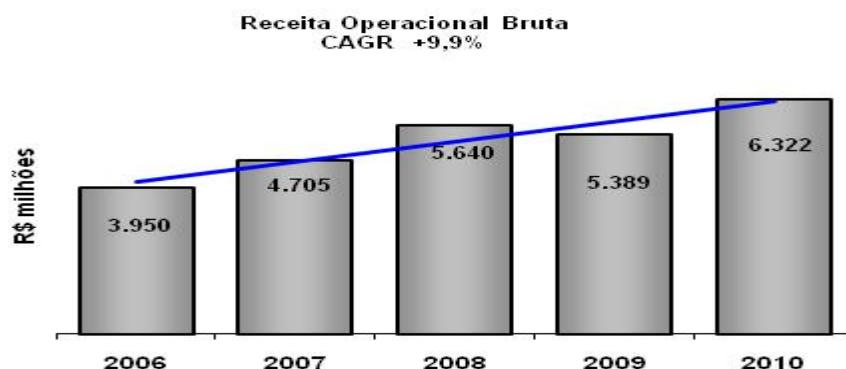
- Ampliação da capacidade de transformação da SE Cícero Dantas, com a instalação do 3º transformador trifásico 230/69 kV - 50 MVA e conexões associadas.
- Ampliação da SE Campina Grande II, com a energização do barramento de transferência 230 kV e interligação de barramentos em 230 kV.
- Ampliação da SE Campina Grande II, com a implantação das entradas de linha para a SE Natal II, para a SE Natal III e para a SE Tacaimbó.
- Ampliação da SE Bom Nome, com a implantação das entradas de linha para a SE Cabrobó, para a SE Milagres e para a SE Flores.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

O desempenho econômico-financeiro está sendo apresentado em conformidade com as demonstrações contábeis consolidadas da Companhia dos exercícios de 2009 e 2010, ocasião em que foi iniciado o processo de consolidação de suas investidas.

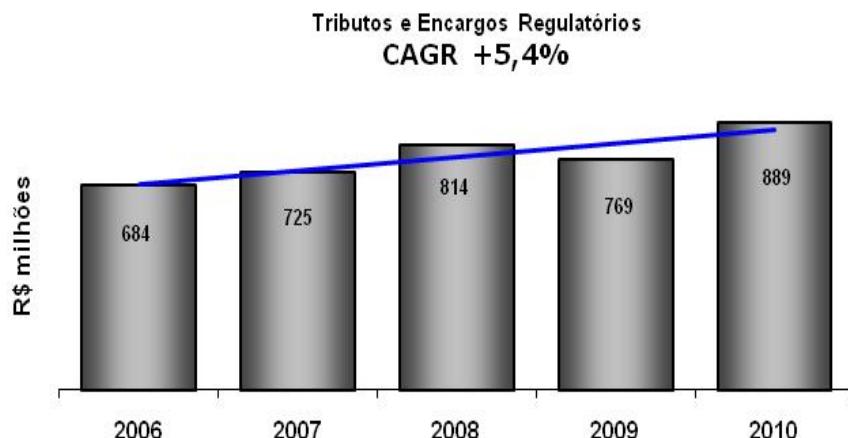
Receita Operacional Bruta

A receita operacional bruta da Chesf, em 2010, no montante de R\$ 6.322,6 milhões, apresentou um aumento de 17,3% em relação aos R\$ 5.389,2 milhões de 2009. Tal resultado foi decorrente dos seguintes crescimentos: 18,8% em fornecimento/suprimento de energia elétrica; 11,3% na receita de transmissão; 19,6% na comercialização de energia no mercado de curto prazo; 44,4% na receita de construção; e o restante, 5,9%, em outras receitas operacionais. No período 2006 a 2010, a Taxa de Crescimento Anual Composta (CAGR) foi de +9,9%.



Tributos e Encargos Regulatórios sobre Vendas

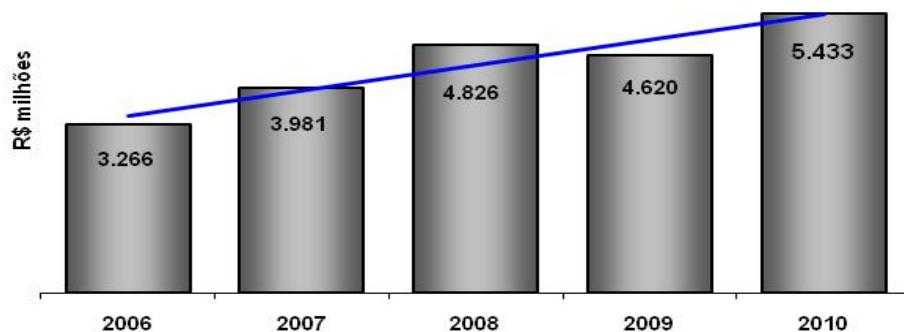
Os tributos e encargos regulatórios sobre vendas totalizaram R\$ 889,5 milhões no ano de 2010 (+15,7% em relação a 2009). Deste total, R\$ 530,9 milhões correspondem a impostos e contribuições sociais (+10,5% em relação a 2009) e R\$ 358,6 milhões a encargos regulatórios (+24,3% em relação ao ano anterior). A Taxa de Crescimento Anual Composta (CAGR), no período 2006 a 2010, foi de +5,4%.



Receita Operacional Líquida

A receita operacional líquida, que considera as deduções de impostos e encargos setoriais, registrou aumento de 17,6% (+ R\$ 812,9 milhões) em relação ao ano de 2009, atingindo R\$ 5.433,1 milhões em 2010. De 2006 a 2010, a Taxa de Crescimento Anual Composta (CAGR) foi de +10,7%.

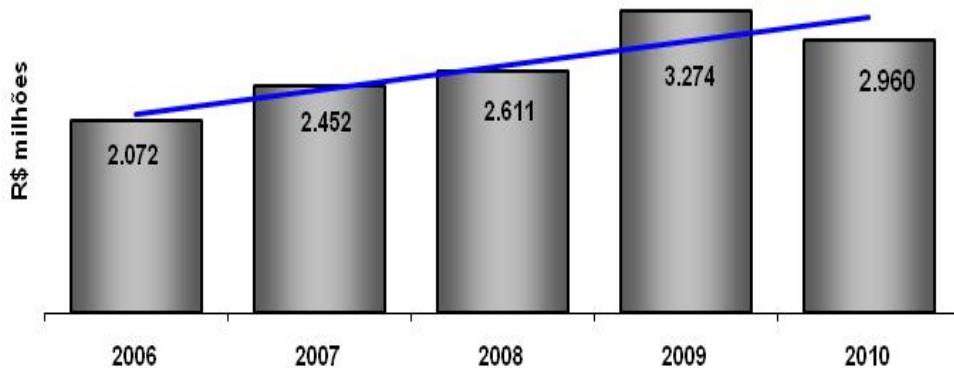
**Receita Operacional Líquida
CAGR +10,7%**



Custos e Despesas Operacionais

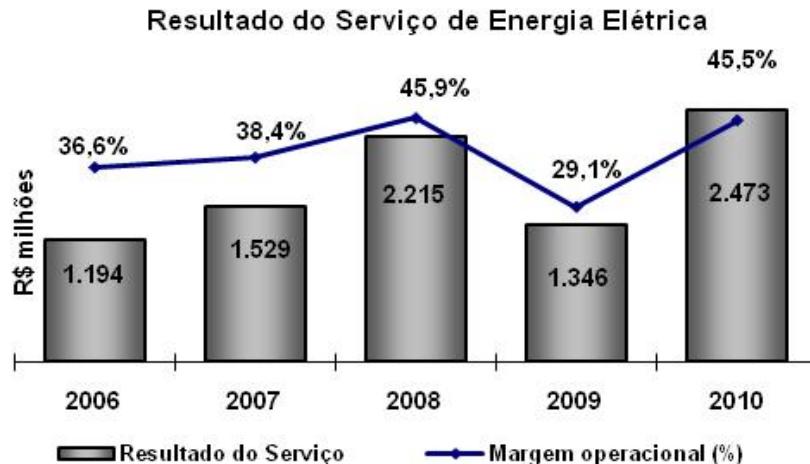
Os custos e despesas operacionais somaram R\$ 2.960,2 milhões em 2010, -9,6% em relação ao ano anterior. Esta redução reflete, principalmente, as seguintes variações: -33,5% na rubrica pessoal; +20,7% nos custos de construção; +60,9% em serviços de terceiros; -75,0% nas provisões e perdas para créditos de liquidação duvidosa e com energia livre; +181,2% na rubrica material; e +59,8% em provisões para contingências. A Taxa de Crescimento Anual Composta (CAGR) foi de +7,4%, no período 2006 a 2010.

**Custos e Despesas Operacionais
CAGR +7,4%**



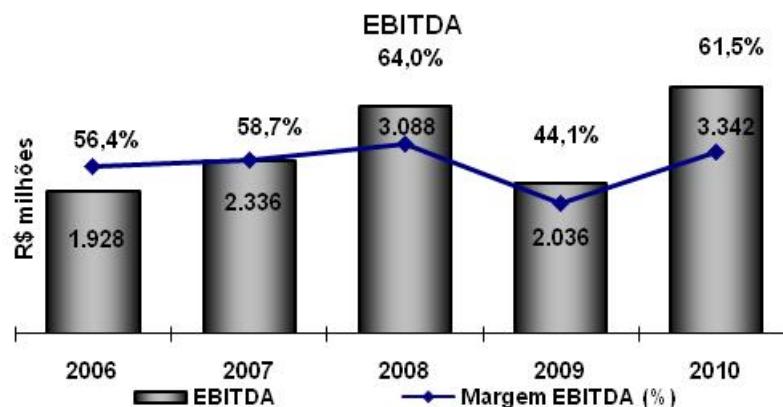
Resultado do Serviço de Energia Elétrica e Margem Operacional

Como efeito dos fatos anteriormente mencionados, o resultado operacional do serviço (EBIT), no valor de R\$ 2.472,8 milhões, apresentou aumento de 83,7% em relação ao montante de R\$ 1.345,9 milhões obtido em 2009. Com este resultado, a margem operacional do serviço (resultado do serviço/receita operacional líquida), passou de 29,1% em 2009, para 45,5% em 2010; um acréscimo de 16,4 pontos percentuais.



Geração Operacional de Caixa (EBITDA)

A geração operacional de caixa expressa pelo EBITDA (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) foi de R\$ 3.342,5 milhões, representando um aumento de 64,2% em relação aos R\$ 2.035,9 milhões registrados em 2009. A margem EBITDA (EBITDA/Receita operacional líquida) de 61,5%, ante 44,1% obtida em 2009, representa um aumento de 17,4 pontos percentuais.



Cálculo do EBITDA	(R\$ milhões)	
	2010	2009
Lucro líquido	2.177,2	905,9
(+) Imposto de renda e Contribuição social sobre o lucro líquido	431,8	141,1
(+) Participações nos lucros ou resultados	91,2	72,1
(+) Receitas (despesas) não recorrentes	1,1	-4,7
(+) Despesas financeiras	142,7	455,5
(+) Depreciação	416,1	414,5
(+) Provisões para contingências	82,4	51,5
(=) EBITDA	3.342,5	2.035,9

Resultado Financeiro

O resultado financeiro no exercício apresentou uma receita líquida de R\$ 228,5 milhões, enquanto que em 2009 este mesmo resultado apresentou uma despesa de R\$ 231,6 milhões. A principal mudança nesse resultado decorreu da redução dos encargos da dívida, motivada pela conversão em Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC, de parte dos empréstimos e financiamentos concedidos pela Eletrobras. A composição desse resultado está demonstrada a seguir:

	(R\$ milhões)	
	2010	2009
Receitas (despesas) financeiras		
Renda de aplicações financeiras	80,5	81,7
Renda de refinanciamentos concedidos a clientes	154,3	31,7
Encargos de dívida dos empréstimos e financiamentos	(74,2)	(410,8)
Variações monetárias de empréstimos e financiamentos	(0,5)	53,0
Outras receitas (despesas) financeiras	68,4	12,8
(=) Resultado financeiro líquido	228,5	(231,6)

Lucro Líquido do Exercício

O lucro líquido consolidado apurado pela Chesf em 2010, foi de R\$ 2.177,2 milhões, registrando um aumento de 140,3%, quando comparado aos R\$ 905,9 milhões de 2009. Este crescimento é explicado, basicamente, pelo aumento na receita operacional líquida (17,6%), pela diminuição dos custos e despesas operacionais (-9,6%) e pelo resultado financeiro positivo de R\$ 228,5 milhões contra um negativo de R\$ 231,6 milhões em 2009. De 2006 a 2010, a Taxa de Crescimento Anual Composta (CAGR) foi de +36,6%.



Empréstimos e Financiamentos

O endividamento bruto consolidado, que inclui os encargos contabilizados e o principal da dívida com a Controladora e com instituições financeiras, encerrou o exercício com R\$ 1.901,5 milhões, 48,8% maior que os R\$ 1.278,0 milhões ao final de 2009.

A posição da dívida líquida (empréstimos e financiamentos deduzidos das disponibilidades e aplicações financeiras) apresentou no final do ano o saldo de R\$ 441,2 milhões, conforme demonstrativo a seguir:

	(R\$ milhões)		
Dívida Consolidada	2010	2009	Δ%
Curto prazo – moeda nacional	278,8	216,7	28,7
Longo prazo – moeda nacional	1.622,7	1.061,3	52,9
Dívida Bruta Total	1.901,5	1.278,0	48,8
(-) Caixa e equivalentes de caixa	10,7	49,2	-78,3
(-) Aplicações financeiras	1.449,6	931,0	55,7
Dívida Líquida	441,2	297,8	48,2

Valor Adicionado

O valor econômico gerado pela Companhia em 2010, conforme o balanço consolidado foi de R\$ 4.464,6 milhões, montante 28,9% maior do que os R\$ 3.464,4 milhões de 2009. Este valor foi devolvido à sociedade em forma de: salários, encargos e benefícios aos empregados (13,4%); impostos, taxas e contribuições aos governos federal, estaduais e municipais (33,8%); juros aos financiadores (4,0%) e lucros aos acionistas (48,8%).



Contabilidade Regulatória

A Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, por meio da Resolução Normativa nº 396/2010, instituiu a Contabilidade Regulatória, exigindo que as empresas prestadoras de serviços de transmissão de energia elétrica elaborem demonstrações contábeis que reflitam o marco regulatório tarifário brasileiro, cuja principal diferença em relação às demonstrações contábeis societárias é a não aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e o registro dos ativos e passivos regulatórios.

Desta forma, considerando o estabelecido no Despacho nº 4.097, de 30/12/2010, da Aneel, apresenta-se a seguir os Balanços Patrimoniais e as Demonstrações de Resultado em conformidade com o padrão regulatório estabelecido pela referida Agência, bem como a conciliação com os valores registrados na contabilidade societária.

BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
E CONCILIAÇÃO COM O BALANÇO PATRIMONIAL PARA FINS SOCIETÁRIOS

(valores expressos em milhares de reais)

	2010			
	31/12/2010 Regulatório	ICPC 01 Transmissão	Desreconhecimento de ativo e passivo regulatório	31/12/2010 Societário
ATIVO				
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	1.261.703	-	-	1.261.703
Consumidores, concessionárias e permissionárias	1.031.958	-	(89.644)	942.314
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(94.714)	-	9.375	(85.339)
Ativo financeiro indenizável	-	189.187	-	189.187
Tributos e contribuições a recuperar	191.311	-	-	191.311
Títulos e valores mobiliários	2.818	-	-	2.818
Estoques	82.590	8.973	-	91.563
Serviços em curso	80.642	-	-	80.642
Outros	85.141	11.556	-	96.697
	2.641.449	209.716	(80.269)	2.770.896
NÃO CIRCULANTE				
Realizável a Longo Prazo				
Consumidores, concessionárias e permissionárias	1.006	-	(1.006)	-
Tributos e contribuições a recuperar	11.280			11.280
Títulos e valores mobiliários	5.585			5.585
Bens e direitos destinados a alienação	11.107	-	-	11.107
Depósitos judiciais	213.430	-	-	213.430
Cauções e depósitos vinculados	41.129	-	-	41.129
Créditos fiscais	308.542	-	-	308.542
Ativo financeiro indenizável	-	3.970.371	-	3.970.371
Ativo financeiro – Receita Anual Permitida	-	1.516.534	-	1.516.534
Outros	10.409	-	-	10.409
	602.488	5.486.905	(1.006)	6.088.387
Investimentos	788.446	-	-	788.446
Imobilizado	16.593.430	(5.584.570)	-	11.008.860
Intangível	32.262	(162)	-	32.100
	18.016.626	(97.827)	(1.006)	17.917.793
TOTAL DO ATIVO	20.658.075	111.889	(81.275)	20.688.689

	2010			
	31/12/2010 Regulatório	ICPC 01 Transmissão	Desreconhecimento de ativo e passivo regulatório	31/12/2010 Societário
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
CIRCULANTE				
Fornecedores	310.395	-	(41.803)	268.592
Folha de pagamento	13.713	-	-	13.713
Tributos e contribuições sociais	301.749	-	-	301.749
Empréstimos e financiamentos	39.499	-	-	39.499
Encargos de dívidas	7.213	-	-	7.213
Participação nos lucros ou resultados	91.241	-	-	91.241
Remuneração aos acionistas	431.282	-	-	431.282
Obrigações estimadas	121.454	-	-	121.454
Benefícios pós-emprego	38.809	-	-	38.809
Incentivo ao desligamento – PDVP	53.355	-	-	53.355
Pesquisa e desenvolvimento	55.113	-	-	55.113
Encargos do consumidor a recolher	46.586	-	-	46.586
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	34.438	-	-	34.438
Outros	70.758	-	(45.713)	25.045
	1.615.605	-	(87.516)	1.528.089
NÃO CIRCULANTE				
Tributos e contribuições sociais	10.282	-	-	10.282
Débitos fiscais	26.663	17.062	952	44.677
Empréstimos e financiamentos	646.514	-	-	646.514
Benefícios pós-emprego	323.882	-	-	323.882
Incentivo ao desligamento – PDVP	-	-	-	-
Pesquisa e desenvolvimento	134.555	-	-	134.555
Encargos do consumidor a recolher	31.144	-	-	31.144
Provisões para contingências	748.165	-	-	748.165
Outros	5.220	-	-	5.220
	1.926.425	17.062	952	1.944.439
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social	7.720.760	-	-	7.720.760
Reservas de capital	4.916.199	-	-	4.916.199
Reservas de lucros	4.846.595	(68.079)	-	4.778.516
Dividendos adicionais	-	162.906	5.289	168.195
Outros resultados abrangentes	(367.509)	-	-	(367.509)
	17.116.045	94.827	5.289	17.216.161
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20.658.075	111.889	(81.275)	20.688.689

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO REGULATÓRIO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO
DE 2010 E CONCILIAÇÃO COM A DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA FINS SOCIETÁRIOS**
(valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2010 Regulatório	ICPC 01 Transmissão	Desreconhecimento de ativo e passivo regulatório	31/12/2010 Societário
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	4.822.731	269.940	57.877	5.150.548
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA				
Custo com energia elétrica				
Energia elétrica comprada para revenda	(24.061)			(24.061)
Encargos de uso da rede elétrica	(765.661)	-		(765.661)
Custo de operação				
Pessoal	(326.896)	-		(326.896)
Material	(11.474)	-		(11.474)
Combustíveis para a produção de energia	(2.296)	-		(2.296)
Serviço de terceiros	(61.368)	-		(61.368)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(192.768)	-		(192.768)
Depreciação e amortização	(561.006)	215.110	-	(345.896)
Outras	31.750		(13.483)	18.267
	(1.913.780)	195.355		(1.712.153)
CUSTO DO SERVIÇO PRESTADO A TERCEIROS	(3.394)	-		(3.394)
CUSTO DE CONSTRUÇÃO	-	(420.451)		(420.451)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	2.905.557	64.599	44.394	3.014.550
DESPESAS OPERACIONAIS	(603.396)	-	(1.419)	(604.815)
RESULTADO DO SERVIÇO	2.302.161	64.599	42.975	2.409.735
RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA				
Renda de aplic. financeiras	78.043	-		78.043
Var. monet. e acréscimos moratórios – energia vendida	192.417	-	(38.142)	154.275
Outras var. monetárias ativas	1.454	-		1.454
Outras receitas financeiras	68.152	-		68.152
PIS/Pasep e Cofins	99.686	-		99.686
Encargos de dívidas	(50.922)	(9.975)	-	(60.897)
Variações mon. sobre emprést. e financiamentos	(493)	-		(493)
Outras variações monetárias passivas	(141)	-		(141)
Outras despesas financeiras	(49.126)	-		(49.126)
	339.070	(9.975)	(38.142)	290.953
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)				
Receitas	355	-		355
Despesas	(1.435)	-		(1.435)
	(1.080)	-		(1.080)
RESULTADO OPERACIONAL	2.640.151	54.624	4.833	2.699.608
Contribuição social	(228.000)	(4.916)	(435)	(233.351)
Imposto de renda	(574.425)	(3.414)	(302)	(578.141)
Incentivos fiscais	380.357	-		380.357
Lucro antes das participações	2.218.083	46.294	4.096	2.268.473
Participação nos lucros ou resultados	(91.241)	-		(91.241)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	2.126.842	46.294	4.096	2.177.232

BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
E CONCILIAÇÃO COM O BALANÇO PATRIMONIAL PARA FINS SOCIETÁRIOS
 (valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	2009			
	31/12/2009 Regulatório (Reclassificado)	ICPC 01 Transmissão	Desreconhecimento de ativo e passivo regulatório	31/12/2009 Societário
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	796.158	-	-	796.158
Consumidores, concessionárias e permissionárias	725.005	-	(13.880)	711.125
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(77.875)	-	11.276	(66.599)
Ativo financeiro indenizável	-	150.511	-	150.511
Tributos e contribuições	10.882	-	-	10.882
Títulos e valores Mobiliários	36	-	-	36
Estoques	75.325	2.450	-	77.775
Serviços em curso	145.048	-	-	145.048
Outros	73.416	3.156	-	76.572
	1.747.995	156.117	(2.604)	1.901.508
NÃO CIRCULANTE				
Realizável a Longo Prazo				
Consumidores, concessionárias e permissionárias	31.479	-	-	31.479
Tributos e contribuições a recuperar	10.672	-	-	10.672
Títulos e valores mobiliários	812	-	-	812
Bens e direitos destinados a alienação	11.559	-	-	11.559
Depósitos judiciais	188.253	-	-	188.253
Cauções e depósitos vinculados	31.547	-	-	31.547
Créditos fiscais	339.582	-	-	339.582
Ativo financeiro indenizável	-	3.759.110	-	3.759.110
Ativo financeiro – Receita Anual Permitida	-	1.496.531	-	1.496.531
Outros	10.910	-	-	10.910
	624.814	5.255.641		5.880.455
Investimentos				
	429.809	51.751	-	481.560
Imobilizado				
	16.325.441	(5.354.338)	-	10.971.103
Intangível				
	31.710	(156)	-	31.554
	17.411.774	(47.102)		17.364.672
TOTAL DO ATIVO	19.159.769	109.015	(2.604)	19.266.180

	2009			
	31/12/2009 Regulatório (Reclassificado)	ICPC 01 Transmissão	Desreconhecimento de ativo e passivo regulatório	31/12/2009 Societário
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
CIRCULANTE				
Fornecedores	259.558	-	(3.038)	256.520
Folha de pagamento	28.144	-	-	28.144
Tributos e contribuições sociais	249.022	-	-	249.022
Empréstimos e financiamentos	114.417	-	-	114.417
Encargos de dívidas	5.860	-	-	5.860
Participação nos lucros ou resultados	72.145	-	-	72.145
Remuneração aos acionistas	183.303	-	-	183.303
Obrigações estimadas	95.893	-	-	95.893
Benefícios pós-emprego	101.328	-	-	101.328
Incentivo ao desligamento – PDVP	14.898	-	-	14.898
Pesquisa e desenvolvimento	54.285	-	-	54.285
Encargos do consumidor a Recolher	57.802	-	-	57.802
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	37.571	-	-	37.571
Outros	26.200	-	(975)	25.225
	1.300.426	-	(4.013)	1.296.413
NÃO CIRCULANTE				
Tributos e contribuições sociais	21.053	-	-	21.053
Débitos fiscais	-	8.733	215	8.948
Empréstimos e financiamentos	543.169	-	-	543.169
Benefícios pós-emprego	352.395	-	-	352.395
Incentivo ao desligamento – PDVP	259.220	-	-	259.220
Pesquisa e desenvolvimento	120.470	-	-	120.470
Encargos do consumidor a recolher	15.109	-	-	15.109
Provisões para contingências	599.366	-	-	599.366
Concessões a pagar	-	-	-	-
Recursos destinados a aumento de capital -AFAC	3.018.051	-	-	3.018.051
Outros	7.703	(2)	-	7.701
	4.936.536	8.731	215	4.945.482
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social	4.539.557	-	-	4.539.557
Reservas de capital	4.916.199	-	-	4.916.199
Reservas de lucros	3.195.703	-	-	3.195.703
Dividendos adicionais	475.111	100.283	1.194	576.588
Outros resultados abrangentes	(203.762)	-	-	(203.762)
	12.922.808	100.283	1.194	13.024.285
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19.159.769	109.015	(2.604)	19.266.180

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO REGULATÓRIO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO
DE 2009 E CONCILIAÇÃO COM A DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA FINS SOCIETÁRIOS**
(valores expressos em milhares de reais)

	2009		
	31/12/2009 Regulatório (Reclassificado)	ICPC 01 Transmissão	Desreconhecimento de ativo e passivo regulatório
	31/12/2009 Societário		
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	4.242.613	258.118	2.476
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA			4.503.207
Custo com energia elétrica			
Encargos de uso da rede elétrica	(751.680)	-	-
Custo de operação			(751.680)
Pessoal	(234.330)	-	-
Material	(8.847)	-	-
Combustíveis para a produção de energia	(7.242)	-	-
Serviço de terceiros	(44.632)	-	-
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(210.061)	-	-
Depreciação e amortização	(554.141)	205.910	-
Outras	14.449	(10.555)	3.894
	(1.796.484)	195.355	(1.601.129)
CUSTO DO SERVIÇO PRESTADO A	(11)	-	-
CUSTO DE CONSTRUÇÃO	-	(386.774)	-
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	2.446.118	66.699	2.476
DESPESAS OPERACIONAIS	(1.233.382)	-	9.445
RESULTADO DO SERVIÇO	1.212.736	66.699	11.921
RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA			1.291.356
Renda de aplic. financeiras	77.778	-	77.778
Var. monet. e acréscimos moratórios – energia vendida	31.731	-	31.731
Outras var. monetárias ativas	2.639	-	2.639
Outras receitas financeiras	104.456	-	104.456
PIS/Pasep e Cofins	(606)	-	(606)
Encargos de dívidas	(387.505)	(9.433)	(396.938)
Variações mon. sobre emprést. e financiamentos	53.017	-	53.017
Outras variações monetárias passivas	(49)	-	(49)
Outras despesas financeiras	(65.657)	16.283	(192)
	(184.196)	6.850	(192)
			(177.538)
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)			
Receitas	10.481	-	10.481
Despesas	(5.793)	-	(5.793)
	4.688	-	4.688
RESULTADO OPERACIONAL	1.033.228	73.549	11.729
Contribuição social	(78.369)	(5.154)	(1.056)
Imposto de renda	(214.762)	(3.579)	(733)
Incentivos fiscais	163.153	-	-
Lucro antes das participações	903.250	64.816	9.940
Participação nos lucros ou resultados	(72.145)	-	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	831.105	64.816	9.940
			905.861

PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

Em 31 de dezembro de 2010, a Chesf possuía participações minoritárias nas seguintes empresas:

- **STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.**

49% no capital social da empresa STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A., constituída em 27 de outubro de 2003, que tem como objeto social a construção, implantação, operação e manutenção da linha de transmissão de 500 kV Teresina II(PI)/Sobral III(CE)/Fortaleza II(CE), em operação desde janeiro de 2006, com prazo de concessão de 30 (trinta) anos.

- **Integração Transmissora de Energia S.A.**

12% no capital social da empresa Integração Transmissora de Energia S.A., constituída em 20 de dezembro de 2005, que tem como objeto social a construção, implantação, operação e manutenção da linha de transmissão de 500 kV Colinas/Serra da Mesa 2, 3º circuito, em operação desde maio de 2008, com prazo de concessão de 30(trinta) anos.

- **Energética Águas da Pedra S.A.**

24,5% no capital social da empresa Energética Águas da Pedra S.A., constituída em 3 de abril de 2007, que tem como objeto social a implantação da Usina Hidrelétrica Dardanelos, no Rio Aripuanã, situado ao norte do Estado do Mato Grosso, com potência de 261 MW e energia assegurada total de 154,9 MW médios, com marco contratual de início das operações previsto para janeiro de 2011 e prazo de concessão de 35(trinta e cinco) anos. A entrada em operação das unidades geradoras, agora prevista para ocorrer em março de 2011, não se processou no prazo planejado em razão do atraso na implantação da LT 230 kV Juína – Brasnorte, cujo concessionário, a EBTE (lote D do Leilão nº 004/2008-ANEEL), não cumpriu o prazo definido pela Aneel.

- **ESBR Participações S.A.**

20% no capital social da empresa ESBR Participações S.A., constituída em 12 de fevereiro de 2009, que passou a deter, a partir de maio/2009, a totalidade das ações da empresa Energia Sustentável do Brasil S.A., a qual tem como objeto social a implantação da Usina Hidrelétrica Jirau, no Rio Madeira, no município de Porto Velho, Estado de Rondônia, com potência de 3.300 MW e energia assegurada total de 1.975,3 MW médios, com início das operações contratualmente previsto para janeiro de 2013 e prazo de concessão de 35(trinta e cinco) anos. Prevê-se atualmente a antecipação do início de operação da primeira unidade dessa hidrelétrica para o terceiro trimestre de 2012.

- **Norte Energia S.A.**

A Chesf liderou o Consórcio ganhador do Leilão nº 06/2009, realizado em 20/04/2010 para contratação de energia proveniente da Usina Hidrelétrica Belo Monte, no Rio Xingu, no Estado do Pará.

Em decorrência, foi criada a Sociedade de Propósito Específico (SPE) Norte Energia S. A., em 21 de julho de 2010, que recebeu a outorga da concessão de Belo Monte, sendo responsável pela implantação e exploração da usina. A Norte Energia S.A. possui a seguinte composição acionária: Chesf (15%); Eletrobras (15%); Eletronorte (19,98%); Construtora Queiroz Galvão S.A. (2,51%); Contern Construções e Comércio Ltda. (1,25%); Fundação Petrobras de Seguridade Social – Petros (10%); Cetenco Engenharia S.A. (1,25%); Galvão Engenharia S.A. (1,25%); J. Malucelli Construtora de Obras S.A. (1%); Mendes Júnior Trading Engenharia S.A. (1,25%); Serveng-Civilsan S.A. (1,25%); J. Malucelli Energia S.A. (0,25%); Gaia Energia e Participações S.A. (9%); Caixa Fl Cevix (5%); Sinobras - Siderúrgica Norte Brasil S.A. (1%); Fundação dos Economiários Federais – Funcef (2,5%); Bolzano Participações S.A. (10%); e Construtora OAS Ltda. (2,51%).

A potência a ser instalada total de Belo Monte é de 11.233 MW, com 18 unidades geradoras com potência unitária de 611,1 MW, com turbinas Francis na casa de força principal denominada Belo Monte,

e seis unidades geradoras de potência unitária 38,85 MW, com turbinas Bulbo, na casa de força complementar denominada Pimental. A entrada em operação da primeira máquina de Pimental está prevista para fevereiro de 2015.

- **Pedra Branca S.A.**

Em agosto de 2010, o consórcio Pedra Branca, formado pela Chesf, Brennand Energia S.A. e Brennand Energia Eólica S.A., venceu o Leilão nº 07/2010-ANEEL, ofertando a energia proveniente da Usina Eólio Elétrica (UEE) Pedra Branca, a ser instalada no município de Sento Sé/BA, com potência a ser instalada de 28,8 MW, constituída por 16 aerogeradores. Essa usina se interligará a uma subestação elevadora de 34,5/230 kV – 93 MVA e uma linha de transmissão de 230 kV com extensão de 57 km, a ser conectada na subestação Sobradinho da Chesf na Bahia. A energia por ela gerada será objeto de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) na modalidade por disponibilidade de energia, com início de suprimento em 1º de janeiro de 2013 e prazo de duração de 20(vinte) anos.

Em outubro de 2010, foi constituída a Sociedade de Propósito Específico (SPE) Pedra Branca S.A., com participação de 49% da Chesf, 50,9% da Brennand Energia S.A. e 0,1% da Brennand Energia Eólica S.A., que será a detentora da Autorização outorgada, e responsável pela implantação, exploração e comercialização, na qualidade de produtora independente da energia

- **São Pedro do Lago S.A.**

Em agosto de 2010, o consórcio São Pedro do Lago, formado pela Chesf, Brennand Energia S.A. e Brennand Energia Eólica S.A., venceu o Leilão nº 07/2010-ANEEL, ofertando a energia proveniente da Usina Eólio Elétrica (UEE) São Pedro do Lago, a ser instalada no município de Sento Sé/BA, com potência a ser instalada de 28,8 MW, constituída por 16 aerogeradores. Essa usina se interligará a uma subestação elevadora de 34,5/230 kV – 93 MVA e uma linha de transmissão de 230 kV com extensão de 57 km, a ser conectada na subestação Sobradinho da Chesf na Bahia. A energia por ela gerada será objeto de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) na modalidade por disponibilidade de energia, com início de suprimento em 1º de janeiro de 2013 e prazo de duração de 20(vinte) anos.

Em outubro de 2010, foi constituída a Sociedade de Propósito Específico (SPE) São Pedro do Lago S.A., com participação de 49% da Chesf, 50,9% da Brennand Energia S.A. e 0,1% da Brennand Energia Eólica S.A., que será a detentora da Autorização outorgada, e responsável pela implantação, exploração e comercialização, na qualidade de produtora independente da energia.

- **Sete Gameleiras S.A.**

Em agosto de 2010, o consórcio Sete Gameleiras, formado pela Chesf, Brennand Energia S.A. e Brennand Energia Eólica S.A., venceu o Leilão nº 07/2010-ANEEL, ofertando a energia proveniente da Usina Eólio Elétrica (UEE) Sete Gameleiras, a ser instalada no município de Sento Sé/BA, com potência a ser instalada de 28,8 MW, constituída por 16 aerogeradores. Essa usina se interligará a uma subestação elevadora de 34,5/230 kV – 93 MVA e uma linha de transmissão de 230 kV com extensão de 57 km, a ser conectada na subestação Sobradinho da Chesf na Bahia. A energia por ela gerada será objeto de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) na modalidade por disponibilidade de energia, com início de suprimento em 1º de janeiro de 2013 e prazo de duração de 20(vinte) anos.

Em outubro de 2010, foi constituída a Sociedade de Propósito Específico (SPE) Sete Gameleiras S.A., com participação de 49% da Chesf, 50,9% da Brennand Energia S.A. e 0,1% da Brennand Energia Eólica S.A., que será a detentora da Autorização outorgada e responsável pela implantação, exploração e comercialização, na qualidade de produtora independente da energia.

- **Manaus Transmissora de Energia S.A.**

19,5% no capital social da empresa Manaus Transmissora de Energia S.A., constituída em 22 de abril de 2008, que tem como objeto social a construção, implantação, operação e manutenção da linha de transmissão de 500 kV Oriximiná/Itacoatiara/Cariri, da subestação Itacoatiara 500/138 kV (150 MVA) e da subestação Cariri 500/230 kV (1.800 MVA), com início das operações previsto para outubro de 2011 e

prazo de concessão de 30(trinta) anos.

- **Manaus Construtora Ltda.**

19,5% no capital da empresa Manaus Construtora Ltda., constituída em 06 de abril de 2009, que tem como objetivo a construção, montagem e fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos para a linha de transmissão de 500 kV Oriximiná/Cariri CD, a subestação Itacoatiara de 500/138 kV e a subestação Cariri de 500/230 kV, entradas de linha e instalações vinculadas, bem como as demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle e telecomunicação, a ser integrada à Rede Básica do Sistema Interligado Nacional.

- **Interligação Elétrica do Madeira S.A.**

24,5% no capital da empresa Interligação Elétrica do Madeira S.A., constituída em 18 de dezembro de 2008, que tem como objeto social a construção, implantação, operação e manutenção da linha de transmissão de 600 kV Coletora Porto Velho (RO)/Araraquara 2 (SP), em corrente contínua, da estação retificadora de corrente alternada para corrente contínua 500/600 kV, localizada na subestação Coletora Porto Velho, com capacidade de 3.150 MW, e da estação inversora de corrente contínua para corrente alternada 600/500 kV, localizada na subestação Araraquara 2, com capacidade de 2.950 MW, com início das operações previsto para abril de 2013 e prazo de concessão de 30(trinta) anos.

- **TDG – Transmissora Delmiro Gouveia S.A.**

49% no capital da empresa TDG – Transmissora Delmiro Gouveia S.A., constituída em 12 de janeiro de 2010, que tem como objetivo social a construção, implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, especificamente da Linha de Transmissão São Luiz II – São Luiz III, em 230 kV, localizada no estado do Maranhão, das subestações Pecém II, em 500 kV, e Aquiraz II, em 230 kV, localizadas no estado do Ceará. O prazo de concessão do empreendimento é de 30 (trinta) anos, cuja homologação e adjudicação ocorreram em 19 de janeiro 2010.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

A política da Chesf em relação aos seus auditores independentes fundamenta-se em princípios que preservam a independência desses profissionais. Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14/01/2003, a administração informa que sua auditoria, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, durante o exercício de 2010, não prestou outros serviços além dos serviços de auditoria das demonstrações contábeis. Os referidos auditores foram contratados num contrato único para todas as empresas do Sistema Eletrobras, para um período de cinco anos, com início dos trabalhos no exercício de 2009.

Em atendimento à Lei Societária, as demonstrações contábeis da Chesf são auditadas por auditor independente, contratado por meio de licitação e aprovado pelo Conselho de Administração, com restrição de prestação de outros serviços e com a adoção de rodízio a cada período de cinco anos.

PROGRAMA DE PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO

Os Programas de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação da Chesf têm por objetivo a sua capacitação tecnológica e a promoção da inovação, visando à geração de novos processos ou produtos, ou o evidente aprimoramento de suas características, mediante a execução de projetos de pesquisa, contratados junto a instituições de pesquisa e desenvolvimento.

A Companhia possui duas carteiras de projetos. A primeira, que atende às demandas das leis nºs 9.991/2000 e nº 10.848/2004, tem o foco nas necessidades de interesse mais específico do sistema de produção e transmissão de energia elétrica, com o envolvimento de uma grande gama de reconhecidas entidades de ensino e pesquisa no papel de executoras dos projetos. A segunda carteira de projetos

concentra-se em questões de interesse comum às empresas do Sistema Eletrobras e tem como executor o Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel).

No exercício de 2010, a Chesf aprimorou o seu processo de gestão da inovação, focando suas atividades em cinco grandes grupos: (i) a prospecção interna de demandas de pesquisa; (ii) a prospecção externa de propostas de projetos; (iii) a contratação de projetos; (iv) o acompanhamento do desenvolvimento dos projetos; e (v) a implementação e exploração efetiva dos diversos tipos de produtos resultantes dos projetos.

A média anual de recursos investidos nas carteiras supracitadas é de aproximadamente R\$ 26 milhões. A Chesf também contribui para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT e para o custeio da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), perfazendo uma média anual de R\$ 25 milhões. Portanto, no total, a Chesf investe anualmente em P&D+I, direta e indiretamente, o expressivo montante de cerca de R\$ 51 milhões.

Em 2010, 19 projetos de pesquisa do ciclo 2006/2007 foram aprovados pela Aneel, e foram incorporados 33 projetos ao Programa 2009 de P&D+I da Chesf. Estes 52 projetos deverão ser contratados no início de 2011, com um montante estimado de R\$ 50 milhões.

GESTÃO DE PESSOAS

A Companhia encerrou o exercício de 2010 com um quadro de pessoal de 5.638 empregados, sendo 1.154 mulheres e 4.484 homens. O índice de turnover do exercício foi de 2,47%.

Foi implantado o Plano de Carreira e Remuneração para as empresas do Sistema Eletrobras, com foco em Competências e Resultados e aprovado o Sistema de Gestão de Desempenho – SGD.

Remuneração e Benefícios

Em 2010, R\$ 91,2 milhões foram destinados para pagamento aos empregados como Participação nos Lucros ou Resultados - PLR, a partir do cumprimento de metas pré-estabelecidas pela Eletrobras e pela Chesf.

Os empregados da Chesf têm direito aos seguintes benefícios: Auxílio-Babá; Assistência Materno-Infantil; Assistência Educacional; Auxílio Educacional Superior; Seguro de vida em grupo; Assistência ao Portador de Deficiência; Atendimento médico e de enfermagem nos ambulatórios da Empresa durante o horário de expediente; Auxílio óculos e lentes; Complementação de auxílio-doença; Plano de Assistência Patronal, abrangendo assistência médico-hospitalar, odontológica e demais serviços de saúde; Pecúlio por morte ou invalidez decorrente de acidente de trabalho; Transporte – antecipação de vale ao empregado para deslocamento residência/local de trabalho/residência; Vale Refeição/Alimentação; Previdência Privada, por intermédio da Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social – Fachesf.

Capacitação e Desenvolvimento

O Plano de Desenvolvimento Humano e Organizacional (PDHO) foi revisto e transformado no Plano de Educação Corporativa (PEC). Foram tomadas como base as diretrizes da Universidade do Sistema Eletrobras (Unise), com programas educacionais na configuração das suas escolas e também considerando o Plano de Carreira e Remuneração (PCR).

Nesse sentido, para efetividade de suas ações, durante todo o ano de 2010, foi realizado um trabalho de adequação dos processos educacionais, em atendimento à unificação das políticas e diretrizes de educação corporativa da Unise. Dessa forma, a Chesf adota um sistema de educação corporativa que vincula a capacitação às necessidades da organização e ao desenvolvimento de competências dos empregados.

O Plano de Educação Corporativa é o plano formal da Chesf que visa a oferecer oportunidades educacionais programadas, que contribuam para o desenvolvimento das competências profissionais alinhadas às diretrizes empresariais.

O investimento no desenvolvimento profissional dos empregados é permanente. Em 2010, o número médio de horas de treinamento por empregado foi de 75,92, correspondendo a 3,95% das horas de trabalho.

O investimento total realizado em ações educacionais passou de R\$ 6.527 mil, em 2009, para R\$ 7.695 mil, em 2010, enquanto que o investimento médio por empregado passou de R\$ 1.198,40 para R\$ 1.399,00, representando um aumento de 16,74%.

Saúde e Segurança do Trabalho

A Chesf deu continuidade à implantação do Plano Corporativo de Saúde e Qualidade de Vida - Viver Bem – Chesf, objetivando atuar de forma sistêmica na prevenção, recuperação e promoção de saúde e qualidade de vida dos seus empregados. Dentre as ações realizadas, destacam-se a gestão do absenteísmo-doença, por meio de constituição de grupo de trabalho e pesquisa de benchmarking e a Semana Viver Bem, realizada concomitante à campanha de divulgação, com abrangência para toda a Companhia, tendo como finalidade oferecer atividades intelectuais, sociais, culturais e físicas, visando à melhoria da saúde e da qualidade de vida, além de contribuir para o fortalecimento da integração entre a Chesf e seus empregados.

A Chesf implementará um Sistema de Gestão de Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional, baseado na norma internacional Occupational Health and Safety Assessment Series - OHSAS 18.001:2007. Em 2010, foi contratada uma consultoria especializada e realizados os diagnósticos de quatro áreas-piloto nas seguintes instalações: Usina Xingó, Usina Boa Esperança, Usina Térmica Camaçari e Subestação Recife II. Além do relatório das não conformidades, foi elaborado um plano de ação com custos associados. Este sistema será implementado inicialmente na Usina Xingó, a partir de 2011.

Em 2010, a Taxa de Frequência Acumulada de Acidentes do Trabalho Típicos com Afastamento ficou em 3,64, contra o valor de 4,31 registrado no ano anterior. A Taxa de Gravidade Acumulada de Acidentes do Trabalho Típicos com Afastamento ficou em 92, enquanto que em 2009 foi registrada uma taxa de 129.

Respeito à Diversidade e Equidade de Gênero

Para a Chesf, o respeito e a promoção da diversidade vão muito além do que a garantia de não discriminação de pessoas por cor/raça, etnia, sexo, idade, origem regional, condição econômica, social, condição física ou mental, orientação política, religiosa ou sexual ou por qualquer outra condição, o que já está presente há alguns anos no seu Código de Ética e nos seus normativos de gestão de pessoas. Para que a diversidade seja respeitada, a Chesf comprehende que o olhar para essa questão precisa perpassar toda a Companhia de modo que a necessidade de valorizar a diversidade seja considerada em todos os processos organizacionais que impactam pessoas. A valoração positiva da diversidade deve ser uma informação importante nas escolhas a serem feitas, interferindo construtivamente nas decisões. Por essa razão, uma medida para cuidar dessa questão foi incluída no Planejamento Empresarial.

No exercício, a Companhia continuou a implementação das ações pró-equidade de gênero que foram pactuadas no início de 2009 com a Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM, do Governo Federal. No conjunto das ações desenvolvidas, destaca-se a publicação do livro: Chesfianas: rompendo barreiras, realizando sonhos.

A Chesf continuou trabalhando para ampliar a acessibilidade de empregados com deficiência. Para tal, implementou diversas ações, na Sede e nas Regionais. As catracas de acesso às instalações e as portas internas dispõem de informação na linguagem Braille e os elevadores oferecem informações por meio de voz para atendimento às pessoas com deficiência visual. Também o Código de Ética está disponível em Braille. Os empregados com deficiência visual dispõem de equipamentos e softwares específicos para a realização de suas atividades, e no prédio Sede as vias de circulação interna dispõem de piso táctil. Os empregados gozam de total liberdade religiosa e respeito pela sua orientação política e sexual. Desde 2006, os empregados que vivem com companheiro ou companheira do mesmo sexo têm o direito de incluí-lo como dependente no plano de saúde da Companhia, conforme procedimentos estabelecidos nos normativos pertinentes. Os demais benefícios também estão disponíveis para empregados com orientação homoafetiva, sem discriminação.

FORNECEDORES

A Companhia promove, periodicamente, a atualização de seus fornecedores sobre os procedimentos utilizados para contratação e na gestão dos contratos. Atua, também, no sentido de fortalecer a

parceria e melhorar a qualidade dos serviços e produtos. Para tal, foram realizados encontros em Recife, Paulo Afonso, Teresina, Sobradinho e Salvador. Os requisitos de responsabilidade socioambiental, ética e questões de diversidade e gênero são enfatizados em palestra específica na programação dos eventos.

A Chesf continua a promover ampla divulgação dos princípios e normas de conduta empresarial na relação com os fornecedores, enfatizando o repúdio ao trabalho infantil e à submissão de profissionais a trabalhos em condições degradantes. Para isso, na contratação de fornecimento de bens e serviços exige formalmente o cumprimento desses princípios.

RELACIONAMENTO COM AS COMUNIDADES

Historicamente, a Chesf vem desenvolvendo projetos estruturadores de longa duração, fortalecendo assim suas ações de Responsabilidade Social. Os projetos buscam produzir, como principal retorno, a integração da Companhia e dos seus empregados às comunidades próximas às suas instalações, a melhoria da qualidade de vida das comunidades localizadas no entorno de seus empreendimentos, a inclusão à cidadania e a participação da Chesf no desenvolvimento econômico e social do Nordeste.

A maioria dos programas e projetos que a Companhia apóia e que beneficiam milhares de crianças, jovens e adultos de comunidades carentes tem como foco educação, saúde e infraestrutura, esporte e lazer, complementação alimentar e geração de trabalho e renda.

No ano de 2010, a Chesf deu continuidade a três grandes projetos considerados estruturadores, voltados para o atendimento às populações carentes das microrregiões onde tem implantada sua geração hidrelétrica, nos rios São Francisco e Parnaíba, conforme detalhado a seguir:

Programa Lagos do São Francisco – realizado em parceria com o Instituto de Desenvolvimento Científico e Tecnológico de Xingó, com ações desenvolvidas em 34 municípios dos Estados de Alagoas, Bahia, Pernambuco e Sergipe, abrangendo 78 projetos, tem por objetivo o apoio ao desenvolvimento das ações de exploração sustentável do camarão de água doce pitu, fomento à pesca e à piscicultura, aproveitamento de águas fluviais e subterrâneas, biodiversidade da caatinga e cultura popular do baixo São Francisco, implantação de unidades familiares de produção agrosilvopastoril, turismo como estratégia de trabalho e renda, fomento à autonomia da produção apícola, à caprinovinocultura, formação de qualificação profissional básica, fomento e incubação de empreendimentos econômicos solidários e base de serviço e assistência a grupos produtivos. Em 2010, foram investidos R\$ 2.050,1 mil.

Programa Sobradinho – desenvolvido em parceria com a Embrapa Semi-Árido, tem como objetivo promover o desenvolvimento sustentável de comunidades rurais situadas no entorno da Barragem de Sobradinho, no rio São Francisco, no Estado da Bahia. O projeto proporciona a implantação e a condução de Campos de Aprendizagem Tecnológica (CAT) com alternativas tecnológicas para os principais sistemas de produção das atividades geradoras de renda existentes nas comunidades. A proposta, realizada de forma participativa, prevê sistemas de produção agroecológicos, e promove eventos de difusão e de transferência de tecnologias para técnicos, produtores familiares e pescadores, quanto aos conceitos de educação ambiental, técnicas de produção e manejo vegetal e animal e alternativas para convivência no seu ambiente, promovendo a capacitação de agricultores familiares e pescadores, por meio de treinamentos sobre as atividades desenvolvidas nos CAT e a capacitação de técnicos, agentes de desenvolvimento rural e líderes comunitários. Em 2010, foram investidos R\$ 1.040,0 mil.

Programa Boa Esperança – desenvolvido em parceria com a Embrapa Meio-Norte, tem como objetivo promover o desenvolvimento sustentável de comunidades rurais situadas no entorno da Barragem de Boa Esperança, no rio Parnaíba, nos Estados do Maranhão e Piauí. O projeto está implantando planos de ações com alternativas tecnológicas para os principais sistemas de produção das principais atividades geradoras de renda, existentes nas comunidades, propondo, de forma participativa, sistemas de produção agroecológicos. A exemplo do projeto anterior, vem promovendo eventos de difusão e transferência de tecnologias para técnicos locais, agricultores familiares e pescadores, por meio de treinamentos sobre as atividades desenvolvidas nos CAT. Em 2010, foram investidos R\$ 362,4 mil.

Além destes projetos estruturadores, a Chesf também desenvolveu 40 ações específicas em parceria com entidades que desenvolvem atividades em comunidades carentes, com investimentos da ordem de R\$ 3

milhões. Como exemplo, algumas dessas parcerias: Abrigo Cristo Redentor – Recife/PE; Arraial Intercultural - Arricirco – Recife/PE; Associação Cristã Feminina do Recife – ACF/PE; Cooperativa Educacional de Sobradinho/BA; Escola Dom Bosco de Artes e Ofícios – Recife/PE; Lar da Criança Vicentina – Paulo Afonso/BA; Instituto Cultural Beneficente Steve Biko – Salvador/BA; Telecentros Comunitários – Hidrolândia e Ipueiras/CE; Fundação Maria de Carvalho Santos – Guadalupe/PI.

A Chesf coordena projetos para o desenvolvimento regional alinhados a programas sociais do Governo Federal. Em 2010, o Programa Luz para Todos realizou 150.931 ligações que beneficiaram pessoas no Nordeste.

Em Paulo Afonso/BA a Companhia oferece suporte ao funcionamento da Delegacia de Atendimento à Mulher. Os empregados da Chesf têm assento no Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, no Comitê Gestor Estadual do Programa Luz para Todos, no Conselho Municipal do Meio Ambiente, no Conselho Municipal do Turismo e na Comissão de Gerenciamento de Crise Regional.

A Companhia mantém em Paulo Afonso o Hospital Nair Alves de Souza, em convênio com o SUS, que atende a população de 22 cidades de quatro Estados do Nordeste (Alagoas, Bahia, Pernambuco e Sergipe). No exercício de 2010, foram atendidas 85.437 pessoas.

As Cipa fazem campanhas internas três vezes ao ano para doação de sangue e de medula óssea, em parceria com hemocentros estaduais. A Companhia continuou participando ativamente da Campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência Contra as Mulheres, com realização de palestras para as comunidades e distribuição de peças da campanha para rádios comunitárias.

RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

A Chesf adota uma gestão sistemática dos impactos e das questões ambientais decorrentes de seus ativos de geração e de transmissão, bem como de processos de armazenagem e de movimentação de produtos perigosos, tendo destinado, em 2010, R\$ 19 milhões para programas que visam à preservação do meio ambiente.

Na área de geração, todos os empreendimentos possuem licença de operação. As Usinas Pedra, Funil, Sobradinho e o Complexo Paulo Afonso, na Bahia, Boa Esperança, no Piauí, Xingó, em Alagoas e Itaparica, em Pernambuco encontram-se em processo de renovação das licenças.

Mais de 20 programas socioambientais estão em curso, direcionados para recuperação de áreas degradadas, levantamento e monitoramento de fauna e flora, saúde e educação ambiental e resgate arqueológico.

Em 2010, evidencia-se a conclusão do Inventário dos Ecossistemas Aquáticos do Baixo São Francisco, com registro de aproximadamente 153 espécies da ictiofauna e 48 da fauna aquática. Outro destaque é o Programa de Capacitação de Pescadores e Filhos de Pescadores na região do Baixo São Francisco, que atuou junto a mais de 670 pescadores e suas famílias, versando sobre cuidado e manutenção de motores, higiene, conservação, manuseio e beneficiamento do pescado e informática.

O Plano de Ação Socioambiental (PAS) no Complexo Paulo Afonso – projeto piloto com o objetivo de promover a organização social das comunidades e selecionar temáticas para construção de seus primeiros projetos socioambientais – realizou fóruns que resultaram na participação de 383 pessoas e na constituição de 24 Comissões Ambientais Comunitárias.

Na área de transmissão, a gestão ambiental é realizada pela execução de programas de Levantamento e Monitoramento de Fauna e Flora, Controle de Processos Erosivos e Recuperação de Áreas Degradadas e Saúde, Educação Ambiental e Comunicação Socioambiental, voltados para as comunidades situadas no entorno das faixas de servidão. Em 2010, iniciou-se um projeto de P&D para a criação de corredores agrícolas. Para os novos empreendimentos, foram executados projetos de prospecção e/ou salvamento arqueológicos e estudos de otimização de traçado.

O Programa de Recuperação de Matas Ciliares, parte integrante da revitalização do rio São Francisco, foi concluído. No trecho compreendido entre Petrolina – PE e Paulo Afonso – BA foram plantadas 802.686 mudas.

Uma significativa ação de educomunicação foi realizada em mais 500 km de linhas de transmissão no

entorno de Paulo Afonso, focando a questão de vandalismo em isoladores, que contemplou escolas (11.212 crianças) e comunidades (4.400 famílias). Esta ação resultou em uma redução de mais de 98% nas ações de vandalismo.

A Chesf iniciou Campanha de Combate às Queimadas em plantações de cana-de-açúcar, no Estado de Pernambuco, em parceria com a Celpe, CPRH e Ibama/PrevFogo, contemplando seis usinas de açúcar. No exercício de 2010, ocorreu apenas um caso de saída de operação de linha da Chesf proveniente de queimadas, o que representa expressiva redução dos registros de queimadas, em relação aos anos anteriores.

Quanto aos novos aproveitamentos, a Chesf obteve, neste exercício, a licença prévia dos aproveitamentos hidrelétricos de Cachoeira e Estreito, no Piauí, e da central geradora eólica de Casa Nova, na Bahia.

A Chesf quitou em 2010 a compensação ambiental de três empreendimentos: LT Teresina II / Teresina I, LT Presidente Dutra / Teresina, e da UHE Luiz Gonzaga, perfazendo um valor de R\$ 8 milhões, depositados em conta específica do fundo de compensação ambiental do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO). Contudo, a Companhia dá prosseguimento ao atendimento das medidas compensatórias de execução direta, relativas à elaboração dos planos de manejo para a Reserva Biológica de Santa Isabel, em Sergipe, e a de Serra Negra, em Pernambuco.

Com relação à área de manejo dos produtos perigosos, a Chesf possui seis licenças de operação para instalações de guarda e manuseio desses agentes. Na Usina Termelétrica de Camaçari (BA) é adotado um programa de gestão participativa com o acompanhamento periódico, por meio do plano de ação para atendimento das condicionantes da licença em vigor. Destaca-se o Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS, com o foco na reciclagem, reutilização e redução na fonte.

No âmbito do manejo ambientalmente adequado dos resíduos perigosos, em 2010 foi implantado projeto para o recolhimento e a destinação final de pilhas portáteis inservíveis, o qual contemplou a distribuição, nas áreas estratégicas da empresa, de coletores especiais e a promoção de uma permanente campanha de conscientização.

Programa do Reassentamento de Itaparica

Os recursos aplicados diretamente nesta ação foram de R\$ 142,3 milhões em obras, serviços, aquisições de equipamentos, assistência ao reassentado, apoio à produção agrícola e programas ambientais, além dos processos de aquisição de terras para o Projeto Jusante (Glória/BA) e a regularização fundiária das áreas adquiridas.

Como o principal objetivo do programa de reassentamento é o de prover condições sustentáveis de vida às famílias afetadas pelo enchimento do reservatório, na região de economia primária, os investimentos são predominantemente direcionados às ações que apontem para a viabilização dos perímetros irrigados implantados ou em implantação, de modo que aquela população possa dispor de fontes de trabalho e renda na região em que sempre viveram.

A implantação do Projeto Irrigado Barreiras Bloco 2, localizado em Tacaratu/PE foi concluída com a execução das obras da rede de distribuição parcelar do sistema de irrigação. A operação do sistema foi iniciada em maio de 2010, estando a maioria dos lotes em produção, cujas culturas temporárias atualmente exploradas são melancia, milho, feijão e semente de coentro, consorciadas com culturas com ciclo anual como o côco, a goiaba e a banana, cuja frutificação ainda não teve início. Concluídas ainda as obras do sistema viário e macrodrenagem do projeto, que permitirão o acesso ininterrupto aos lotes e possibilitando o escoamento da produção sem comprometer a qualidade dos produtos agrícolas a serem colocados no mercado.

Prossegue a implantação do Projeto Irrigado Jusante (Glória/BA) onde foram executadas 70% das obras do sistema adutor de gravidade, e iniciada a licitação da fase final do perímetro, consistente das redes de distribuição, do sistema parcelar por microaspersão, e os sistemas viário e de macrodrenagem do projeto. Paralelamente, estão em andamento os processos para aquisição dos materiais e equipamentos necessários à implantação do perímetro, cujo projeto executivo já encontra-se concluído.

No Projeto Itacoatiara, situado em Rodelas/BA, foi dada continuidade às ações previstas no acordo celebrado em 2008, com a conclusão das obras de reforma do sistema de abastecimento d'água potável, implantação das estradas de acesso aos lotes, e a entrega dos materiais hidráulicos, de modo que os agricultores possam explorar suas glebas ribeirinhas com métodos tradicionais de irrigação a serem por eles próprios instalados.

Paralelamente às ações desenvolvidas diretamente nos perímetros, a área jurídica da Companhia atuou nos processos de regularização fundiária, com a celebração de acordos nos autos das ações expropriatórias das terras do Projeto Jusante, e o pagamento de 20 verbas de compensação financeira para a liquidação de eventuais pendências do reassentamento. Houve continuidade na condução dos processos contenciosos decorrentes deste programa de reassentamento populacional.

No que se refere à gestão dos perímetros irrigados, atualmente exercida pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf, mediante Termo de Cooperação firmado em março de 2007, foi dada continuidade as ações relacionadas à operação e manutenção dos perímetros, assim como a prestação dos serviços de assistência técnica e extensão rural aos agricultores irrigantes. Aliam-se às atividades de manutenção dos perímetros, as obras de implantação de drenagem agrícola, cujo objetivo principal é alongar a vida útil dos lotes irrigados, melhorando os seus parâmetros de viabilidade.

No campo administrativo, foi concluído o Plano de Transferência de Gestão – PTG que norteará as ações necessárias para que a gestão dos perímetros seja repassada aos reassentados. Também foi concluído o Plano de Monitoramento da exploração dos perímetros e iniciada sua implementação. Foram desenvolvidas tratativas para definição das condições para a transferência das infraestruturas de uso comum dos projetos, cujo patrimônio se encontra em processo de regularização e averbação de benfeitorias para arrimar as transferências, objeto do Termo de Cooperação firmado e cujo prazo limite é março de 2012.

CULTURA

A Chesf tem se destacado como uma das principais empresas a promover a cultura e o esporte, em especial na região Nordeste, além de incentivar a produção técnica do setor de energia elétrica, através de projetos de patrocínio. Essa atuação vai além do desembolso financeiro e se traduz no compromisso da Companhia com a preservação da história, das raízes e dos costumes da região.

Em 2010, a Companhia atuou em 197 projetos de patrocínio, contribuindo para valorizar a cultura brasileira, os esportes e para produzir e difundir os bens culturais. As ações de patrocínio visam fortalecer a imagem da Empresa perante a sociedade e aos seus públicos de interesse, quanto às ações direcionadas ao desenvolvimento humano, à promoção da cidadania, à inclusão social, às inovações, às produções e divulgações tecnológicas, culturais e esportivas, democratizando o acesso aos seus recursos de patrocínio, reafirmando seu compromisso de responsabilidade social e de preservação do meio ambiente.

PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS

Em 2010, a Chesf recebeu os seguintes prêmios e reconhecimentos:

- Selo Pró-Equidade de Gênero - 3^a. Edição, concedido pela Secretaria de Políticas para as Mulheres - SPM, pela Organização Internacional do Trabalho – OIT e pelo Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para as Mulheres;
- Selo de Promoção da Diversidade Étnico-Racial da Cidade de Salvador.
- Prêmio Melhor Programa de Estágio 2010 pelo Centro de Integração Empresa-Escola - CIEE/PE.
- Participação na publicação técnica especializada em Tecnologia da Informação “The CIO Edge: Seven leadership Skills You Need to Drive Results”, como caso de sucesso relacionado à gestão de TI. A Chesf foi a única empresa brasileira presente na publicação.
- Prêmio Ser Humano Paulo Freire 2010, concedido ao Projeto Alocação, Integração e

Acompanhamento do Novo Empregado, pela Associação Brasileira de Recursos Humanos - ABRH/PE.

- Prêmio Fundação Coge - Edição 2010, concedido ao Projeto Alocação, Integração e Acompanhamento do Novo Empregado. Categoria Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas.
- Projetos classificados para concorrer ao Prêmio Fundação Coge 2010:
 - a) Plano de Preparação Gerencial - Eixo Competências. Categoria Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas.
 - b) Vivendo e Aprendendo - Categoria Ações de Responsabilidade Social.

INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL

Os principais indicadores que representam a responsabilidade corporativa e socioambiental da Chesf são demonstrados a seguir:

INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL

(Valores expressos em milhares de reais)

1 - Geração e Distribuição de Riqueza		Em 2010:	4.391.642	Em 2009:	3.446.848
Distribuição do Valor Adicionado		34,0% governo 49,6% acionistas	13,4% empregados 3,0% financiadores	35,8% governo 25,1% acionistas	26,2% empregados 12,9% financiadores
A Demonstração do Valor Adicionado - DVA está apresentada, na íntegra, no conjunto das Demonstrações Contábeis.					
2 - RECURSOS HUMANOS		Em 2010:		Em 2009:	
2.1 - Remuneração					
Folha de pagamento bruta (FPB)		405.491		470.400	
- Empregados		402.858		468.276	
- Administradores		2.633		2.124	
Relação entre a maior e a menor remuneração:					
- Empregados		29,7		20,7	
- Administradores		10		1,0	
2.2 - Benefícios Concedidos		Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)
Encargos Sociais		173.158	42,7%	3,4%	133.275
Alimentação		41.673	10,3%	0,8%	37.196
Transporte		586	0,1%	0,0%	665
Previdência privada		51.911	12,8%	1,0%	43.269
Saúde		52.192	12,9%	1,0%	45.594
Segurança e medicina do trabalho		2.765	0,7%	0,1%	2.585
Educação e Creche		9.357	2,3%	0,2%	10.030
Cultura		-	0,0%	0,0%	-
Capacitação e desenvolvimento profissional		7.696	1,9%	0,1%	6.527
Participação nos lucros ou resultados		91.241	22,5%	1,8%	72.145
Total		430.579	106,2%	8,4%	351.286
2.3 - Composição do Corpo Funcional					
Nº de empregados no final do exercício		5.638			5.635
Nº de admissões		140			229
Nº de demissões		137			129
Nº de estagiários no final do exercício		173			206
Nº de empregados portadores de necessidades especiais no final do exercício		76			48
Nº de prestadores de serviços terceirizados no final do exercício		-			-
Nº de empregados por sexo:					
- Masculino		4.484			4.485
- Feminino		1.154			1.150
Nº de empregados por faixa etária:					
- Menores de 18 anos		-			-
- De 18 a 35 anos		944			954
- De 36 a 60 anos		4.173			4.281
- Acima de 60 anos		521			400
Nº de empregados por nível de escolaridade:					
- Analfabetos		-			-
- Com ensino fundamental		968			994
- Com ensino médio		1.001			441
- Com ensino técnico		1.575			2.162
- Com ensino superior		1.914			1.866
- Pós-graduados		180			172
Percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo:					
- Masculino		82,9%			84,0%
- Feminino		17,1%			16,0%
2.4 - Contingências e Passivos Trabalhistas:					
Nº de processos trabalhistas movidos contra a entidade		1.094			643
Nº de processos trabalhistas julgados procedentes		283			374
Nº de processos trabalhistas julgados improcedentes		155			423
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça		1.008			-
3 - Interação da Entidade com o Ambiente Externo		Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)
3.1 - Relacionamento com a comunidade					
Total dos investimentos em:					
Educação		3.706	0,1%	0,1%	2.253
Cultura		12.479	0,5%	0,2%	8.664
Saúde e infra-estrutura		19.154	0,7%	0,4%	17.300
Esporte e lazer		2.021	0,1%	0,0%	1.084
Alimentação		32	0,0%	0,0%	15
Geração de trabalho e renda		5.515	0,2%	0,1%	4.724
Reassentamento de famílias		142.299	5,3%	2,8%	145.764
Total dos investimentos		185.206	6,9%	3,6%	179.804
Tributos (excluídos encargos sociais)		866.970	32,1%	16,8%	598.940
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos		192.768	7,1%	3,7%	210.061
Total - Relacionamento com a comunidade		1.244.944	46,1%	24,2%	988.805
3.2 - Interação com os Fornecedores		São exigidos controles sobre:			
Critérios de responsabilidade social utilizados para a seleção de seus fornecedores		Riscos ambientais, condições ambientais de trabalho, controle médico de saúde ambientais, prática de trabalho noturno ou insalubre de menores de 18 anos.			

4 - Interação com o Meio Ambiente	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente	7.339	0,3%	0,1%	10.914	1,0%	0,2%
Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	1.273	0,0%	0,0%	1.905	0,2%	0,1%
Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade	43	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade	965	0,0%	0,0%	933	0,1%	0,0%
Investimentos e gastos com outros projetos ambientais	9.393	0,3%	0,2%	1.916	0,2%	0,1%
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade	2	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativas e/ou judicialmente	17	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Passivos e contingências ambientais	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Total da Interação com o meio ambiente	19.030	0,7%	0,4%	15.668	1,4%	0,4%
5 - Outras informações	2010			2009		
Receita Líquida (RL)			5.150.548			4.503.207
Resultado Operacional (RO)			2.699.608			1.118.506

Recife, 18 de abril de 2011

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009, E EM 01 DE JANEIRO DE 2009
 (valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Controladora (BRGAAP)			Consolidado (IFRS e BRGAAP)			
		31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	
ATIVO								
CIRCULANTE								
Caixa e equivalentes de caixa	6	1.261.703	796.158	896.290	1.460.299	980.202	951.240	
Consumidores, concessionárias e permissionárias	8	942.314	711.125	771.174	949.481	718.793	775.631	
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8	(85.339)	(66.599)	-	(85.339)	(66.599)	-	
Tributos e contribuições a recuperar	9	191.311	10.882	72.103	194.633	11.855	72.654	
Títulos e valores mobiliários	7	2.818	36	37	2.818	36	37	
Estoques	10	91.563	77.775	74.392	91.563	77.775	74.392	
Serviços em curso		80.642	145.048	104.937	80.915	145.226	104.937	
Ativo financeiro – Receita Anual Permitida		189.187	150.511	128.657	255.222	214.565	189.299	
Outros	14	96.697	76.572	90.935	145.629	91.683	81.239	
		2.770.896	1.901.508	2.138.525	3.095.221	2.173.536	2.249.429	
NÃO CIRCULANTE								
Realizável a Longo Prazo								
Consumidores, concessionárias e permissionárias	8	-	31.479	63.159	-	31.479	63.159	
Tributos e contribuições a recuperar	9	11.280	10.672	8.934	11.280	10.672	8.934	
Títulos e valores mobiliários	7	5.585	812	778	5.585	812	778	
Bens e direitos destinados a alienação		11.107	11.559	11.559	11.113	11.565	11.571	
Depósitos judiciais	11	213.430	188.253	116.369	216.898	188.253	116.369	
Cauções e depósitos vinculados		41.129	31.547	-	45.556	42.766	1.539	
Créditos fiscais	12	308.542	339.582	232.474	329.080	352.563	232.474	
Ativo financeiro indenizável	13	3.970.371	3.759.110	3.560.404	3.982.522	3.759.110	3.560.404	
Ativo financeiro – Receita Anual Permitida	13	1.516.534	1.496.531	1.458.974	2.105.996	1.859.444	1.764.529	
Outros	14	10.409	10.910	5.652	66.655	37.964	90.729	
		6.088.387	5.880.455	5.458.303	6.774.685	6.294.628	5.850.486	
Investimentos	15	788.446	481.560	285.812	65.175	65.472	64.669	
Imobilizado	16	11.008.860	10.971.103	11.066.972	12.082.538	11.395.845	11.098.200	
Intangível	17	32.100	31.554	31.959	51.796	49.009	47.449	
		17.917.793	17.364.672	16.843.046	18.974.194	17.804.954	17.060.804	
TOTAL DO ATIVO		20.688.689	19.266.180	18.981.571	22.069.415	19.978.490	19.310.233	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009, E EM 01 DE JANEIRO DE 2009
 (valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Controladora (BRGAAP)			Consolidado (IFRS e BRGAAP)			
		31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO								
CIRCULANTE								
Fornecedores	18	268.592	256.520	195.208	359.158	284.720	196.094	
Folha de pagamento		13.713	28.144	8.363	14.286	28.461	8.408	
Tributos e contribuições sociais	19	301.749	249.022	107.178	310.962	257.386	118.676	
Empréstimos e financiamentos	21	39.499	114.417	468.487	269.807	201.196	477.020	
Encargos de dívidas	21	7.213	5.860	9.516	9.021	15.510	9.683	
Participação nos lucros ou resultados	33	91.241	72.145	61.143	91.372	72.145	61.143	
Remuneração aos acionistas	34	431.282	183.303	265.090	431.282	183.303	265.090	
Obrigações estimadas		121.454	95.893	78.949	121.604	96.013	79.130	
Benefícios pós-emprego	23	38.809	101.328	273.720	38.809	101.328	273.720	
Incentivo ao desligamento – PDVP	24	53.355	14.898	-	53.355	14.898	-	
Pesquisa e Desenvolvimento		55.113	54.285	69.765	56.438	55.279	70.765	
Encargos do consumidor a recolher		46.586	57.802	19.049	46.821	58.167	19.310	
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos		34.438	37.571	33.112	34.438	37.570	33.112	
Outros	22	25.045	25.225	50.581	34.617	31.164	53.554	
		1.528.089	1.296.413	1.640.161	1.871.970	1.437.140	1.665.705	
NÃO CIRCULANTE								
Tributos e contribuições sociais	19	10.282	21.053	45.592	33.028	32.390	47.948	
Débitos fiscais	20	44.677	8.948	-	57.090	18.586	8.160	
Empréstimos e financiamentos	21	646.514	543.169	3.307.765	1.622.699	1.061.257	3.552.150	
Benefícios pós-emprego	23	323.882	352.395	670.463	323.882	352.395	670.463	
Incentivo ao desligamento - PDVP	24	-	259.220	-	-	259.220	-	
Pesquisa e Desenvolvimento		134.555	120.470	106.187	134.555	120.470	106.187	
Encargos do consumidor a recolher		31.144	15.109	54.539	31.144	15.109	54.539	
Provisões para contingências	25	748.165	599.366	531.803	749.124	599.366	531.803	
Concessões a pagar	26	-	-	-	17.808	15.786	13.994	
Recursos destinados a aumento de capital		-	3.018.051	294.396	-	3.018.051	294.396	
Outros	22	5.220	7.701	7.582	11.954	24.435	41.805	
		1.944.439	4.945.482	5.018.327	2.981.284	5.517.065	5.321.445	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO								
Capital social	27	7.720.760	4.539.557	4.196.306	7.720.760	4.539.557	4.196.306	
Reservas de capital	27	4.916.199	4.916.199	4.916.199	4.916.199	4.916.199	4.916.199	
Reservas de lucros	27	4.778.516	3.195.703	3.366.248	4.778.516	3.195.703	3.366.248	
Dividendos adicionais	27	168.195	576.588	306.525	168.195	576.588	306.525	
Outros resultados abrangentes	27	(367.509)	(203.762)	(462.195)	(367.509)	(203.762)	(462.195)	
		17.216.161	13.024.285	12.323.083	17.216.161	13.024.285	12.323.083	
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		20.688.689	19.266.180	18.981.571	22.069.415	19.978.490	19.310.233	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
 (valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Controladora (BRGAAP)		Consolidado (IFRS e BRGAAP)	
		31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
		5.150.548	4.503.207	5.433.058	4.620.178
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	28				
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	30				
Custo com energia elétrica					
Energia elétrica comprada para revenda		(24.061)	-	(24.061)	-
Encargos de uso da rede elétrica		(765.661)	(751.680)	(765.661)	(751.680)
Custo de operação					
Pessoal		(326.896)	(234.330)	(328.849)	(235.970)
Material		(11.474)	(8.847)	(55.894)	(8.929)
Combustíveis para a produção de energia		(2.296)	(7.242)	(2.296)	(7.242)
Serviço de terceiros		(61.368)	(44.632)	(135.795)	(65.383)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	29	(192.768)	(210.061)	(192.768)	(210.061)
Depreciação e amortização		(345.896)	(348.231)	(345.896)	(348.231)
Outras		18.267	3.894	17.155	2.782
		(1.712.153)	(1.601.129)	(1.834.065)	(1.624.714)
CUSTO DO SERVIÇO PRESTADO A TERCEIROS	30	(3.394)	(11)	(3.394)	(11)
CUSTO DE CONSTRUÇÃO	30	(420.451)	(386.774)	(503.066)	(416.871)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		3.014.550	2.515.293	3.092.533	2.578.582
DESPESAS OPERACIONAIS	30	(604.815)	(1.223.937)	(619.685)	(1.232.646)
RESULTADO DO SERVIÇO		2.409.735	1.291.356	2.472.848	1.345.936
RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA					
Renda de aplicações financeiras		78.043	77.778	80.488	81.680
Var. monet. e acrésc. moratórios – energia vendida		154.275	31.731	154.277	31.731
Outras variações monetárias ativas		1.454	2.639	1.454	2.639
Outras receitas financeiras		68.152	104.456	35.328	108.454
PIS/Pasep e Cofins		99.686	(606)	99.686	(606)
Encargos de dívidas		(60.897)	(396.938)	(74.235)	(410.841)
Variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos		(493)	53.017	(493)	53.017
Outras variações monetárias passivas		(141)	(49)	(141)	(49)
Outras despesas financeiras		(49.126)	(49.566)	(67.840)	(97.624)
		290.953	(177.538)	228.524	(231.599)
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)					
Receitas		355	10.481	363	10.505
Despesas		(1.435)	(5.793)	(1.435)	(5.793)
		(1.080)	4.688	(1.072)	4.712
RESULTADO OPERACIONAL		2.699.608	1.118.506	2.700.300	1.119.049
Contribuição social	31	(233.351)	(84.579)	(234.962)	(85.342)
Imposto de renda	31	(578.141)	(219.074)	(582.674)	(221.423)
Incentivos fiscais	32	380.357	163.153	385.809	165.722
Lucro antes das participações		2.268.473	978.006	2.268.473	978.006
Participação nos lucros ou resultados	33	(91.241)	(72.145)	(91.241)	(72.145)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		2.177.232	905.861	2.177.232	905.861
Lucro básico por ação (R\$)		42,22	21,72	42,22	21,72
Lucro diluído por ação (R\$)		42,22	17,57	42,22	17,57

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
 (valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Controladora e Consolidado (BRGAAP)	
		31/12/2010	31/12/2009
Lucro Líquido do Exercício		2.177.232	905.861
Outros componentes do resultado abrangente			
Participação no resultado abrangente de investidas	36	(1.702)	(1.320)
Resultado atuarial com benefícios pós-emprego		(191.205)	306.493
Imposto de renda e contribuição social diferidos		29.160	(46.740)
Outros componentes do resultado abrangente do exercício		(163.747)	258.433
Total do resultado abrangente do exercício		2.013.485	1.164.294

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(valores expressos em milhares de reais)

	CAPITAL SUBSCRITO/ REALIZADO	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS					DIVIDENDOS ADICIONAIS PROPOSTOS	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	LUCROS ACUMULADOS	RECURSOS DEST. A AUM. DE CAPITAL	TOTAL
SALDO EM 01/01/2009 ANTES DA ADOÇÃO DAS NOVAS PRÁTICAS	4.196.306	4.916.199	485.069	319.916	8.179	2.209.834	343.251	-	-	-	294.396	12.773.150
Ajustes adoção das novas práticas	-	-	-	-	-	-	-	(462.195)	26.721	(294.396)	(729.870)	279.803
Dividendos adicionais	-	-	-	-	-	-	-	306.524	-	(26.721)	-	279.803
SALDO EM 01/01/2009 APÓS A ADOÇÃO DAS NOVAS PRÁTICAS	4.196.306	4.916.199	485.069	319.916	8.179	2.209.834	343.251	306.524	(462.195)	-	-	12.323.083
Aumento de capital	343.251	-	-	-	-	-	(343.251)	-	-	-	-	-
Realização de reservas de lucros	-	-	(20.510)	-	-	-	-	-	20.510	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial – Coligadas	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.320)	-	-	(1.320)
Resultado atuarial com benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	-	259.753	-	-	259.753
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	905.861	-	905.861
Destinação:												
Reserva legal	-	-	-	30.062	-	-	-	-	-	(30.062)	-	-
Dividendos mínimos - nota 34	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(183.289)	-	(183.289)
Dividendos adicionais propostos - nota 34	-	-	-	-	-	-	-	549.867	-	(549.867)	-	-
Aprovação de dividendos adicionais pela AGO	-	-	-	-	-	-	-	(279.803)	-	-	-	(279.803)
Reserva de incentivos fiscais (*)	-	-	-	-	-	-	163.153	-	-	(163.153)	-	-
SALDO EM 31/12/2009	4.539.557	4.916.199	464.559	349.978	8.179	2.209.834	163.153	576.588	(203.762)	-	-	13.024.285
Aumento de capital	3.181.203	-	-	-	-	-	(163.153)	-	-	-	-	3.018.050
Realização de reservas de lucros	-	-	(18.027)	-	-	-	-	-	-	18.027	-	-
Participação no resultado abrangente de investidas	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.702)	-	-	(1.702)
Resultado atuarial com benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	-	(162.045)	-	-	(162.045)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.177.232	-	2.177.232
Destinação:												
Reserva legal	-	-	-	89.844	-	-	-	-	-	(89.844)	-	-
Dividendos mínimos - nota 34	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(431.266)	-	(431.266)
Aprovação de dividendos adicionais pela AGO	-	-	-	-	-	-	-	(408.393)	-	-	-	(408.393)
Reserva de retenção de lucros (**)	-	-	-	-	-	1.293.792	-	-	-	(1.293.792)	-	-
Reserva de incentivos fiscais (*)	-	-	-	-	-	-	380.357	-	-	(380.357)	-	-
SALDO EM 31/12/2010	7.720.760	4.916.199	446.532	439.822	8.179	3.503.626	380.357	168.195	(367.509)	-	-	17.216.161

(*) A parcela do lucro líquido do exercício decorrente de incentivos fiscais foi destinada à constituição da reserva de lucro denominada Reserva de incentivos fiscais, conforme estabelecido no art. 195-A da Lei nº 6.404/1976, incluído pela Lei nº 11.638/2007.

(**) O valor de R\$ 1.293.792 mil, destinado à Reserva de retenção de lucros, correspondente à parcela não-distribuída do lucro líquido do exercício, integrará as fontes de recursos que compõem o orçamento de investimentos da Companhia.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(valores expressos em milhares de reais)

Notas	Controladora (BRGAAP)		Consolidado (IFRS e BRGAAP)	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	2.699.608	1.118.506	2.700.300	1.119.047
Despesas (Receitas) que não afetam o caixa:				
Depreciação e amortização	416.097	414.530	416.117	414.535
Variações monetária e cambial (líquidas)	(56.982)	(55.809)	(56.982)	(55.809)
Equivalência patrimonial	15	(31.253)	(22.703)	329
Provisão para contingências		82.357	51.522	82.357
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		18.740	66.599	18.740
Atualização de depósitos judiciais		(12.118)	(35.503)	(12.118)
Atualização de títulos da dívida agrária (TDA)		(1.849)	-	(1.849)
Encargos financeiros		118.626	386.098	160.898
Incentivo ao desligamento – PDVP		(220.763)	274.118	(220.763)
Receita de construção		(420.451)	(386.774)	(636.818)
Receita financeira – Ativo financeiro		(690.179)	(718.769)	(759.343)
Entidade de previdência privada – ajuste atuarial		(71.188)	96.877	(71.188)
Outras		(13.809)	252	(11.617)
	1.816.836	1.188.944	1.608.063	1.167.771
Encargos financeiros pagos a acionistas e outras partes relacionadas		(17.664)	(363.845)	(17.664)
Pagamentos à entidade de previdência privada		(211.048)	(280.846)	(211.048)
Encargos financ. pagos a instituições financeiras e outras		(42.712)	(39.515)	(46.326)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(272.059)	(146.300)	(272.546)
Pagamento de participações nos lucros ou resultados		(72.145)	(61.143)	(72.145)
Depósitos vinculados a litígios		(13.059)	(36.381)	(13.059)
Variações nos Ativos e Passivos				
Consumidores, concessionárias e permissionárias		(199.710)	91.729	(199.218)
Estoques		(13.788)	(3.383)	(13.788)
Tributos e contribuições sociais		(201.620)	39.425	(196.528)
Adiantamentos a empregados		(111)	9.340	(126)
Cauções e depósitos vinculados		(21.582)	(23.547)	(40.209)
Serviços em curso		64.406	(40.111)	64.311
Alienação de ativos – Projeto Biomassa		-	(7.218)	(7.218)
Fornecedores		12.072	61.312	74.447
Obrigações estimadas		25.561	16.944	25.591
Encargos do consumidor a recolher		4.819	(677)	3.096
Pesquisa e Desenvolvimento		14.913	(1.197)	14.644
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos		(3.133)	4.459	(3.133)
TAC Comunidade Indígena Tuxá – Itaparica		-	(25.724)	-
Provisão para contingências		66.442	16.041	67.401
Outros ativos e passivos operacionais		(22.370)	9.954	(58.700)
	(902.788)	(780.683)	(895.000)	(732.874)
Total das atividades operacionais	914.048	408.261	713.063	434.897
Atividades de investimentos				
Aplicações em Ativos Imobilizado e Intangível		(434.464)	(304.519)	(984.036)
Realização do Ativo financeiro - RAP		840.690	847.426	885.541
Participações societárias permanentes		(288.449)	(181.023)	-
Dividendos		11.145	19.864	-
Bens e direitos para uso futuro		-	(600)	-
Baixas de Ativo Imobilizado		2.161	16.355	7.343
Outros		(116)	(870)	(108.158)
	130.967	396.633	(199.310)	203.213
Atividades de financiamentos				
Empréstimos e financiamentos obtidos a longo prazo		147.210	112.467	674.566
Remuneração paga aos acionistas		(607.867)	(565.178)	(607.867)
Pagamentos de parcelas de curto prazo de emp. e financiamentos de natureza de longo prazo		(118.813)	(452.315)	(138.954)
Outros		-	-	(472.476)
	(579.470)	(905.026)	(33.656)	(609.148)
TOTAL DE EFEITOS NO CAIXA	465.545	(100.132)	480.097	28.962
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		796.158	896.290	980.202
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		1.261.703	796.158	1.460.299
VARIAÇÃO NO CAIXA	465.545	(100.132)	480.097	28.962

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado		
		31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009	
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO						
Receitas						
Venda de energia elétrica, transmissão e Outras		6.022.222	5.275.795	6.304.514	5.389.289	
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa		(18.740)	(66.599)	(18.740)	(66.599)	
Perdas – Consumidores/Concessionárias e Energia livre		(21.752)	(95.380)	(21.752)	(95.380)	
		5.981.730	5.113.816	6.264.022	5.227.310	
(-) Insumos adquiridos de terceiros						
Material		24.138	24.267	68.657	24.417	
Combustíveis para a produção de energia		2.296	7.242	2.296	7.242	
Serviço de terceiros		177.999	136.831	256.818	159.620	
Energia elétrica comprada para revenda		24.061	-	24.061	-	
Encargos de uso da rede elétrica		765.661	751.680	747.206	741.455	
Custo de construção		420.451	386.774	503.066	416.871	
Outros		61.285	226.166	65.246	230.409	
		1.475.891	1.532.960	1.667.350	1.580.014	
(=) Valor Adicionado Bruto		4.505.839	3.580.856	4.596.672	3.647.296	
(-) Retenções						
Quotas de reintegração (Depreciação e Amortização)		416.097	414.530	416.117	414.535	
(=) Valor Adicionado Líquido		4.089.742	3.166.326	4.180.555	3.232.761	
(+) Valor adicionado transferido						
Resultado de equivalência patrimonial		31.253	22.703	(329)	(369)	
Dividendos e juros sobre o capital próprio		3.947	7.124	605	714	
Aluguéis		(24)	142	(24)	142	
Receitas financeiras		266.724	186.777	283.808	231.187	
		301.900	216.746	284.060	231.674	
(=) Valor Adicionado a Distribuir		4.391.642	3.383.072	4.464.615	3.464.435	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO						
Pessoal						
Salários/benefícios/FGTS		641.184	483.543	648.945	487.464	
Incentivo à aposentadoria e demissão voluntária – PDVP		(220.763)	274.166	(220.763)	274.166	
Participação nos lucros ou resultados		91.241	72.145	91.241	72.145	
Honorários da diretoria		2.150	1.836	2.197	1.913	
Provisões para contingências trabalhistas/indenizações trabalhistas		68.569	26.349	68.569	26.349	
Entidade de previdência privada – contribuições normais		8.721	7.574	8.721	7.574	
		591.102	865.613	598.910	869.611	
Governos:						
Encargos sociais vinculados à folha de pagamento		143.136	107.847	143.698	108.197	
Tributos líquidos de incentivos fiscais		787.433	562.066	804.193	567.267	
Encargos regulatórios	29	560.740	526.857	563.202	529.239	
		1.491.309	1.196.770	1.511.093	1.204.703	
Financiadores:						
Encargos financ., variação monetária e outros						
Eletrobras		15.187	307.220	15.187	307.220	
Outros financiadores		95.470	86.316	140.056	155.306	
Aluguéis		21.342	21.292	22.137	21.734	
		131.999	414.828	177.380	484.260	
Acionistas:						
Dividendos mínimos propostos	34	431.266	183.289	431.266	183.289	
Dividendos adicionais propostos	34	-	408.393	-	408.393	
Lucros retidos		1.745.966	314.179	1.745.966	314.179	
		2.177.232	905.861	2.177.232	905.861	
		4.391.642	3.383.072	4.464.615	3.464.435	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009***(valores expressos em milhares de reais, exceto os mencionados em contrário)***1 - CONTEXTO OPERACIONAL**

A Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf, com sede na Rua Delmiro Gouveia, 333, Bairro de San Martin, CEP 50761-901, na cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, é uma empresa de economia mista de capital aberto, controlada da Centrais Elétricas Brasileiras S.A.- Eletrobras, criada pelo Decreto-Lei nº 8.031/1945, com operações iniciadas em 15/03/1948. Tem como atividades principais a geração e a transmissão de energia elétrica. A partir do exercício de 2002, com a liberação gradual dos seus contratos de suprimento (contratos iniciais), à razão de 25% ao ano, de acordo com a Lei nº 9.648, de 27/05/1998, a Companhia, que até então tinha o seu mercado limitado à Região Nordeste, passou a atuar em todo o território nacional, com atendimento às demandas das demais regiões do País, tendo hoje como principais compradoras as regiões Sudeste e Nordeste.

As operações da Companhia com a geração de energia contam com 14 usinas hidrelétricas e 1 usina termelétrica, perfazendo uma potência instalada de 10.615 MW. A transmissão de energia é realizada por um sistema composto de 99 subestações e de 18.723 quilômetros de linhas de alta tensão.

A comercialização de energia elétrica se dá por meio de contratos firmados com as concessionárias de distribuição, dos contratos de reserva de potência e fornecimento de energia elétrica, firmados com consumidores industriais diretamente atendidos pela Companhia, de contratos oriundos de leilões de energia elétrica, realizados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, e de leilões de compra e venda de energia elétrica, realizados por comercializadores ou consumidores livres. As eventuais diferenças entre as energias geradas e as vendidas na forma dos contratos descritos, são comercializadas por intermédio do mercado de curto prazo, no âmbito da CCEE.

A atividade de Transmissão e a consequente Receita Anual Permitida - RAP, estipulada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, cujo montante é anualmente reajustado, é suportada por Contratos de Prestação de Serviços de Transmissão – CPST e Contratos de Conexão ao Sistema de Transmissão – CCT, todos vinculados ao Contrato de Concessão de Transmissão. As autorizações concedidas pela Aneel, por meio de resoluções, para novos empreendimentos, caracterizadas como Receita de Novos Investimentos - RBNI, estão sujeitas a revisão tarifária a cada quatro anos com o objetivo de promover a eficiência e a modicidade tarifária. As demais instalações existentes quando da determinação do contrato de concessão, definidas como Receita de Rede Básica dos Serviços Existentes - RBSE têm a sua receita fixada e reajustada anualmente até o final da concessão. Adicionalmente ao contrato de concessão existente, a Chesf tem firmado novos contratos de concessão para a prestação dos serviços de transmissão na Rede Básica, decorrentes de leilões de transmissão promovidos pela Aneel. A receita obtida nesses leilões de transmissão é reajustada anualmente pelo IPCA ao longo do período de concessão - 30 anos - e também está sujeita a revisões tarifárias a cada quatro anos.

A Companhia passou pelo 2º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica, homologada pela Resolução nº 995, de 08/06/2010, da Aneel, que resultou em uma redução de sua RAP, no montante de R\$ 83.613, a qual está sendo amortizada desde julho/2010 via faturamento mensal do serviço de transmissão de energia elétrica.

Desde 01 de março de 1999, o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, com funcionamento autorizado pela Resolução nº 351/1998, da Aneel, assumiu o controle e a operação do Sistema Interligado Nacional – SIN. Nesse contexto, as usinas e a rede básica de transmissão da Companhia estão sob a coordenação operacional, supervisão e controle da referida sociedade.

Além do parque de geração e sistemas de transmissão próprios, antes mencionados, a Companhia participa, em sociedade com outras empresas, da construção e operação de usinas de geração hidráulica e de geração eólica que terão capacidades instaladas de 14.794,1 MW e 86,4 MW, respectivamente, e de empreendimentos de transmissão compostos por 1.241 Km de linhas de transmissão em serviço e 3.058 Km de linhas de transmissão em construção, sumariados na nota 2 a seguir.

2 - DAS CONCESSÕES

A Companhia detém as seguintes concessões e permissões:

CONCESSÕES/ PERMISSÕES	Rio	Capacidade Instalada (MW)	Capacidade Utilizada Em 2010 (MW médio/ano)	Data da Concessão/ Permissão	Data de Vencimento
USINAS					
Hidrelétricas					
Paulo Afonso I	São Francisco	180,001	102,047	03/10/1945	02/10/2015
Paulo Afonso II	São Francisco	443,000	185,753	03/10/1945	02/10/2015
Paulo Afonso III	São Francisco	794,200	216,150	03/10/1945	02/10/2015
Paulo Afonso IV	São Francisco	2.462,400	1.322,434	03/10/1945	02/10/2015
Apolônio Sales (Moxotó)	São Francisco	400,000	126,837	03/10/1945	02/10/2015
Luiz Gonzaga (Itaparica)	São Francisco	1.479,600	904,778	03/10/1945	03/10/2015
Xingó	São Francisco	3.162,000	2.180,841	03/10/1945	02/10/2015
Piloto	São Francisco	2,000	-	16/02/1949	07/07/2015
Araras	Acaráu	4,000	-	29/08/1958	07/07/2015
Funil	de Contas	30,000	11,664	25/08/1961	07/07/2015
Pedra	de Contas	20,007	5,785	25/08/1961	07/07/2015
Boa Esperança (Castelo Branco)	Parnaíba	237,300	157,458	11/10/1965	10/10/2015
Sobradinho	São Francisco	1.050,300	485,800	10/02/1972	09/02/2022
Curemas	Piancó	3,520	1,271	26/11/1974	25/11/2024
Termelétrica					
Camaçari	-	346,803	1,922	11/08/1977	10/08/2027
Eólica					

A Companhia foi vencedora do Leilão Aneel de fontes alternativas nº 007/2010, para o Parque Eólico Casa Nova, a ser instalado no município de Casa Nova, no Estado da Bahia, com capacidade de 180 MW, para o qual está aguardando a outorga de autorização.

Obs.: Capacidade Utilizada corresponde à geração média, em MW, no período.

CONCESSÕES/PERMISSÕES
SISTEMA DE TRANSMISSÃO
Contrato de Concessão nº 061/2001 – ANEEL:
Em serviço:

- 83 subestações de transmissão, 15 subestações elevadoras e 18.260 km de linhas de alta tensão.

Data da Concessão
Data de Vencimento

29/06/2001

07/07/2015

Contratos obtidos por meio de Leilões da Aneel:
Em serviço:

- Linha de transmissão Milagres/Tauá (CE), em 230 kV, com extensão de 208 km e Subestação Tauá (CE), em 230 kV.
- Linha de transmissão Milagres/Coremas (CE/PB), em 230 kV, com extensão de 120 km.
- Linha de transmissão Paraíso/Açu II (RN), em 230 kV, com extensão de 135 km.

04/03/2005

03/03/2035

04/03/2005

03/03/2035

14/06/2007

14/06/2037

Em construção:

- Linha de transmissão Funil/Itapebi (BA), em 230 kV, com extensão aproximada de 198 km.
- Linha de transmissão Ibicoara/Brumado (BA), em 230 kV, com extensão aproximada de 95 km e Subestação Ibicoara em 500/230 kV(PE)
- Linha de transmissão Picos/Tauá (PI/CE), em 230 kV, com extensão aproximada de 183,2 km.
- Linha de transmissão Jardim/Penedo (SE/AL), em 230 kV, com extensão aproximada de 110 km.
- Linha de transmissão Eunápolis/Teixeira de Freitas II, circuito 1 (BA), em 230 kV, com extensão aproximada de 152 km e Subestação Teixeira de Freitas II, em 230/138 kV (BA).
- Subestações Suape II, em 500/230 kV e Suape III, em 230/69 kV (PE), Linha de transmissão Messias/Recife com extensão aproximada de 24km.
- Linhas de transmissão Pau Ferro/Santa Rita II (PE/PB), em 230kV, com extensão aproximada de 96,7 km e Paulo Afonso III/Zebu (AL), em 230kV, com extensão aproximada de 6 km; e Subestações Santa Rita II, em 230/69kV (PB); Zebu, em 230/69kV (AL); e Natal III, em 230/69kV (RN).
- Linha de transmissão Eunápolis/Teixeira de Freitas II, circuito 2 (BA), em 230 kV, com extensão aproximada de 152 km.
- Subestação Camaçari IV, em 500/230kV (BA); 12/07/2010 – 12/07/2040
- Subestação Arapiraca III, em 230/69 kV (AL) e linha de transmissão, em circuito duplo, Rio Largo II/Penedo, em 230 kV, com extensão aproximada de 45 km.
- Subestação Pólo, em 230/69 kV (BA)
- Linhas de transmissão Paraíso/Açu II (RN), em 230 kV, circuito 3, com extensão aproximada de 123 km, Açu/Mossoró II (RN), em 230 kV, circuito 2, com extensão aproximada de 69 km e João Câmara/Extremoz II (RN), em 230 kV, C1, com extensão aproximada de 82 km, Subestação João Câmara, em 230 kV (RN) e Subestação Extremoz II, em 230 kV (RN).
- Linhas de transmissão Igaporã/Bom Jesus da Lapa II (BA), em 230 kV, C1, com extensão aproximada de 115 km, e Subestação Igaporã, em 230 kV (BA).
- Linhas de transmissão Sobral III/Acaraú II (CE), em 230 kV, C2, com extensão aproximada de 97 km, e Subestação Acaraú II, em 230 kV (CE).

20/04/2007

20/04/2037

14/06/2007

14/06/2037

14/06/2007

14/06/2037

17/03/2008

17/03/2038

16/10/2008

16/10/2038

28/01/2009

28/01/2039

03/08/2009

03/08/2039

03/08/2009

03/08/2039

12/07/2010

12/07/2040

06/10/2010

06/10/2040

06/10/2010

06/10/2040

23/11/2010

23/11/2040

23/11/2010

23/11/2040

23/11/2010

23/11/2040

A capacidade instalada das usinas, que é sempre superior à sua produção, considera:

- a existência de períodos, tanto ao longo do dia, como no horizonte anual, em que ocorrem maior ou menor demanda de energia no sistema para o qual a usina, ou sistema de geração, está dimensionado;
- a existência de períodos também em que máquinas são retiradas da operação para a execução de manutenção, seja preventiva ou corretiva;
- que a produção das usinas hidráulicas depende ainda da disponibilidade hídrica do rio onde está localizada. Em períodos de maior hidraulicidade pode ser possível elevar a geração, bem como pode haver a necessidade de sua redução durante os períodos de escassez d'água, como ocorre nos períodos de racionamento de energia elétrica.

A produção das usinas do Sistema Chesf é função do Planejamento e Programação da Operação Eletroenergética, com horizontes e detalhamento que vão desde o nível anual até os níveis diário e horário, elaborados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, que define o montante e a origem da geração necessária para atender aos requisitos energéticos do País de forma otimizada, levando em conta as necessidades do mercado, as disponibilidades hídrica e de máquinas, bem como o custo da geração e a viabilidade de transmissão dessa energia por intermédio de um complexo sistema que interliga as diferentes regiões.

A Companhia detém ainda, por intermédio de suas controladas em conjunto e coligada, as seguintes concessões e permissões:

Geração Hidráulica

Usinas em construção	Empresa	Participação da Companhia	Rio	Capacidade em MW	Ano da Concessão	Ano de Vencimento
UHE Dardanelos	Energética Águas da Pedra S.A.	24,5%	Aripuanã	261,000	2007	2042
UHE Jirau	ESBR Participações S.A.	20,0%	Madeira	3.300,000	2008	2043
UHE Belo Monte	Norte Energia S.A.	15,0%	Xingu	11.233,100	2010	2045

Geração Eólica

Usinas em construção	Empresa	Participação da Companhia	Localidade	Capacidade em MW	Ano da Autorização	Ano de Vencimento
EOL São Pedro do Lago	São Pedro do Lago S.A.	49,0%	São Pedro do Lago (BA)	28,8	2011	2046
EOL Pedra Branca	Pedra Branca S.A.	49,0%	Pedra Branca(BA)	28,8	2011	2046
EOL Sete Gameleiras	Sete Gameleiras S.A.	49,0%	Sete Gameleiras (BA)	28,8	2011	2046

Transmissão

SISTEMA DE TRANSMISSÃO	Empresa	Participação da Companhia	Ano da Concessão	Ano de Vencimento
Em serviço:				
- Linha de transmissão Teresina(PI)/Sobral/Fortaleza(CE), em 500 kV, com extensão de 546 km.	STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	49,0%	2004	2034
- Linha de transmissão Colinas/Miracema/Urupi/ Peixe 2/Serra da Mesa (TO/GO), em 500 kV, com 695 km.	Integração Transmissora de Energia S.A.	12,0%	2006	2036
Em Construção:				
- Linha de Transmissão Oriximiná/Itacoatiara CD, em 500 kV, com aproximadamente 375 km de extensão e Itacoatiara/Cariri, em 500 kV, com aproximadamente 212 km de extensão (PA/AM); subestações Itacoatiara 500/138 kV e Cariri 500/230 kV.	Manaus Transmissora de Energia S.A.	19,5%	2008	2038
- Linha de transmissão Coletora Porto Velho (RO)/ Araraquara 2 (SP), nº 01, em CC, +/- 600 kV, com aproximadamente 2.375 km de extensão; Estação Retificadora nº 02 CA/CC, 500 kV/+/ - 600kV – 3.150 MW; e Estação Inversora nº 02 CC/CA, +/- 600 kV/500kV – 2.950 MW.	Interligação Elétrica do Madeira S.A.	24,5%	2009	2039
- Linha de transmissão São Luiz II/ São Luiz III (MA), em 230 kV, com aproximadamente 96 km de extensão; Subestação Pecém II (CE), 500 kV e Aquiraz II (CE), em 230 kV.	TDG - Transmissora Delmiro Gouveia S.A.	49,0%	2010	2040

3 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Companhia está apresentando com as suas Demonstrações Contábeis individuais, as Demonstrações Contábeis Consolidadas. Este procedimento é necessário em virtude de a legislação societária brasileira determinar a divulgação das demonstrações contábeis individuais das entidades que possuem investimentos em controladas em conjunto, mesmo quando estas entidades divulgam suas demonstrações consolidadas.

A autorização para conclusão destas demonstrações contábeis foi dada pela Diretoria da Companhia em 11 de abril de 2011, com encaminhamento ao Conselho de Administração.

As Demonstrações Contábeis Individuais estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM vigentes em 31/12/2010.

As Demonstrações Contábeis Consolidadas foram elaboradas e estão preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, as quais estão em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil (*BRGAAP*) e com os procedimentos de consolidação apresentados na nota 5.

Não há diferença entre patrimônio líquido e lucro líquido consolidados, constantes das demonstrações contábeis consolidadas preparadas de acordo com as *IFRS* e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e patrimônio líquido e lucro líquido da controladora, constantes das demonstrações contábeis individuais, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Com isso, a Companhia apresenta estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas num único conjunto, lado a lado.

Em 2009 e 2010, o CPC emitiu diversos pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações, aprovados pela CVM, alinhados com as normas internacionais de contabilidade (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, que alteraram diversas práticas contábeis.

As demonstrações contábeis relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras apresentadas de acordo com esses novos pronunciamentos contábeis. Para tanto, a Companhia preparou um balanço de abertura na data de transição, 1º de janeiro de 2009, bem como as demonstrações contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2009, considerando esses pronunciamentos, com o fim de comparabilidade com os períodos divulgados.

Na preparação das demonstrações contábeis consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 a Companhia aplicou os CPC 37 e 43 e a *IFRS 1*, que tratam da adoção inicial dos novos pronunciamentos. Nas demonstrações contábeis individuais foram aplicados os CPC 37 e 43.

Na preparação dessas demonstrações contábeis, a Companhia utilizou as exceções obrigatórias aplicáveis às suas operações, e certas isenções opcionais em relação à aplicação completa retrospectiva, conforme a seguir:

a) Isenções opcionais de aplicação retrospectiva dos pronunciamentos contábeis, adotadas pela Companhia:

- Isenção relativa à aplicação retroativa do ICPC 01 - a Companhia considerou impraticável remensurar, individualmente, os ativos que compõem a infraestrutura utilizada na concessão do serviço público nas suas datas de aquisição, optando pelo método do valor residual para a mensuração: (i) o ativo financeiro, correspondente à parcela estimada dos investimentos realizados que serão amortizados até o final da concessão; e (ii) o ativo financeiro, correspondente ao valor a receber do Poder Concedente no final da concessão.

- Isenção para mensuração dos benefícios a empregados - a Companhia optou por reconhecer todos os ganhos e perdas atuariais decorrentes de planos de benefícios pós-emprego na data da adoção inicial dos novos CPC em contra partida a *outros resultados abrangentes*. A partir dessa data de adoção inicial, a Companhia reconhece os ganhos e perdas atuariais em *outros resultados abrangentes*, no patrimônio líquido.

As demais isenções opcionais não se aplicaram à Companhia.

b) Exceções obrigatórias de aplicação retrospectiva dos pronunciamentos contábeis, adotadas pela Companhia:

- Exceção das estimativas - as estimativas utilizadas na preparação das demonstrações contábeis em 1º de janeiro de 2009 e em 31 de dezembro de 2009 são consistentes com as estimativas feitas nessas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas anteriormente.

As demais exceções obrigatórias não se aplicaram à Companhia.

3.1. Descrição dos principais ajustes e reclassificações decorrentes da adoção dos novos pronunciamentos contábeis

Os principais ajustes decorrentes dos novos pronunciamentos contábeis cuja aplicação afetou as demonstrações contábeis da Companhia na data da sua adoção, 01/01/2009 e em 31/12/2009, são os apresentados a seguir. Os efeitos decorrentes da aplicação desses pronunciamentos estão também demonstrados.

CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

O objetivo deste Pronunciamento é estabelecer que sejam aplicados critérios para reconhecimento e bases de mensuração apropriados a provisões e a passivos e ativos contingentes, e que sejam divulgadas informações suficientes nas notas explicativas para permitir que os usuários entendam a sua natureza, oportunidade e valor.

Os valores relativos a depósitos judiciais relacionados a provisões tributárias, cíveis e trabalhistas, anteriormente apresentados no balanço patrimonial em conta redutora da respectiva provisão no passivo, conforme disposto na Deliberação CVM nº 489/2005, a qual foi revogada pela adoção deste Pronunciamento, passaram a ser apresentados em conta do ativo da Companhia.

CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

Este Pronunciamento tem como objetivo a definição da base para a apresentação das demonstrações contábeis e assegurar a sua comparabilidade, tanto com as de períodos anteriores da mesma entidade quanto com as demonstrações contábeis de outras entidades. Nesse cenário, este Pronunciamento estabelece requisitos gerais para a apresentação das demonstrações contábeis, diretrizes para a sua estrutura e os requisitos mínimos para seu conteúdo.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, cujas expectativas de realização são nos doze meses seguintes à apresentação das demonstrações contábeis, eram registrados no circulante, conforme previsto na Instrução CVM nº 371/2002. Em observância a este Pronunciamento esses impostos diferidos passaram a ser reconhecidos integralmente no não circulante da Companhia.

CPC 27 - Ativo Imobilizado; ICPC 01 e OCPC 05 – Ativo Financeiro – Receita Anual Permitida e Ativo Financeiro Indenizável

O objetivo deste Pronunciamento é estabelecer o tratamento contábil para ativos imobilizados, de forma que os usuários das demonstrações contábeis possam discernir a informação sobre o investimento da entidade em seus ativos imobilizados, bem como suas mutações. Os principais

aspectos a serem considerados na contabilização do ativo imobilizado são o reconhecimento dos ativos, a determinação dos seus valores contábeis e os valores de depreciação e perdas por desvalorização a serem reconhecidas em relação a estes ativos.

Em atendimento às orientações dos Pronunciamentos CPC relativos ao assunto, a Companhia reprocessou o saldo do seu ativo imobilizado, considerando os elementos de custo previstos no CPC 27. Tal reprocessamento, que levou em consideração ainda a correção monetária dos anos de 1996 e 1997 gerou uma diferença imaterial em relação ao saldo contábil apresentado. Considerando os termos dos contratos de concessão, que prevêem a reversão do ativo residual líquido ao final da concessão, que toma por base o valor contábil histórico apresentado para efeito de indenização e a previsão de receita decorrente dos demais contratos de venda de energia, a Companhia entende que o valor contábil do seu ativo imobilizado, com as limitações admitidas pelo Órgão Regulador, representa adequadamente a sua posição patrimonial e atende aos requisitos do Pronunciamento CPC 27.

Os contratos de concessão que regulamentam a exploração do serviço público de transmissão de energia elétrica pela Companhia, prevêem que:

- o preço é regulado (tarifa) e denominado Receita Anual Permitida (RAP). A transmissora não pode negociar preços com usuários. Os contratos têm sua RAP atualizada monetariamente por índice de preços uma vez por ano e revisada a cada quatro anos. Geralmente, a RAP de empresa de transmissão está sujeita a alteração anual devido a aumento do ativo e de gastos decorrentes de modificações, reforços e ampliações de instalações;
- os bens são reversíveis no final da concessão, com direito a recebimento de indenização (caixa) do Poder Concedente sobre os investimentos ainda não amortizados.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de transmissão de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão de energia elétrica, abrangendo parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão, classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa e outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente.

A infraestrutura recebida ou construída é recuperada com a aplicação de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte pela Receita Anual Permitida, durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou de quem ele delegar esse encargo.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

A Companhia possui ativos financeiros a receber no âmbito das concessões de transmissão de energia elétrica, decorrente da aplicação do modelo financeiro previsto nas ICPC 01 e OCPC 05, no montante de R\$ 5.676.092 (R\$ 1.705.721, receita anual permitida, e R\$ 3.970.371, indenizável).

As conciliações e movimentações dos saldos ajustados às novas práticas contábeis estão apresentadas na nota 13.

CPC 30 – Receita

Este Pronunciamento tem o objetivo de estabelecer o tratamento contábil de receitas provenientes de certos tipos de transações e eventos e determinar quando reconhecê-las.

A receita é reconhecida quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e esses benefícios possam ser mensurados de forma confiável.

De acordo com as práticas contábeis anteriormente adotadas a apresentação da receita da Companhia na demonstração do resultado segregava a receita operacional bruta, as deduções sobre a receita

operacional bruta e a receita operacional líquida. O citado CPC define que, para fins de divulgação na demonstração do resultado, a receita deve incluir somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela entidade quando originários de suas próprias atividades. As quantias cobradas por conta de terceiros, tais como os tributos sobre vendas e os recursos destinados a pesquisa e desenvolvimento determinados pela Aneel, não são benefícios econômicos que fluem para a entidade e não resultam em aumento do patrimônio líquido; portanto, não devem ser apresentados como receita. Ainda de acordo com o CPC, a Companhia deve divulgar em nota explicativa uma conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado (nota 28).

CPC 33 - Benefícios Pós-emprego

O objetivo deste Pronunciamento é estabelecer a contabilização e a divulgação dos benefícios concedidos aos empregados. Para tanto, requer que a entidade reconheça: (a) um passivo quando o empregado prestou o serviço em troca de benefícios a serem pagos no futuro; e (b) uma despesa quando a entidade se utiliza do benefício econômico proveniente do serviço recebido do empregado em troca de benefícios a esse empregado.

Em conformidade com estas práticas contábeis, a Companhia optou por aplicar a isenção de benefícios a empregados do *IFRS 1* e mudar a política contábil de reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais, os quais eram reconhecidos pelo método do “corredor”, passando a ser reconhecidos no período em que ocorrerem em *outros resultados abrangentes*, conforme orientações do CPC 33 e *IAS 19*.

ICPC 08 - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos

Esta interpretação estabelece que o valor dos dividendos em montante acima do mínimo obrigatório estabelecido em Lei, não aprovado em assembleia geral, deve ser apresentado e destacado no patrimônio líquido. Pela prática contábil anterior esses dividendos complementares eram deduzidos do patrimônio líquido e reconhecidos no passivo da Companhia.

CPC Estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis.

As Companhias devem elaborar suas demonstrações contábeis de acordo com este pronunciamento, que, dentre outros conceitos, estabelece as bases para reconhecimento de ativos, passivos, receitas e despesas. Os valores reconhecidos antes da aplicação dos novos CPC como ativos e passivos regulatórios não são, de acordo com este pronunciamento, reconhecidos no balanço patrimonial, por não atenderem à definição de ativos e/ou passivos.

Como consequência, os saldos de ativos e passivos regulatórios contabilizados antes da data de adoção inicial dos novos CPC foram reconhecidos contra lucros acumulados e resultado do exercício, de acordo com o período de competência.

3.2. Demonstrativo dos ajustes e reclassificações decorrentes da adoção das novas práticas contábeis
a) Balanço patrimonial de abertura em 01/01/2009:

ATIVO	Controladora					
	Práticas contábeis anteriores	ICPC 01 Transmissão	Desreconhecimento de ativo e passivo regulatório	Reclassificações	Benefícios pós-emprego	Práticas contábeis atuais
CIRCULANTE						
Caixa e equivalentes de caixa	896.290	-	-	-	-	896.290
Consumidores, concessionárias e permissionárias	781.126	-	(9.952)	-	-	771.174
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(499)	-	499	-	-	-
Ativo financeiro indenizável	-	128.657	-	-	-	128.657
Tributos e contribuições a recuperar	72.103	-	-	-	-	72.103
Títulos e valores mobiliários	37	-	-	-	-	37
Créditos fiscais	31.000	-	-	(31.000)	-	-
Estoques	74.392	-	-	-	-	74.392
Serviços em curso	104.937	-	-	-	-	104.937
Outros	90.936	-	-	-	-	90.935
	2.050.322	128.657	(9.453)	(31.000)	-	2.138.525
NÃO CIRCULANTE						
Realizável a Longo Prazo						
Consumidores, concessionárias e permissionárias	68.914	-	(5.756)	-	-	63.159
Tributos e contribuições a recuperar	8.934	-	-	-	-	8.934
Títulos e valores mobiliários	778	-	-	-	-	778
Bens e direitos destinados a alienação	11.559	-	-	-	-	11.559
Depósitos judiciais	-	-	-	116.369	-	116.369
Cauções e depósitos vinculados	-	-	-	-	-	-
Créditos fiscais	116.732	-	1.574	31.000	83.168	232.474
Ativo financeiro indenizável	-	3.560.404	-	-	-	3.560.404
Ativo financeiro – Receita Anual Permitida	-	1.458.974	-	-	-	1.458.974
Outros	5.653	-	-	-	-	5.652
	212.570	5.019.378	(4.182)	147.369	83.168	5.458.303
Investimentos	250.344	35.468	-	-	-	285.812
Imobilizado	16.214.918	(5.147.946)	-	-	-	11.066.972
Intangível	32.048	(89)	-	-	-	31.959
	16.709.880	(93.189)	(4.182)	147.369	83.168	16.843.046
TOTAL DO ATIVO	18.760.202	35.468	(13.635)	116.369	83.168	18.981.571

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Controladora						
	Práticas contábeis anteriores	ICPC 01 Transmissão	Desreconhecimento de ativo e passivo regulatório	Reclassificações	Dividendos	Benefícios pós-emprego	Práticas contábeis atuais
CIRCULANTE							
Fornecedores	198.246	-	(3.038)	-	-	-	195.208
Folha de pagamento	8.363	-	-	-	-	-	8.363
Tributos e contribuições sociais	107.178	-	-	-	-	-	107.178
Empréstimos e financiamentos	468.487	-	-	-	-	-	468.487
Encargos de dívidas	9.516	-	-	-	-	-	9.516
Participação nos lucros ou resultados	61.143	-	-	-	-	-	61.143
Remuneração aos acionistas	544.893	-	-	-	(279.803)	-	265.090
Obrigações estimadas	78.949	-	-	-	-	-	78.949
Benefícios pós-emprego	273.720	-	-	-	-	-	273.720
Pesquisa e desenvolvimento	69.765	-	-	-	-	-	69.765
Encargos do consumidor a recolher	19.049	-	-	-	-	-	19.049
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	33.112	-	-	-	-	-	33.112
Outros	52.130	-	(1.549)	-	-	-	50.581
	1.924.551	-	(4.587)	-	(279.803)	-	1.640.161
NÃO CIRCULANTE							
Tributos e contribuições sociais	45.592	-	-	-	-	-	45.592
Empréstimos e financiamentos	3.307.765	-	-	-	-	-	3.307.765
Benefícios pós-emprego	125.100	-	-	-	-	545.363	670.463
Pesquisa e desenvolvimento	106.187	-	-	-	-	-	106.187
Encargos do consumidor a recolher	54.539	-	-	-	-	-	54.539
Provisões para contingências	415.434	-	-	116.369	-	-	531.803
Recursos destinados a aumento de capital	-	-	-	294.396	-	-	294.396
Outros	7.884	-	(302)	-	-	-	7.582
	4.062.501	-	(302)	410.765	-	545.363	5.018.327
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Capital social	4.196.306	-	-	-	-	-	4.196.306
Reservas de capital	4.916.199	-	-	-	-	-	4.916.199
Reservas de lucros	3.366.249	-	-	-	-	-	3.366.249
Dividendos adicionais	-	35.468	(8.746)	-	279.803	-	306.525
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	(462.195)	(462.195)
Recursos destinados a aumento de capital	294.396	-	-	(294.396)	-	-	-
	12.773.150	35.468	(8.746)	(294.396)	279.803	(462.195)	12.323.083
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18.760.202	35.468	(13.635)	116.369	-	83.168	18.981.571

ATIVO	Consolidado					
	Práticas contábeis anteriores	ICPC 01 Transmissão	Desreconhecimento de ativo e passivo regulatório	Reclassificações	Benefícios pós-emprego	Práticas contábeis atuais
CIRCULANTE						
Caixa e equivalentes de caixa	951.240	-	-	-	-	951.240
Consumidores, concessionárias e permissionárias	785.583	-	(9.952)	-	-	775.631
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(499)	-	499	-	-	-
Ativo financeiro indenizável		189.299	-	-	-	189.299
Tributos e contribuições a recuperar	72.654	-	-	-	-	72.654
Títulos e valores mobiliários	37	-	-	-	-	37
Créditos fiscais	31.000	-	-	(31.000)	-	-
Estoques	74.392	-	-	-	-	74.392
Serviços em curso	104.937	-	-	-	-	104.937
Outros	82.253	(1.014)	-	-	-	81.239
	2.101.597	188.285	(9.453)	(31.000)	-	2.249.429
NÃO CIRCULANTE						
Realizável a Longo Prazo						
Consumidores, concessionárias e permissionárias	68.915	-	(5.756)	-	-	63.159
Tributos e contribuições a recuperar	8.934	-	-	-	-	8.934
Títulos e valores mobiliários	778	-	-	-	-	778
Bens e direitos destinados a alienação	11.571	-	-	-	-	11.571
Depósitos judiciais	-	-	-	116.369	-	116.369
Cauções e depósitos vinculados	1.539	-	-	-	-	1.539
Créditos fiscais	116.732	-	1.574	31.000	83.168	232.474
Ativo financeiro indenizável	-	3.560.404	-	-	-	3.560.404
Ativo financeiro – Receita Anual Permitida	-	1.764.529	-	-	-	1.764.529
Outros	89.901	828	-	-	-	90.729
	298.370	5.325.761	(4.182)	147.369	83.168	5.850.486
Investimentos						
Imobilizado	64.669	-	-	-	-	64.669
Intangível	16.552.529	(5.454.329)	-	-	-	11.098.200
	33.682	13.767	-	-	-	47.449
	16.949.250	(114.801)	(4.182)	147.369	83.168	17.060.804
TOTAL DO ATIVO	19.050.847	73.484	(13.635)	116.369	83.168	19.310.233

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Consolidado						
	Práticas contábeis anteriores	ICPC 01 Transmissão	Desreconhecimento de ativo e passivo regulatório	Reclassificações	Dividendos	Benefícios pós-emprego	Práticas contábeis atuais
CIRCULANTE							
Fornecedores	199.132	-	(3.038)	-	-	-	196.094
Folha de pagamento	8.408	-	-	-	-	-	8.408
Tributos e contribuições sociais	118.676	-	-	-	-	-	118.676
Empréstimos e financiamentos	477.020	-	-	-	-	-	477.020
Encargos de dívidas	9.683	-	-	-	-	-	9.683
Participação nos lucros ou resultados	61.143	-	-	-	-	-	61.143
Remuneração aos acionistas	544.893	-	-	-	(279.803)	-	265.090
Obrigações estimadas	79.130	-	-	-	-	-	79.130
Benefícios pós-emprego	273.720	-	-	-	-	-	273.720
Pesquisa e desenvolvimento	70.765	-	-	-	-	-	70.765
Encargos do consumidor a Recolher	19.310	-	-	-	-	-	19.310
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	33.112	-	-	-	-	-	33.112
Outros	55.102	-	(1.548)	-	-	-	53.554
	1.950.094	-	(4.586)	-	(279.803)	-	1.665.705
NÃO CIRCULANTE							
Tributos e contribuições sociais	46.400	1.548	-	-	-	-	47.948
Débitos fiscais	-	8.160	-	-	-	-	8.160
Empréstimos e financiamentos	3.552.150	-	-	-	-	-	3.552.150
Benefícios pós-emprego	125.100	-	-	-	-	545.363	670.463
Pesquisa e desenvolvimento	106.187	-	-	-	-	-	106.187
Encargos do consumidor a recolher	54.539	-	-	-	-	-	54.539
Provisões para contingências	415.434	-	-	116.369	-	-	531.803
Concessões a pagar	-	13.994	-	-	-	-	13.994
Recursos destinados a aumento de capital	-	-	-	294.396	-	-	294.396
Outros	27.794	14.313	(302)	410.765	-	545.363	41.805
	4.327.604	38.015	(302)	410.765	-	545.363	5.321.445
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Capital social	4.196.306	-	-	-	-	-	4.196.306
Reservas de capital	4.916.199	-	-	-	-	-	4.916.199
Reservas de lucros	3.366.248	-	-	-	-	-	3.366.248
Dividendos adicionais	-	35.469	(8.747)	-	279.803	-	306.525
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	(462.195)	(462.195)
Recursos destinados a aumento de capital	294.396	-	-	(294.396)	-	-	-
	12.773.149	35.469	(8.747)	(294.396)	279.803	(462.195)	12.323.083
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19.050.847	73.484	(13.635)	116.369	-	83.168	19.310.233

b) Balanço patrimonial e Resultado do Exercício findo em 31/12/2009:

ATIVO	Controladora					
	Práticas contábeis anteriores	ICPC 01 Transmissão	Desreconhecimento de ativo e passivo regulatório	Reclassificações	Benefícios pós-emprego	Práticas contábeis atuais
CIRCULANTE						
Caixa e equivalentes de caixa	796.158	-	-	-	-	796.158
Consumidores, concessionárias e permissionárias	725.005	-	(13.880)	-	-	711.125
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(77.875)	-	11.276	-	-	(66.599)
Ativo financeiro indenizável	-	150.511	-	-	-	150.511
Tributos e contribuições a recuperar	10.882	-	-	-	-	10.882
Títulos e valores mobiliários	36	-	-	-	-	36
Créditos fiscais	58.184	-	-	(58.184)	-	-
Estoques	75.325	2.450	-	-	-	77.775
Serviços em curso	145.048	-	-	-	-	145.048
Outros	73.416	3.156	-	-	-	76.572
	1.806.179	156.117	(2.604)	(58.184)	-	1.901.508
NÃO CIRCULANTE						
Realizável a Longo Prazo						
Consumidores, concessionárias e permissionárias	31.479	-	-	-	-	31.479
Tributos e contribuições a recuperar	10.672	-	-	-	-	10.672
Títulos e valores mobiliários	812	-	-	-	-	812
Bens e direitos destinados a alienação	11.559	-	-	-	-	11.559
Depósitos judiciais	-	-	-	188.253	-	188.253
Cauções e depósitos vinculados	31.547	-	-	-	-	31.547
Créditos fiscais	242.234	-	-	58.184	39.164	339.582
Ativo financeiro indenizável	-	3.759.110	-	-	-	3.759.110
Ativo financeiro – Receita Anual Permitida	-	1.496.531	-	-	-	1.496.531
Outros	10.910	-	-	-	-	10.910
	339.213	5.255.641		246.437	39.164	5.880.455
Investimentos	429.809	51.751	-	-	-	481.560
Imobilizado	16.325.441	(5.354.338)	-	-	-	10.971.103
Intangível	31.710	(156)	-	-	-	31.554
	17.126.173	(47.102)		246.437	39.164	17.364.672
TOTAL DO ATIVO	18.932.352	109.015	(2.604)	188.253	39.164	19.266.180

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Controladora						
	Práticas contábeis anteriores	ICPC 01 Transmissão	Desreconhecimento de ativo e passivo regulatório	Reclassificações	Dividendos	Benefícios pós-emprego	Práticas contábeis atuais
CIRCULANTE							
Fornecedores	259.558	-	(3.038)	-	-	-	256.520
Folha de pagamento	28.144	-	-	-	-	-	28.144
Tributos e contribuições sociais	249.022	-	-	-	-	-	249.022
Empréstimos e financiamentos	114.417	-	-	-	-	-	114.417
Encargos de dívidas	5.860	-	-	-	-	-	5.860
Participação nos lucros ou resultados	72.145	-	-	-	-	-	72.145
Remuneração aos acionistas	591.696	-	-	-	(408.393)	-	183.303
Obrigações estimadas	95.893	-	-	-	-	-	95.893
Benefícios pós-emprego	101.328	-	-	-	-	-	101.328
Incentivo ao desligamento – PDVP	14.898	-	-	-	-	-	14.898
Pesquisa e desenvolvimento	54.285	-	-	-	-	-	54.285
Encargos do consumidor a recolher	57.802	-	-	-	-	-	57.802
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	37.571	-	-	-	-	-	37.571
Outros	26.200	-	(975)	-	-	-	25.225
	1.708.819	-	(4.013)	-	(408.393)	-	1.296.413
NÃO CIRCULANTE							
Tributos e contribuições sociais	21.053	-	-	-	-	-	21.053
Débitos fiscais	-	8.733	215	-	-	-	8.948
Empréstimos e financiamentos	543.169	-	-	-	-	-	543.169
Benefícios pós-emprego	177.507	-	-	-	-	174.888	352.395
Incentivo ao desligamento – PDVP	259.220	-	-	-	-	-	259.220
Pesquisa e desenvolvimento	120.470	-	-	-	-	-	120.470
Encargos do consumidor a recolher	15.109	-	-	-	-	-	15.109
Provisões para contingências	411.113	-	-	188.253	-	-	599.366
Recursos destinados a aumento de capital	-	-	-	3.018.051	-	-	3.018.051
Outros	7.703	(2)	-	-	-	-	7.701
	1.555.344	8.731	215	3.206.304	-	174.888	4.945.482
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Capital social	4.539.557	-	-	-	-	-	4.539.557
Reservas de capital	4.916.199	-	-	-	-	-	4.916.199
Reservas de lucros	3.195.703	-	-	-	-	-	3.195.703
Dividendos adicionais	-	100.283	1.194	-	408.393	66.718	576.588
Outros resultados abrangentes	(1.320)	-	-	-	-	(202.442)	(203.762)
Recursos destinados a aumento de capital	3.018.050	1	-	(3.018.051)	-	-	-
	15.668.189	100.284	1.194	(3.018.051)	408.393	(135.724)	13.024.285
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18.932.352	109.015	(2.604)	188.253	-	39.164	19.266.180

	Controladora				
	Práticas contábeis anteriores	ICPC 01 Transmissão	Desreconhecimento de ativo e passivo regulatório	Benefícios pós-emprego	Saldo ajustado
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	4.242.613	258.118	2.476	-	4.503.207
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA					
Custo com energia elétrica					
Encargos de uso da rede elétrica	(751.680)	-	-	-	(751.680)
Custo de operação					
Pessoal	(234.330)	-	-	-	(234.330)
Material	(8.847)	-	-	-	(8.847)
Combustíveis para a produção de energia	(7.242)	-	-	-	(7.242)
Serviço de terceiros	(44.632)	-	-	-	(44.632)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(210.061)	-	-	-	(210.061)
Depreciação e amortização	(554.141)	205.910	-	-	(348.231)
Outras	14.449	(10.555)	-	-	3.894
	(1.796.484)	195.355	-	-	(1.601.129)
CUSTO DO SERVIÇO PRESTADO A TERCEIROS	(11)	-	-	-	(11)
CUSTO DE CONSTRUÇÃO	-	(386.774)	-	-	(386.774)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	2.446.118	66.699	2.476	-	2.515.293
DESPESAS OPERACIONAIS	(1.267.655)	-	9.445	34.273	(1.223.937)
RESULTADO DO SERVIÇO	1.178.463	66.699	11.921	34.273	1.291.356
RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA					
Renda de aplicações financeiras	77.778	-	-	-	77.778
Variações monetárias e acréscimos moratórios – energia vendida	31.731	-	-	-	31.731
Outras variações monetárias ativas	2.639	-	-	-	2.639
Outras receitas financeiras	79.238	-	-	25.218	104.456
PIS/Pasep e Cofins	(606)	-	-	-	(606)
Encargos de dívidas	(430.091)	(9.433)	-	42.586	(396.938)
Variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	53.017	-	-	-	53.017
Outras variações monetárias passivas	12.828	-	-	(12.877)	(49)
Outras despesas financeiras	(40.438)	16.283	(192)	(25.219)	(49.566)
	(213.904)	6.850	(192)	29.708	(177.538)
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)					
Receitas	10.481	-	-	-	10.481
Despesas	(5.793)	-	-	-	(5.793)
	4.688	-	-	-	4.688
RESULTADO OPERACIONAL	969.247	73.549	11.729	63.981	1.118.506
Contribuição social	(79.984)	(5.154)	(1.056)	1.615	(84.579)
Imposto de renda	(215.884)	(3.579)	(733)	1.122	(219.074)
Incentivos fiscais	163.153	-	-	-	163.153
Lucro antes das participações	836.532	64.816	9.940	66.718	978.006
Participação nos lucros ou resultados	(72.145)	-	-	-	(72.145)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	764.387	64.816	9.940	66.718	905.861

ATIVO	Consolidado					
	Práticas contábeis anteriores	ICPC 01 Transmissão	Desreconhecimento de ativo e passivo regulatório	Reclassificações	Benefícios pós-emprego	Práticas contábeis atuais
CIRCULANTE						
Caixa e equivalentes de caixa	980.202	-	-	-	-	980.202
Consumidores, concessionárias e permissionárias	732.673	-	(13.880)	-	-	718.793
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(77.875)	-	11.276	-	-	(66.599)
Ativo financeiro indenizável	-	214.565	-	-	-	214.565
Tributos e contribuições a recuperar	11.855	-	-	-	-	11.855
Títulos e valores mobiliários	36	-	-	-	-	36
Créditos fiscais	58.184	-	-	(58.184)	-	-
Estoques	75.325	2.450	-	-	-	77.775
Serviços em curso	145.226	-	-	-	-	145.226
Outros	88.220	3.463	-	-	-	91.683
	2.013.846	220.478	(2.604)	(58.184)	-	2.173.536
NÃO CIRCULANTE						
Realizável a Longo Prazo						
Consumidores, concessionárias e permissionárias	31.479	-	-	-	-	31.479
Tributos e contribuições a recuperar	10.672	-	-	-	-	10.672
Títulos e valores mobiliários	812	-	-	-	-	812
Bens e direitos destinados a alienação	11.565	-	-	-	-	11.565
Depósitos judiciais	-	-	-	188.253	-	188.253
Cauções e depósitos vinculados	42.766	-	-	-	-	42.766
Créditos fiscais	251.661	3.554	-	58.184	39.164	352.563
Ativo financeiro indenizável	-	3.759.110	-	-	-	3.759.110
Ativo financeiro – Receita Anual Permitida	-	1.859.444	-	-	-	1.859.444
Outros	39.977	(2.013)	-	-	-	37.964
	388.932	5.620.095	-	246.437	39.164	6.294.628
Investimentos	65.292	180	-	-	-	65.472
Imobilizado	17.110.580	(5.714.735)	-	-	-	11.395.845
Intangível	33.652	15.357	-	-	-	49.009
	17.598.456	(79.103)	-	246.437	39.164	17.804.954
TOTAL DO ATIVO	19.612.302	141.375	(2.604)	188.253	39.164	19.978.490

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Consolidado						
	Práticas contábeis anteriores	ICPC 01 Transmissão	Desreconhecimento de ativo e passivo regulatório	Reclassificações	Dividendos	Benefícios pós-emprego	Práticas contábeis atuais
CIRCULANTE							
Fornecedores	287.758	-	(3.038)	-	-	-	284.720
Folha de pagamento	28.461	-	-	-	-	-	28.461
Tributos e contribuições sociais	257.386	-	-	-	-	-	257.386
Empréstimos e financiamentos	201.196	-	-	-	-	-	201.196
Encargos de dívidas	15.510	-	-	-	-	-	15.510
Participação nos lucros ou resultados	72.145	-	-	-	-	-	72.145
Remuneração aos acionistas	591.696	-	-	-	(408.393)	-	183.303
Obrigações estimadas	96.013	-	-	-	-	-	96.013
Benefícios pós-emprego	101.328	-	-	-	-	-	101.328
Incentivo ao desligamento – PDVP	14.898	-	-	-	-	-	14.898
Pesquisa e desenvolvimento	55.279	-	-	-	-	-	55.279
Encargos do consumidor a recolher	58.167	-	-	-	-	-	58.167
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	37.570	-	-	-	-	-	37.570
Outros	31.302	837	(975)	-	-	-	31.164
	1.848.709	837	(4.013)	-	(408.393)	-	1.437.140
NÃO CIRCULANTE							
Tributos e contribuições sociais	32.390	-	-	-	-	-	32.390
Débitos fiscais	-	18.371	215	-	-	-	18.586
Empréstimos e financiamentos	1.061.257	-	-	-	-	-	1.061.257
Benefícios pós-emprego	177.507	-	-	-	-	174.888	352.395
Incentivo ao desligamento – PDVP	259.220	-	-	-	-	-	259.220
Pesquisa e desenvolvimento	120.470	-	-	-	-	-	120.470
Encargos do consumidor a recolher	15.109	-	-	-	-	-	15.109
Provisões para contingências	411.113	-	-	188.253	-	-	599.366
Concessões a pagar	-	15.786	-	-	-	-	15.786
Recursos destinados a aumento de capital	-	-	-	3.018.051	-	-	3.018.051
Outros	18.337	6.098	-	-	-	-	24.435
	2.095.403	40.255	215	3.206.304	-	174.888	5.517.065
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Capital social	4.539.557	-	-	-	-	-	4.539.557
Reservas de capital	4.916.199	-	-	-	-	-	4.916.199
Reservas de lucros	3.195.703	-	-	-	-	-	3.195.703
Dividendos adicionais	-	100.283	1.194	-	408.393	66.718	576.588
Outros resultados abrangentes	(1.320)	-	-	-	-	(202.442)	(203.762)
Recursos destinados a aumento de capital	3.018.051	-	-	(3.018.051)	-	-	-
	15.668.190	100.283	1.194	(3.018.051)	408.393	(135.724)	13.024.285
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19.612.302	141.375	(2.604)	188.253	-	39.164	19.978.490

	Consolidado				
	Práticas Contábeis Anteriores	ICPC 01 Transmissão	Desreconhecimento de ativo e passivo regulatório	Benefício pós – emprego	Saldo ajustado
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	4.290.891	326.811	2.476	-	4.620.178
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA					
Custo com energia elétrica					
Encargos de uso da rede elétrica	(741.455)	(10.225)	-	-	(751.680)
Custo de operação					
Pessoal	(235.566)	(404)	-	-	(235.970)
Material	(8.929)	-	-	-	(8.929)
Combustíveis para a produção de energia	(7.242)	-	-	-	(7.242)
Serviço de terceiros	(45.105)	(20.278)	-	-	(65.383)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(210.061)	-	-	-	(210.061)
Depreciação e amortização	(562.688)	214.457	-	-	(348.231)
Outras	14.037	(11.255)	-	-	2.782
	(1.797.009)	172.295	-	-	(1.624.714)
CUSTO DO SERVIÇO PRESTADO A TERCEIROS	(11)		-		(11)
CUSTO DE CONSTRUÇÃO	-	(416.871)	-	-	(416.871)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	2.493.871	82.235	2.476	-	2.578.582
DESPESAS OPERACIONAIS	(1.275.600)	(764)	9.445	34.273	(1.232.646)
RESULTADO DO SERVIÇO	1.218.271	81.471	11.921	34.273	1.345.936
RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA					
Renda de aplic. financeiras	82.054	(374)	-	-	81.680
Variações monetárias e acréscimos moratórios – energia vendida	34.888	(3.157)	-	-	31.731
Outras variações monetárias ativas	2.639	-	-	-	2.639
Outras receitas financeiras	89.367	(6.131)	-	25.218	108.454
PIS/Pasep e Cofins	(606)	-	-	-	(606)
Encargos de dívidas	(443.851)	(9.576)	-	42.586	(410.841)
Variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	27.632	25.385	-	-	53.017
Outras variações monetárias passivas	12.828	-	-	(12.877)	(49)
Outras despesas financeiras	(56.677)	(15.536)	(192)	(25.219)	(97.624)
	(251.726)	(9.389)	(192)	29.708	(231.599)
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)					
Receitas	10.484	21	-	-	10.505
Despesas	(5.795)	2	-	-	(5.793)
	4.689	23	-	-	4.712
RESULTADO OPERACIONAL	971.234	72.105	11.729	63.981	1.119.049
Contribuição social	(81.549)	(4.352)	(1.056)	1.615	(85.342)
Imposto de renda	(220.302)	(1.510)	(733)	1.122	(221.423)
Incentivos fiscais	167.148	(1.426)	-	-	165.722
Lucro antes das participações	836.531	64.817	9.940	66.718	978.006
Participação nos lucros ou resultados	(72.145)	-	-	-	(72.145)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	764.386	64.817	9.940	66.718	905.861

4 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

4.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia compreendem:

- As demonstrações contábeis consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado - *IFRS e BRGAAP*; e
- As demonstrações contábeis individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora - *BRGAAP*.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos Pronunciamentos, nas Orientações e nas Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela CVM.

As demonstrações contábeis individuais apresentam a avaliação dos investimentos em empreendimentos controlados em conjunto pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas demonstrações contábeis individuais não são consideradas como estando conforme as *IFRS*, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora, pelo seu valor justo ou pelo custo.

4.2. Base de elaboração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Estas demonstrações contábeis consolidadas são as primeiras elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (*IFRS*). Na elaboração das demonstrações contábeis individuais, a Companhia adotou as mudanças das práticas contábeis adotadas no Brasil introduzidas pelos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40. Os efeitos da adoção das *IFRS* e dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC estão apresentados na nota 3.

As demonstrações contábeis são apresentadas na moeda corrente e legal do País (Real), que é a moeda funcional da Companhia.

As transações em moeda estrangeira, quando aplicáveis, são convertidas para reais pela taxa de câmbio vigente nas datas das transações. Os saldos das contas representativas são convertidos pela taxa de câmbio oficial da data do balanço, fornecida pelo Banco Central do Brasil. Os ganhos e as perdas decorrentes da flutuação cambial verificada nas liquidações das operações e da conversão para reais de ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos no resultado do exercício.

4.3. Bases de consolidação e investimentos em controladas em conjunto

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de sociedades de propósitos específicos controladas em conjunto. O controle é caracterizado quando a Companhia tem o poder sobre as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Nas demonstrações contábeis individuais da Companhia as informações financeiras referentes às empresas controladas em conjunto são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Quando necessário, as demonstrações contábeis das controladas em conjunto são ajustadas para adequar suas políticas contábeis às estabelecidas pela Companhia. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre a Companhia e as empresas controladas em conjunto são eliminados integralmente nas demonstrações contábeis consolidadas.

4.4. Investimentos em coligadas

Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa, mas que não se configura como uma controlada nem como uma participação em um empreendimento sob controle comum (*joint venture*). Influência significativa é o poder de participar das decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas.

Os resultados ativos e passivos das coligadas são incorporados às demonstrações contábeis com base no método de equivalência patrimonial, pelo qual os investimentos são inicialmente registrados pelo valor de custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação da Companhia no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da coligada. Quando a parcela da Companhia no prejuízo de uma coligada excede a sua participação, ela deixa de reconhecer a sua participação em prejuízos adicionais. Esses prejuízos adicionais são reconhecidos somente se a Companhia tiver incorrido em obrigações legais ou constituídas ou tiver efetuado pagamentos em nome da coligada.

4.5. Participações em empreendimentos em conjunto (*joint ventures*)

Uma *joint venture* é um acordo contratual pelo qual a Companhia e outras partes exercem uma atividade econômica sujeita a controle conjunto, situação em que as decisões sobre políticas financeiras e operacionais estratégicas relacionadas às atividades da investida requerem a aprovação de todas as partes que compartilham o controle.

Os acordos de *joint venture* que envolvem a constituição de uma entidade separada na qual cada empreendedor detenha uma participação são chamados de entidades controladas em conjunto.

A Companhia apresenta suas participações em entidades controladas em conjunto, nas suas demonstrações contábeis consolidadas, usando o método de consolidação proporcional. As participações da Companhia nos ativos, passivos e resultados das controladas em conjunto são combinadas com os correspondentes itens nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia linha a linha.

Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, as participações em entidades controladas em conjunto são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

4.6. Ativos não circulantes mantidos para venda

Os ativos ou grupos de ativos são classificados como mantidos para venda, caso o seu valor contábil seja recuperado principalmente por meio de uma transação de venda e não pelo uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando a venda é altamente provável e o ativo ou grupo de ativos estiver disponível para venda imediata em sua condição atual.

Os ativos ou grupo de ativos classificados como destinados à venda são mensurados pelo menor valor entre o contábil anteriormente registrado e o valor justo menos o custo de venda.

4.7. Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber decorrente do curso normal das atividades da Companhia, excluídos descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

A Companhia reconhece a receita quando: (i) o seu valor pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia; e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma de suas atividades.

Compreendem ainda as seguintes:

Receita financeira decorrente da remuneração do ativo financeiro até o final do período da concessão auferida de modo pró-rata e que leva em consideração a taxa de retorno do projeto.

Receita para cobertura dos gastos de operação e manutenção com base no custo incorrido.

Receita de construção para as expansões, reforços e melhorias da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica não apurando margem na construção.

4.8. Custos de empréstimos e financiamentos

Os custos de empréstimos e financiamentos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendidos.

Todos os outros custos com empréstimos e financiamentos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos.

4.9. Subvenções governamentais

As subvenções governamentais decorrentes de incentivos fiscais são registradas no resultado do período como redução do imposto apurado, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 07. A parcela do lucro decorrente desses incentivos fiscais é objeto de destinação à Reserva de Lucro denominada Reserva de Incentivos Fiscais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei nº 6.404/1976, a qual somente é utilizada para aumento do capital social ou eventual absorção de prejuízos.

4.10 Tributação

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

4.10.1. Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada investida com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

4.10.2. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (impostos diferidos) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que

resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

4.10.3. Imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos, do exercício

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são reconhecidos no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em *outros resultados abrangentes* ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em *outros resultados abrangentes* ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

4.11. Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Inclui principalmente os ativos de geração e ativos administrativos.

Os gastos de natureza ambiental com ações e programas realizados até a liberação da primeira licença de operação são registrados no Imobilizado, e os gastos realizados a partir de então passam a ser registrados no resultado do exercício.

A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, as quais são revisadas periodicamente e aceitas pelo mercado como uma estimativa adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

4.12. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vidas úteis definidas, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos.

Os *softwares* corporativos são capitalizados com base nos custos incorridos para aquisição e para fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados, amortizados durante sua vida útil estimável.

Os gastos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o projeto para que ele esteja disponível para uso;
- A administração pretende concluir o projeto e usá-lo ou vendê-lo;
- O produto pode ser vendido ou usado;
- Pode-se demonstrar que é provável que o produto gerará benefícios econômicos futuros;
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o produto;
- O gasto atribuível ao produto durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

4.13. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Caso haja tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo

individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo, ou unidade geradora de caixa, calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo, ou unidade geradora de caixa, é reduzido ao seu valor recuperável, com a perda por redução ao valor recuperável reconhecida no resultado.

De acordo com a avaliação da Companhia não há indicativo de que os valores contábeis das suas unidades geradoras de caixa ou dos seus ativos intangíveis não serão recuperados nas suas operações futuras.

4.14. Estoques

Os materiais em estoque, classificados no Ativo Circulante, bem como aqueles destinados a investimentos, classificados no Ativo Não Circulante/Imobilizado, estão registrados ao custo médio de aquisição, deduzidos de provisão para perda, quando aplicável, e não excedem a seus custos de reposição ou valores de realização.

4.15. Provisões

As provisões são reconhecidas quando um evento gera uma obrigação futura com probabilidade de saída de recursos e seu valor pode ser estimado com segurança. Desta forma, o valor constituído como provisão é a melhor estimativa de liquidação de uma provável obrigação na data das demonstrações contábeis, levando em consideração os riscos e incertezas relacionados.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

4.16. Instrumentos financeiros

4.16.1. Ativos Financeiros

Os ativos financeiros da Companhia estão classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ou derivativos classificados como instrumentos de *hedge* eficazes.

Ativos financeiros são reconhecidos a valor justo acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição desse ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários, aplicações financeiras, concessão de serviço público, outros créditos e instrumentos financeiros derivativos por meio de suas controladas em conjunto classificados como instrumentos de *hedge*.

4.16.1.1. Mensuração subsequente dos ativos financeiros

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- **Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado**

Os ativos financeiros são classificados *a valor justo por meio do resultado*, quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros *a valor justo por meio do resultado* são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

- **Recebíveis**

Recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração desconto na aquisição e taxas ou custos incorridos.

- **Investimentos mantidos até o vencimento**

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como *mantidos até o vencimento* quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

4.16.1.2. Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram;
- A Companhia transfere os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) A Companhia transfere todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) A Companhia não transfere nem retém todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transfere o controle sobre o ativo.

4.16.2 Passivos Financeiros

Os passivos financeiros da Companhia são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos, e instrumentos financeiros derivativos - por intermédio de suas controladas em conjunto, classificados como instrumento de *hedge*, e outras contas a pagar.

4.16.2.1. Mensuração subsequente dos passivos financeiros

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação que pode ser da seguinte forma:

- **Empréstimos e financiamentos**

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado, sendo acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e/ou cambiais nos termos contratuais, incorridos até a data do balanço.

- **Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado**

Passivos financeiros *a valor justo por meio do resultado* incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

- **Mantidos para negociação**

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de *hedge (hedge accounting)* definidos pelo CPC 38. Derivativos, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* efetivos. Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

- **Empréstimos e financiamentos**

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado, sendo acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e/ou cambiais nos termos contratuais, incorridos até a data do balanço.

4.16.2.2. Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação estiver revogada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

4.16.3. Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando-se técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado, com isenção de interesses; referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

4.16.4. Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge*

A Companhia, por intermédio de suas controladas em conjunto, firma contratos derivativos com o objetivo de administrar a exposição aos riscos de flutuação de taxas de câmbio e variação do preço da commodity alumínio no mercado internacional. De acordo com o preconizado no CPC 38, esses derivativos foram contabilizados como instrumentos financeiros - instrumento de *hedge (hedge accounting)*.

A Companhia não tem contratos derivativos com fins comerciais ou especulativos (nota 36).

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de *hedge* são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é firmado, sendo reavaliados subsequentemente também a valor justo.

Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Para os fins de contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), a Companhia classifica os *hedges* como *hedge* de valor justo, ao fornecer proteção contra a exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado.

Ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo desses derivativos e do item coberto durante o exercício são lançados diretamente no resultado - resultado financeiro.

A Companhia classifica formalmente e documenta a relação de *hedge* à qual deseja aplicar contabilidade de *hedge*, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da administração para levar a efeito o *hedge*. A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge*, o item ou transação objeto de *hedge*, a natureza do risco objeto de *hedge*, a natureza dos riscos excluídos da relação de *hedge*, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de *hedge* e a forma em que a Companhia irá avaliar a eficácia do instrumento de *hedge* para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de *hedge*.

Espera-se que esses *hedges* sejam altamente eficazes para compensar mudanças no valor justo, sendo permanentemente avaliados para verificar se foram efetivamente eficazes ao longo de todos os períodos-base para os quais foram destinados.

4.17. Demonstração do Valor Adicionado - DVA

Essa demonstração foi preparada seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado e tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante o exercício e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis individuais e como informação suplementar às demonstrações contábeis consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nas *IFRS*.

4.18. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

Destacam-se a seguir as normas, emendas a normas e interpretações *IFRS*, emitidas pelo *IASB*, que ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31/12/2010:

- *IFRS 9* – Instrumentos Financeiros;
- *IAS 24* – Divulgação de Partes Relacionadas;
- *IAS 32* – Classificação das Emissões de Direitos;
- *IFRIC 19* – Extinção dos Passivos Financeiros com Instrumentos Patrimoniais;
- *IFRIC 14* – Pagamentos Antecipados de Requerimentos Mínimos de Provimento de Fundos;
- *IFRS 1* – Isenção Limitada de Divulgações Comparativas da *IFRS 7* para Adotantes Iniciais;
- Melhorias às *IFRS* emitidas em 2010.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes às *IFRS* acima citadas, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada dos pronunciamentos *IFRS* está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários.

A Companhia não estimou a extensão do impacto dessas novas normas em suas demonstrações contábeis.

4.19. Benefícios pós-emprego

a) Obrigações de aposentadoria

Os pagamentos a planos de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados.

No caso dos planos de aposentadoria de benefício definido, o custo da concessão dos benefícios é determinado pelo Método da Unidade de Crédito Projetada com base em avaliação atuarial realizada anualmente no final de cada período. Os ganhos e perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e em mudanças de premissas atuariais, são debitados ou creditados diretamente no patrimônio líquido - *outros resultados abrangentes*, no período em que ocorrerem.

A obrigação com benefícios de aposentadoria reconhecida no balanço patrimonial representa o valor presente da obrigação com os benefícios definidos, ajustada por ganhos e perdas atuariais e pelo custo dos serviços passados, reduzido pelo valor justo dos ativos do plano.

b) Outras obrigações pós-emprego

A Companhia subsidia parte dos prêmios decorrentes de uma apólice de seguro de vida para os empregados ativos. Os ex-empregados aposentados, que optaram por permanecer vinculados a essa apólice, pagam integralmente o prêmio que é estabelecido de forma coletiva para toda a massa de ativos e de inativos. Todavia, dadas as características etárias das massas populacionais de ativos e de inativos, o cálculo atuarial do prêmio segregado atribuível à massa inativa identifica a existência de um subsídio pós-emprego indireto pago pela Companhia. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes e os ganhos e perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e em mudanças de premissas atuariais, são debitados ou creditados diretamente no patrimônio líquido - *outros resultados abrangentes*, no período em que ocorrerem.

4.20. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas da Companhia e a quantidade de ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da quantidade das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e da IAS 33.

4.21. Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas nos CPC 25 e ICPC 08, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual sejam distribuídos a título de dividendos.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, no passivo circulante, e os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como dividendo adicional proposto, no patrimônio líquido.

Os dividendos não reclamados no prazo de três anos são revertidos para a Companhia, conforme previsão legal.

4.22. Demais Práticas Contábeis

a) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas e julgamentos contábeis para contabilizar certos ativos e passivos e outras transações. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As demonstrações contábeis da Companhia incluem, portanto, estimativas e premissas contábeis críticas referentes à seleção da vida útil do ativo imobilizado, provisões para créditos de liquidação duvidosa, provisões para passivos contingentes, teste de *impairment*, base de determinação do ativo financeiro da concessão, cálculo atuarial de benefícios pós-emprego e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata. As aplicações financeiras no mercado aberto são classificadas como *ativos financeiros a valor justo por meio do resultado* - disponíveis para negociação, e estão registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento das demonstrações contábeis, apurados pelo critério *pro-rata temporis*, que equivalem a seus valores de mercado.

c) Contas a receber de consumidores, concessionárias e permissionárias

As contas a receber de consumidores, concessionárias e permissionárias, são decorrentes da venda de energia, da disponibilização do sistema de transmissão, de serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, até o encerramento do exercício, contabilizados com base no regime de competência.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber.

d) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários *mantidos até o vencimento* estão registrados ao custo, acrescido dos respectivos rendimentos auferidos até a data de encerramento do balanço, sendo reconhecida eventual provisão para ajuste ao provável valor de realização.

e) Cauções e depósitos vinculados

As cauções e depósitos vinculados, referentes a garantias prestadas a fornecedores, estão registrados ao custo, acrescidos dos respectivos rendimentos auferidos até a data do balanço.

f) Ativos indexados

Os ativos indexados estão atualizados até a data do balanço e os demais demonstrados ao custo, deduzidos de eventuais provisões para perdas.

g) Ativo financeiro – Receita Anual Permitida e Ativo financeiro indenizável

O Ativo financeiro - Receita Anual Permitida é o valor estimado de recebimento durante o prazo de concessão.

O Ativo financeiro indenizável refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão, classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente decorrente

da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contratos de concessão. Esses ativos financeiros são remunerados por taxa interna de retorno calculada com base no fluxo de caixa projetado desses investimentos.

4.22.1. Patrimônio Líquido

Os Lucros a Realizar decorrentes do saldo credor de correção monetária, apropriados à reserva de lucros a realizar até 1995, são revertidos a Lucros Acumulados, proporcionalmente às baixas e depreciação do Imobilizado e às baixas e amortização do Intangível.

4.22.2. Resultado

É apurado pelo regime de competência e considera a constituição e a realização dos créditos fiscais no exercício e a redução do imposto de renda com origem em incentivos fiscais Sudene/Sudam, calculado com base no lucro da exploração (nota 32).

4.22.3. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras são compostas principalmente de juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos obtidos, e são reconhecidas pelo regime de competência.

4.22. ASPECTOS ESPECÍFICOS DO SETOR ELÉTRICO

4.23.1 - Receita Anual Permitida – RAP

A Receita Anual Permitida - RAP definida no Contrato do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica refere-se ao valor autorizado pela Aneel, mediante resolução, a ser auferido pela Companhia pela disponibilização das instalações do seu Sistema de Transmissão. É composta pela RPB (parcela referente às instalações da Rede Básica) mais a RPC (parcela referente às demais instalações de transmissão e conexões). A RPB ainda está subdividida em RBSE (receita referente aos ativos de transmissão indicados na Resolução ANEEL nº 167/2000, para as instalações de transmissão existentes na época), mais RBNI (receita referente aos novos ativos a serem incorporados ao sistema de transmissão da empresa), ambas reajustadas anualmente pelo IGP-M. Nas novas concessões, obtidas em Leilões Públicos de Transmissão, a receita corresponderá ao valor indicado nos lances, sendo fixa e reajustada anualmente pelo IPCA ao longo do período de concessão e está sujeita, também, a revisões tarifárias a cada quatro anos, durante os 30 anos de duração da concessão.

4.23.2. Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

Representam o saldo de valores e/ou bens recebidos da União Federal e de Consumidores em geral, em parceria com a Companhia.

4.23.3. Reserva Global de Reversão - RGR

Encargo criado pelo Decreto nº 41.019, de 26/02/1957, tendo a sua vigência estendida até 2035, por intermédio da Medida Provisória nº 517, de 30/12/2010. Refere-se a um valor anual estabelecido pela Aneel, pago mensalmente em duodécimos pelas concessionárias, com a finalidade de prover recursos para reversão e/ou encampação do Serviço Público de Energia Elétrica, como também para financiar a expansão e a melhoria desse serviço. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de energia elétrica e limitado a 3,0% da sua receita anual. Sua gestão é exercida pela Eletrobras.

4.23.4. Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - Proinfa

Instituído pela Lei nº 10.438/2002, em seu art. 3º, alterado pelo art. 9º da Lei nº 10.762/2003, e pelo artigo 2º da Lei nº 10.889/2004, tem o objetivo de aumentar a participação de fontes alternativas renováveis na produção de energia elétrica, privilegiando empreendedores que não tenham vínculos societários com concessionárias de geração, transmissão, ou distribuição de energia elétrica, e visando, também, ao aumento da participação de agentes no Setor Elétrico.

4.23.5. Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH

Criada pela Lei nº 7.990/1989, destina-se a compensar os municípios afetados pela perda de terras produtivas, ocasionada por inundação de áreas na construção de reservatórios de usinas hidrelétricas. Do montante arrecadado mensalmente a título de compensação financeira, 45% destinam-se aos Estados, 45% aos Municípios, 3% ao Ministério do Meio Ambiente, 3% ao Ministério de Minas e Energia e 4% ao Ministério da Ciência e Tecnologia. O cálculo da CFURH baseia-se na geração efetiva das usinas hidrelétricas, de acordo com a seguinte fórmula: $CFURH = TAR \times GH \times 6,75\%$, onde TAR refere-se à Tarifa Atualizada de Referência, estabelecida anualmente pela Aneel (em R\$/MWh) e GH é o montante (em MWh) da geração mensal da usina hidrelétrica. Sua gestão está a cargo da Aneel.

4.23.6. Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis – CCC

Criada pelo Decreto nº 73.102/1973 é paga mensalmente por todos os agentes que comercializem energia elétrica com o consumidor final. Tem como finalidade o rateio dos custos relacionados ao consumo de combustíveis para a geração de energia termoelétrica nos Sistemas Isolados, especialmente na Região Norte do País. Os valores da CCC são fixados anualmente pela Aneel, para cada concessionária, em função do seu mercado e podem variar em função da necessidade de uso das usinas termoelétricas. A partir do ano de 2008, restringe-se à cobertura de custos de geração termoelétrica dos sistemas isolados. Sua gestão é exercida pela Eletrobras.

4.23.7. Conta de Desenvolvimento Energético – CDE

Criada pela Lei nº 10.438/2002, com a finalidade de prover recursos para: i) o desenvolvimento energético dos Estados; ii) a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólica, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, gás natural e carvão mineral, nas áreas atendidas pelos sistemas elétricos interligados; iii) promover a universalização do serviço público de energia elétrica em todo o território nacional. Os recursos são provenientes: (i) dos pagamentos anuais realizados a título de Uso de Bem Público – UBP, estabelecidos nas concessões de geração; (ii) multas aplicadas pela Aneel; e (iii) dos pagamentos de cotas anuais por parte de todos os agentes que comercializam energia elétrica com o consumidor final no Sistema Interligado Nacional - SIN, com base nos valores da CCC dos sistemas interligados referentes ao ano de 2001, atualizados anualmente pelo crescimento do mercado e pelo IPCA. Sua gestão está a cargo do Ministério de Minas e Energia e da Eletrobras.

4.23.8. Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

Criado pela Lei nº 9.991/2000, o programa de P&D estabelece que as concessionárias e permissionárias do serviço público de geração e transmissão de energia elétrica ficam obrigadas a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 1% (um por cento) de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do Setor Elétrico. Os recursos são destinados ao Ministério da Ciência e Tecnologia, Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, ao Ministério de Minas e Energia e aos agentes, a serem aplicados em projetos aprovados pela Aneel. Estão envolvidos com a sua gestão os Ministérios da Ciência e Tecnologia e de Minas e Energia, como também a Aneel e os próprios agentes.

4.23.9. Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE

Instituída pela Lei nº 9.427/1996, equivale a 0,5% do benefício econômico anual auferido pela concessionária, permissionária ou autorizada do Serviço Público de Energia Elétrica. Seu valor anual é estabelecido pela Aneel com a finalidade de constituir sua receita para a cobertura do custeio de suas atividades. Para os segmentos de geração e de transmissão (produtores independentes, autoprodutores, concessionários, permissionários) o valor é determinado no início de cada ano civil, e para os distribuidores, o cálculo se dá a cada data de aniversário da concessão. Os valores estabelecidos em resolução são pagos mensalmente em duodécimos, e sua gestão é exercida pela Aneel.

4.23.10. Encargo de Energia de Reserva - EER

Encargo cobrado de todos os usuários do Sistema Interligado Nacional - SIN, decorrente da comercialização da Energia de Reserva existente a partir do Decreto nº 6.353, de 16 de janeiro de 2008, com objetivo de elevar a segurança no fornecimento de energia elétrica do SIN. Em janeiro de 2009, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE passou a representar os agentes de consumo desta energia e a responder pela centralização da relação contratual entre as partes (Contratos de Energia de Reserva - CER), pelo recolhimento do encargo e gestão da Conta de Energia de Reserva - CONER. O encargo é apurado de acordo com as Regras de Comercialização de Energia Elétrica, aprovadas por meio da Resolução Normativa da Aneel nº 385/2009.

4.23.11. Uso de Bem Público

Corresponde aos valores estabelecidos no contrato de concessão para exploração do potencial de energia hidráulica o qual é registrado pelo valor das retribuições ao Poder Concedente pelo aproveitamento do potencial hidrelétrico, descontada a valor presente à taxa implícita do projeto.

5 - PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO

Estas Demonstrações Contábeis foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 18, aprovado pela Deliberação CVM nº 605/2009.

I) As Demonstrações Consolidadas refletem os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, e em 1º de janeiro de 2009, e das operações desses exercícios, da controladora e de suas controladas em conjunto, para fins de equivalência patrimonial e consolidação das demonstrações contábeis, as quais incluem, além da Chesf, as seguintes empresas:

Empresas	Participação direta da Chesf		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	49,0%	49,0%	49,0%
Integração Transmissora de Energia S.A.	12,0%	12,0%	12,0%
ESBR Participações S.A.	20,0%	20,0%	20,0%
Manaus Transmissora de Energia S.A.	19,5%	19,5%	19,5%
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	24,5%	24,5%	-
Manaus Construtora Ltda.	19,5%	19,5%	-
TDG - Transmissora Delmiro Gouveia S.A.	49,0%	-	-
Norte Energia S.A.	15,0%	-	-
Pedra Branca S.A.	49,0%	-	-
São Pedro do Lago S.A.	49,0%	-	-
Sete Gameleiras S.A.	49,0%	-	-

II) Os Balanços Patrimoniais e as Demonstrações dos Resultados das empresas consolidadas, para os períodos findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, estão demonstrados de forma resumida na nota 15.

III) Principais práticas de consolidação:

- Eliminação dos investimentos da investidora nas empresas investidas, em contrapartida à sua participação nos respectivos patrimônios líquidos;
- Eliminação dos saldos das contas entre a controladora e as suas controladas em conjunto, bem como das contas mantidas entre estas controladas.

6 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Caixa e depósitos bancários	9.541	4.946	9.292	10.693	49.187	13.649
Aplicações financeiras	1.252.162	791.212	886.998	1.449.606	931.015	937.591
Fundo exclusivo extramercado	1.251.415	790.232	883.572	1.251.415	790.232	883.572
Outras aplicações financeiras	747	980	3.426	198.191	140.783	54.019
	1.261.703	796.158	896.290	1.460.299	980.202	951.240

Os caixas e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata. São classificados como instrumentos financeiros destinados a negociação e estão registrados pelo valor do custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço patrimonial, o qual corresponde ao valor justo do instrumento financeiro.

A Companhia mantém suas aplicações financeiras de curto prazo, de liquidez imediata, em Fundo exclusivo extramercado com carteira composta, em sua maioria, de títulos de emissão do Tesouro Nacional, junto à Banco do Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. – BB-DTVM, nos termos da legislação específica para empresas estatais emanada do Decreto-Lei nº 1.290, de 03/12/1973, e da Resolução nº 3.284, de 25/05/2005, do Banco Central do Brasil, que estabeleceu novos mecanismos para as aplicações das empresas públicas e das sociedades de economia mista integrantes da Administração Federal Indireta. Neste exercício, obteve remuneração média de 97,95% dos CDI.

7 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Origem	Tipo de aplicação	Vencimento	Remuneração	Controladora e Consolidado		
				31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Participações minoritárias	Ações	-	JCP/Dividendos	42	42	45
	Provisão para perdas			(8)	(6)	(8)
				34	36	37
TDA	-	Até 2019	TR + 3% a.a.	7.523	-	-
Tesouro Nacional	NTN-Série P	09/07/2012	TR + 6% a.a.	358	344	330
	NTN-Série P	09/07/2014	TR + 6% a.a	170	164	157
	NTN-Série P	28/12/2015	TR + 6% a.a	318	304	291
				846	812	778
TOTAL				8.403	848	815
Circulante				2.818	36	37
Não Circulante				5.585	812	778

As ações ordinárias e preferenciais representam, principalmente, participações minoritárias em empresas do Setor de Telecomunicações, estão ajustadas ao provável valor de realização e registradas no Ativo Circulante.

Os Títulos da Dívida Agrária – TDA são provenientes da ação desapropriatória da União Federal, por interesse social, para fins de reforma agrária, de propriedades rurais da Companhia, nos termos do Estatuto da Terra - Lei nº 4.504, de 30/11/1964, e estão classificados como títulos mantidos até o vencimento. Os títulos registrados no Ativo Não Circulante/Realizável a Longo Prazo, possuem vencimentos até 2019.

As Notas do Tesouro Nacional – NTN - Série P são provenientes da venda de títulos de ações representativos de participações minoritárias, depositados no Fundo Nacional de Desestatização - FND, no âmbito do Decreto nº 1.068/1994, e encontram-se registradas no Ativo Não circulante/Realizável a longo prazo e classificadas como *títulos mantidos até o vencimento*.

8 - CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

Os créditos a receber de curto e longo prazos decorrentes da venda de energia e da disponibilização do sistema de transmissão apresentam o seguinte perfil:

	Controladora					
	A vencer	31/12/2010			31/12/2009	01/01/2009
		Até 90 dias	Há mais de 90 dias	Total	Total	Total
Consumidores industriais:						
Com. de energia – Contratos	70.143	4.369	64.911	139.423	119.217	191.839
Concessionárias e Permissionárias:						
Com. de energia – Contratos	402.041	76.272	113.548	591.861	458.353	495.722
Comercialização na CCEE	64.463	-	-	64.463	19.742	11.984
Conexão ao sist. de transmissão	6.105	1.047	10.349	17.501	14.662	13.713
Sistema de Transmissão	114.596	1.446	13.024	129.066	130.630	121.075
	657.348	83.134	201.832	942.314	742.604	834.333
Circulante				942.314	711.125	771.174
Não Circulante				-	31.479	63.159

	Consolidado					
	A vencer	31/12/2010			31/12/2009	01/01/2009
		Até 90 dias	Há mais de 90 dias	Total	Total	Total
Consumidores industriais:						
Com. de energia – Contratos	70.143	4.369	64.911	139.423	119.217	191.839
Concessionárias e Permissionárias:						
Com. de energia – Contratos	402.041	76.272	113.548	591.861	458.353	495.722
Comercialização na CCEE	64.463	-	-	64.463	19.742	11.984
Conexão ao sist. de transmissão	6.105	1.047	10.349	17.501	14.662	13.713
Sistema de Transmissão	121.763	1.446	13.024	136.233	138.298	125.532
	664.515	83.134	201.832	949.481	750.272	838.790
Circulante				949.481	718.793	775.631
Não Circulante				-	31.479	63.159

- PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

	Controladora e Consolidado		
	31/12/2009	Provisão	31/12/2010
Consumidores industriais	(65.876)	(15.208)	(81.084)
Concessionárias e Permissionárias	(723)	(139)	(862)
Outras	-	(3.393)	(3.393)
	(66.599)	(18.740)	(85.339)
Circulante	(66.599)	(18.740)	(85.339)

- CRÉDITOS RENEGOCIADOS

Parte dos créditos a receber antes relacionados sofreu renegociação conforme a seguir:

	Controladora e Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Circulante			
Companhia Energética do Piauí S.A.	58.026	65.405	71.972
Ligas do Brasil S.A.	11.199	8.982	7.190
Vale Manganês S.A.	104.468	88.531	84.980
	173.693	162.918	164.142
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(11.199)	(8.982)	-
(-) Redução provisória de crédito	(104.468)	(88.531)	-
	(115.667)	(97.513)	-
Não Circulante			
Companhia Energética do Piauí S.A.	-	31.479	63.159
	58.026	96.884	227.301

Os créditos de energia renegociados têm as seguintes características:

- **Companhia Energética do Piauí S.A. - Cepisa**, controlada da Eletrobras – Termo de Reconhecimento e Pagamento de Dívida nº 001/2007, firmado em 01/07/2007, no montante de R\$ 121.569, pagável em 52 parcelas mensais, a partir de 03/09/2007, com correção pelo IGP-M mais juros de 1% a.m..
- **Ligas do Brasil S.A. – Libra** – Termo de Confissão de Dívida, firmado em 01/09/2004, no montante de R\$ 3.423, com pagamento em 36 parcelas mensais, vencíveis a partir de 25/09/2004, corrigidas pela taxa Selic, mais juros de 1% a.m.. As parcelas vencidas desde novembro/2005 estavam em fase de cobrança judicial por meio do Processo nº 0126653-84.2009.8.17.0001, movido na Justiça Estadual de Pernambuco, na 24ª Vara Cível da Capital. Em razão do Acordo firmado entre a Chesf e a Libra, foi pedida a extinção desse processo, que se operou em 05/05/2010. Entretanto, tal transação referiu-se apenas às faturas de consumo de energia elétrica vincendas a partir de maio de 2010. Foi interposta, pela Chesf, nova Ação Ordinária de cobrança, que tramita na 17ª Vara Cível desta Capital, tombada sob o nº 00282992-95.2010.8.17.0001, objetivando a recuperação dos créditos vencidos.

A Companhia manteve no exercício o registro de provisão para créditos de liquidação duvidosa desses valores.

- **Vale Manganês S.A.** – Instrumento Particular de Reconhecimento de Obrigações e Acordo para Pagamento, firmado entre a Chesf e a empresa Sibra, atual Vale Manganês S.A., datado de 30/06/1995, no montante de R\$ 21.915, com pagamento em 120 parcelas mensais vencíveis a partir de 31/03/1997, corrigidas pelo IGP-M mais juros de 6% a.a.. As parcelas encontram-se vencidas desde agosto/1998, em fase de cobrança judicial por meio dos Processos nºs 9945/1999 e 14051/2002, movidos na Justiça Estadual da Bahia, na Comarca de Simões Filho. A Companhia registrou redução provisória de créditos relativa a esses valores.

9 – TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Circulante						
IRPJ/CSLL	1.726	883	63.361	1.780	909	63.361
IR Fonte	82	82	390	4.003	1.404	1.027
Finsocial	1.611	1.525	1.276	1.611	1.525	1.276
PIS/Pasep	2.018	1.280	1.028	2.020	1.280	1.028
Cofins	174.431	5.898	4.735	174.436	5.898	4.735
Outros	11.443	1.214	1.313	10.783	839	1.227
	191.311	10.882	72.103	194.633	11.855	72.654
Não Circulante						
Finsocial	11.280	10.672	8.934	11.280	10.672	8.934
	202.591	21.554	81.037	205.913	22.527	81.588

PIS/Pasep e Cofins – Inconstitucionalidade do alargamento da base de cálculo

O Supremo Tribunal Federal – STF declarou a inconstitucionalidade do parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/1998, que ampliou a base de cálculo do PIS/Pasep e da Cofins e deu novo conceito ao faturamento que passou a abranger todas as receitas auferidas pela pessoa jurídica independentemente do tipo de atividade exercida e a classificação contábil adotada. Tal dispositivo não possuía previsão constitucional que o amparasse, tendo sido objeto de emenda constitucional posterior.

A referida decisão somente beneficia as empresas autoras dos recursos extraordinários julgados.

Com base no Código Tributário Nacional – CTN, a Companhia ingressou, em junho/2005, com recurso administrativo na Secretaria da Receita Federal do Brasil com o fim de obter o reconhecimento do direito e a restituição dos valores pagos a maior em decorrência da declaração de inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo dessas contribuições, pelo STF.

Com o indeferimento do citado recurso pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, a Companhia ingressou com ações judiciais ordinárias para a recuperação desses créditos de PIS/Pasep e da Cofins tendo obtido julgamento favorável.

Consubstanciado na opinião dos seus consultores jurídicos sobre a ação judicial referente à Cofins, com sentença já transitada em julgado, no Comunicado Técnico nº 05/2009 do Ibracon e na Deliberação CVM nº 594/2009, a Companhia registrou contabilmente neste exercício, no grupo de impostos e contribuições a recuperar, o montante estimado de crédito pleiteado a valor original corrigido, correspondente a R\$ 165.136, os quais serão futuramente compensados com tributos federais devidos pela Companhia.

A Companhia possui, ainda, objeto de ação similar em tramitação, crédito fiscal potencial de PIS/Pasep, não reconhecido contabilmente, relativo ao período de fevereiro de 1999 a novembro de 2002, que, atualizado até o final deste exercício corresponde a R\$ 23.933.

10 – ESTOQUES

	Controladora e Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Matéria-prima p/produção de energia elétrica	7.235	1.990	5.767
Material			
Almoxarifado	55.869	52.706	54.039
Destinado a alienação	24.806	13.576	8.956
Outros	1.375	6.415	2.063
	82.050	72.697	65.058
Compras em curso	1.980	1.985	2.051
Adiantamentos a fornecedores	298	1.103	1.516
	91.563	77.775	74.392

11 – DEPÓSITOS JUDICIAIS
Composição

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Trabalhistas	108.044	95.769	56.950	108.044	95.769	56.950
Cíveis	60.233	47.430	16.320	60.233	47.430	16.320
Fiscais	45.153	45.054	43.099	48.621	45.054	43.099
	213.430	188.253	116.369	216.898	188.253	116.369

Referem-se a valores vinculados a processos existentes nas esferas judicial e administrativa. Do montante registrado em 31/12/2010, na controladora, R\$ 138.794 estão diretamente relacionados às provisões relativas a processos trabalhistas e cíveis, com risco de perda provável, demonstrados na nota 25.

12 - CRÉDITOS FISCAIS

• Imposto de renda pessoa jurídica e Contribuição social

A Companhia mantém reconhecidos integralmente em seu Ativo Não Circulante, nos termos dos Pronunciamentos Técnicos CPC 26 e 32, aprovados pelas Deliberações CVM nºs 595 e 599, ambas de 15/09/2009, créditos fiscais, no valor de R\$ 308.542, resultantes de diferenças temporárias conforme distribuição a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Diferenças temporárias						
Portaria DNAEE nº 250/1985 – efeito credor em 1994	82.544	88.010	93.477	82.544	88.010	93.477
Provisões para contingências	274.386	251.879	215.150	274.386	251.879	215.150
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	94.714	81.330	5.729	94.714	81.330	5.729
Provisão para perdas – estudos e projetos	42.039	42.039	44.684	42.039	42.039	44.684
Programa de Desligamento Voluntário Programado	53.355	274.118	-	53.355	274.118	-
Participação nos Lucros ou Resultados	91.241	72.145	-	91.241	72.145	-
Provisão Seguro de Vida	81.921	81.921	-	81.921	81.921	-
Adoção das novas práticas – BRGAAP	430.075	256.810	555.683	430.075	256.810	555.683
Outras provisões	16.225	15.439	15.268	24.127	15.439	25.588
	1.166.500	1.163.691	929.991	1.174.402	1.163.691	940.311
Prejuízo Fiscal	-	-	-	51.765	38.183	-
Base negativa da Contribuição social	-	-	320.890	51.765	38.183	320.890
Créditos Fiscais						
Imposto de renda sobre diferenças temporárias	210.986	242.771	128.308	213.021	242.771	127.379
Contribuição social sobre diferenças temporárias	97.556	96.811	75.286	98.288	96.811	76.215
Imposto de renda sobre prejuízo fiscal	-	-	-	13.067	9.545	-
Contribuição social sobre base negativa	-	-	28.880	4.704	3.436	28.880
Não Circulante	308.542	339.582	232.474	329.080	352.563	232.474

Tais efeitos tributários contemplam a aplicação das seguintes alíquotas: 9% para a Contribuição social e para o Imposto de renda, 6,25% para os ajustes e reclassificações da adoção dos novos pronunciamentos contábeis - tendo em vista que influirão no cálculo do incentivo fiscal -, e para as demais diferenças temporárias a alíquota de 15% sobre a base de cálculo, com adicional de 10%, em conformidade com a Lei nº 9.430, de 30/12/1996.

Os créditos fiscais relativos a Imposto de Renda - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, provenientes de diferenças temporárias – efeitos inflacionários registrados no Ativo Imobilizado, Portaria DNAEE nº 250/1985, provisões para contingências, provisões para créditos de liquidação duvidosa, provisão para perdas – estudos e projetos, programa de desligamento voluntário programado, participações nos lucros ou resultados, provisão para seguro de vida e adoções das novas práticas contábeis (BRGAAP), serão utilizados de acordo com a realização do Ativo Imobilizado, o desfecho das ações judiciais, o resarcimento e a arrecadação de consumidores e concessionários, conclusão ou destinação dos estudos e projetos, desligamentos e desistências, pagamentos aos funcionários e pela movimentação dos Benefícios pós-emprego decorrentes da adoção do CPC 33, aprovado pela deliberação CVM nº 600, de 07/10/2009, respectivamente.

- **REGIME TRIBUTÁRIO DE TRANSIÇÃO - RTT**

O RTT, instituído pela Medida Provisória nº 449/2008, convertida na Lei nº 11.941/2009, por meio do qual as apurações do IRPJ, da CSLL, do PIS/Pasep e da Cofins, continuam a ser determinadas pelos métodos e critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404/1976, vigentes até 31 de dezembro de 2007. Desta forma, o imposto de renda e a contribuição social diferidos, calculados sobre os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas advindas da Lei nº 11.638/2007 e das normas antes mencionadas, foram registrados nestas Demonstrações Contábeis, quando aplicáveis, em conformidade com a Instrução CVM nº 371/2002.

Esse regime terá vigência até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos fiscais das novas práticas contábeis, buscando a neutralidade tributária.

13 - ADOÇÃO DA ICPC 01 E DA OCPC 05 - CONTRATOS DE CONCESSÃO

A ICPC 01 e a OCPC 05 orientam os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos e define os princípios gerais de reconhecimento e mensuração dos direitos e obrigações relacionados aos contratos de concessão desses serviços.

A Companhia possui contratos de concessão nos segmentos de geração e transmissão de energia elétrica, firmados com o Poder Concedente - Governo Federal representado pela Aneel -, sendo todos os contratos, por segmento, bastante similares em termos de direitos e obrigações do concessionário e do Poder Concedente.

A tarifação da transmissão é controlada pela Aneel, reajustada anualmente e revisada a cada período de quatro anos, tendo como base a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, considerando tanto os investimentos efetuados pela Companhia como sua estrutura de custos e despesas. A cobrança dos serviços é feita diretamente aos usuários das linhas de transmissão, pelo faturamento da Receita Anual Permitida – RAP ajustada mensalmente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS via avisos de créditos.

A geração de energia elétrica tem sua receita e sistema de arrecadação mediante a definição de preço e a comercialização de energia elétrica se dá por meio de contratos firmados com as concessionárias de distribuição, dos contratos de reserva de potência e fornecimento de energia elétrica, firmados com consumidores industriais diretamente atendidos pela Companhia, de contratos oriundos de leilões de energia elétrica, realizados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, e de leilões de compra e venda de energia elétrica, realizados por comercializadores ou consumidores livres. As eventuais diferenças entre as energias geradas e vendidas na forma dos contratos descritos, são comercializadas no mercado de curto prazo, no âmbito da CCEE.

Os prazos e outras informações sobre as concessões estão descritas na Nota 2.

A ICPC 01 com o objetivo de fornecer o enquadramento contábil à atividade desenvolvida por operadores de infraestruturas em regime de concessão público-privada, na qual esteja subjacente a prestação de serviços de utilidade pública, foi adotada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, em dezembro de 2009, aplicando-se aos exercícios iniciados após aquela data. A Companhia aplica esta Interpretação a partir de 1º de janeiro de 2010, com a apresentação de comparativos para o exercício de 2009.

A ICPC 01 aplica-se aos contratos de concessão público-privados nos quais o Poder Concedente:

- Controla ou regula o tipo de serviços que podem ser fornecidos com recurso às infraestruturas subjacentes;
- Controla ou regula o preço ao qual os serviços são fornecidos;
- Controla/detém interesse significativo na infraestrutura no final da concessão.

Nos termos da ICPC 01 uma concessão público-privada deve apresentar as seguintes características:

- Existe uma infraestrutura subjacente à concessão a qual é utilizada para prestar serviços;
- Existe um acordo/contrato entre o concedente e o operador;

- O operador presta um conjunto de serviços durante a concessão;
- O operador recebe uma remuneração ao longo de todo o contrato de concessão, quer diretamente do concedente, quer dos utilizadores das infraestruturas, ou de ambos;
- As infraestruturas são transferidas para o concedente no final da concessão, de forma gratuita ou onerosa.

No negócio de geração de energia, a ICPC 01 não é aplicável, mantendo a infraestrutura classificada no Ativo imobilizado.

No negócio de Transmissão de energia elétrica, a ICPC 01 é aplicável com a utilização do Modelo Financeiro.

Em decorrência da adoção dessas normas e resultante do contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, que lhe dá o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, a Companhia e suas *controladas em conjunto* reconheceram um Ativo Financeiro correspondente à remuneração pelo uso da infraestrutura e um Ativo Financeiro indenizável correspondente ao valor devido pelo Poder Concedente.

A Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2010, R\$ 3.970.371 como contas a receber do Poder Concedente, referente ao montante esperado de recebimento ao final das concessões (R\$ 3.759.110, em 31 de dezembro de 2009, e R\$ 3.560.404, em 1º de janeiro de 2009). Os valores dos ativos financeiros a serem recebidos durante a concessão foram reconhecidos pela diferença entre o valor justo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação dos serviços de concessão e o valor contábil dos ativos financeiros com expectativa de serem recebidos no fim da concessão.

A Companhia adotou a isenção relativa a aplicação retroativa do ICPC 01, considerando os valores apurados na data de transição.

Os impactos da adoção da ICPC 01 nas demonstrações contábeis da Companhia, individualmente, são apresentados a seguir:

Saldos contábeis sem considerar a adoção dos CPC			
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Transmissão			
Ativo em serviço	8.201.171	7.540.350	7.479.622
(-) Depreciação acumulada	(3.722.044)	(3.521.452)	(3.321.150)
Ativo líquido	4.479.127	4.018.898	4.158.472
Obrigações vinculadas à Concessão	(38.003)	(25.848)	(25.848)
Ativo em curso	1.143.192	1.361.445	1.015.411
Total	5.584.316	5.354.495	5.148.035

Saldos contábeis considerando a adoção dos CPC					
	Saldo 31/12/2009	Movimentação			Saldo 31/12/2010
		Ingressos	Atualização	Amortização	
Transmissão					
Ativo financeiro indenizável	3.759.110	211.261	-	-	3.970.371
Ativo financeiro – RAP	1.647.042	209.190	690.179	(840.690)	1.705.721
Total	5.406.152	420.451	690.179	(840.690)	5.676.092

Saldos contábeis considerando a adoção dos CPC					
	Saldo 01/01/2009	Movimentação			Saldo 31/12/2009
		Ingressos	Atualização	Amortização	
Transmissão					
Ativo financeiro indenizável	3.560.404	198.706	-	-	3.759.110
Ativo financeiro – RAP	1.587.631	188.068	718.769	(847.426)	1.647.042
Total	5.148.035	386.774	718.769	(847.426)	5.406.152

14 - OUTROS ATIVOS

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Circulante						
Adiantamentos a empregados	16.849	16.738	26.078	16.849	16.738	26.078
Cauções e depósitos vinculados	12.003	3	8.003	12.003	3	8.003
Reserva Global de Reversão	474	523	650	474	523	650
Financiamentos a terceiros	227	61	367	227	61	367
Alienações em curso	7.898	5.793	5.261	7.898	5.793	5.261
Desativações em curso	29.353	12.982	11.383	29.489	13.118	11.383
Prêmios de seguros	3.084	3.122	2.277	7.261	6.414	2.277
Gastos reembolsáveis	3.263	2.561	1.437	3.263	2.561	1.437
Alienações de bens e direitos	1.486	2.603	4.007	1.488	2.605	4.007
Adiantamentos a fornecedores	5.771	5.709	5.681	5.809	5.712	5.681
Adiantamentos à Eletropar	5.279	5.279	5.279	5.279	5.279	5.279
Dividendos a receber	676	10.046	9.942	-	57	54
Serviços prestados a terceiros	4.144	3.021	3.408	4.144	3.021	3.408
Outros	6.190	8.131	7.162	51.445	29.798	7.354
	96.697	76.572	90.935	145.629	91.683	81.239
Não Circulante						
Adiantamentos à Eletropar	1.456	1.456	1.456	1.456	1.456	1.456
FGTS/Conta-Empresa	3.765	3.633	3.513	3.765	3.633	3.513
Alienação de ativos – Projeto Biomassa	-	4.676	-	-	4.676	-
Outros	5.188	1.145	683	61.434	28.199	85.760
	10.409	10.910	5.652	66.655	37.964	90.729
Total	107.106	87.482	96.587	212.284	129.647	171.968

15 - INVESTIMENTOS
Composição:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
1. Participações societárias			
Coligadas - Equivalência Patrimonial			
• Energética Águas da Pedra S.A.	61.286	61.616	61.985
Controladas em conjunto - Equivalência Patrimonial			
• STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	193.244	168.830	143.920
• Integração Transmissora de Energia S.A.	28.530	26.046	22.610
• Interligação Elétrica do Madeira S.A.	61.574	25.624	-
• Energia Sustentável do Brasil S.A.	-	-	50.002
• ESBR Participações S.A.	412.001	202.388	-
• Manaus Transmissora de Energia S.A.	(18.187)	(8.740)	4.611
• Manaus Construtora Ltda.	5.949	1.938	-
• TDG - Transmissora Delmiro Gouveia S.A.	13.018	-	-
• Norte Energia S.A	26.669	-	-
• Pedra Branca S.A.	158	-	-
• São Pedro do Lago S.A.	157	-	-
• Sete Gameleiras S.A.	158	-	-
	784.557	477.702	283.128
Outras participações			
	550	633	613
	785.107	478.335	283.741
2. Outros Investimentos			
• Bens e direitos para uso futuro – Estudos e projetos	2.250	2.250	-
• Outros	1.089	975	2.071
	3.339	3.225	2.071
Total	788.446	481.560	285.812

STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Em conformidade com a política do Governo Federal de atrair capitais privados, com o objetivo de incrementar os investimentos no Setor Elétrico, e na forma estabelecida pela Lei nº 10.438/2002, o Consórcio AC Transmissão, formado pela Chesf e pela Cia. Técnica de Engenharia Elétrica - Alusa, atual Alupar Investimentos S.A., participou do Leilão nº 001/2003-ANEEL para a outorga de concessão de linhas de transmissão, vencendo o lote C, correspondente a uma linha de transmissão de 546 km, em 500 kV, no trecho Teresina-PI/Sobral e Fortaleza-CE, com uma proposta de receita anual de R\$ 77,9 milhões.

Neste sentido, foi constituída a empresa STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A., em 27/10/2003, com o objetivo de construir e operar a referida linha de transmissão, cabendo à Alupar 51% e à Chesf 49%, na participação acionária da STN. O empreendimento foi concluído em dezembro/2005 e a operação comercial iniciada em janeiro/2006.

Ainda no âmbito desta parceria, a Chesf mantém com a STN contratos para operação e manutenção da referida linha de transmissão, tendo auferido, no exercício, receita pela prestação desses serviços no montante de R\$ 1.854. A Companhia também registrou, no mesmo período, resultado positivo de equivalência patrimonial, no montante de R\$ 33.262.

Integração Transmissora de Energia S.A.

A Companhia também possui parceria na atividade de transmissão de energia com a empresa Integração Transmissora de Energia S.A., constituída em 20/12/2005, com participação de 12% do capital, cujo objeto social é a construção, implantação, operação e manutenção do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica da Rede Básica do Sistema Elétrico Interligado, composto pela linha de transmissão de 500 kV Colinas/Serra da Mesa 2, 3º circuito, entradas de linha e instalações vinculadas, nos termos do Contrato de Concessão nº 002/2006-ANEEL, firmado com o Poder Concedente, em 27/04/2006, por meio da Aneel, com prazo de concessão de 30 (trinta) anos. A referida empresa possui capital autorizado de R\$ 150 milhões, em ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Os demais participantes da sociedade são: Fundo de Investimentos em Participações Brasil Energia – FIP (51%) e Eletronorte (37%). A sua operação comercial teve início em 30/05/2008. A Companhia registrou, no exercício, resultado positivo de equivalência patrimonial, no montante de R\$ 2.844.

Energética Águas da Pedra S.A.

Ainda no âmbito dos investimentos a Companhia mantém parceria na atividade de geração de energia com a empresa Energética Águas da Pedra S.A., constituída em 03/04/2007, na qual possui participação de 24,5%, juntamente com a Eletronorte (24,5%) e a Neoenergia S.A. (51,0%). A referida empresa teve origem no Consórcio Aripuanã, ganhador do Leilão nº 004/2006-ANEEL, realizado em 10/10/2006, relativo à contratação de energia proveniente de novos empreendimentos, com posterior outorga de concessão dentro do Ambiente de Contratação Regulada - ACR, para implantação da Usina Hidrelétrica Dardanelos - UHE Dardanelos, com investimento previsto de R\$ 760,8 milhões. A UHE Dardanelos será implantada no Rio Aripuanã, situado no norte do Estado do Mato Grosso, com potência de 261 MW e energia assegurada total de 154,9 MW médios, para suprir o município de Aripuanã e, posteriormente, o Sistema Interligado Nacional - SIN. As primeiras máquinas têm previsão para entrada em operação em 2011, tendo sido comercializados 147 MW médios para o período de 2011 a 2041. O prazo de concessão do empreendimento é de 35 (trinta e cinco) anos, a partir de 03/07/2007, data da assinatura do seu Contrato de Concessão nº 002/2007-MME-UHE DARDANELOS. A Companhia registrou, no exercício, resultado negativo de equivalência patrimonial, no montante de R\$ 330.

Interligação Elétrica do Madeira S.A.

Na atividade de transmissão, a Companhia também participa da empresa Interligação Elétrica do Madeira S.A., criada a partir do Leilão nº 007/2008-ANEEL, da qual possui 24,5% do capital social, juntamente com as empresas Furnas Centrais Elétricas S.A. (24,5%) e a CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (51%). A referida sociedade, constituída em 18/12/2008, tem por objeto a construção, implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Interligado Nacional - SIN, especificamente das LT Coletora Porto Velho (RO) – Araraquara 2 (SP) número 01, em CC, +/- 600 kV, Estação Retificadora número 02 CA/CC, 500 kV +/- 600 kV – 3.150 MW, Estação Inversora número 02 CC/CA +/- 600 kV/500 kV – 2.950 MW e demais obras complementares, nos termos dos Contratos de Concessão nº 13/2009-ANEEL e nº 15/2009-ANEEL. No exercício, a Companhia realizou aporte de capital na coligada no montante de R\$ 33.884, e resultado positivo de equivalência patrimonial, no montante de R\$ 2.066.

ESBR Participações S.A.

Na atividade de geração, a Companhia possui participação de 20% no capital social da empresa ESBR Participações S.A., constituída em 12/02/2009, juntamente com as empresas Suez Energy South America Participações Ltda. (50,1%), Eletrosul Centrais Elétricas S.A. (20%) e a Camargo Corrêa Investimentos em Infra-Estrutura S.A. (9,9%). A ESBR Participações S.A. passou a deter a totalidade das ações da empresa Energia Sustentável do Brasil S.A., a partir de maio/2009. A Companhia associou-se às empresas mencionadas para participar do Leilão nº 005/2008-ANEEL, que deu origem à empresa Energia Sustentável do Brasil S.A. com o objetivo de obter a concessão e a comercialização da energia proveniente da Usina Hidrelétrica Jirau – UHE Jirau -, no Rio Madeira, município de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia, com capacidade mínima a ser instalada de 3.300 MW, e entrada em operação prevista para 2013, cujo consórcio foi o vencedor. O cronograma atual prevê, entretanto, o início da operação para o primeiro semestre de 2012. O prazo de concessão do empreendimento é de 35 (trinta e cinco) anos a partir de 13/08/2008, data da assinatura do seu Contrato de Concessão nº 002/2008 – MME-UHE JIRAU. A Companhia realizou, no exercício, aporte de capital nesta coligada no montante de R\$ 213.801 e registrou resultado negativo de equivalência patrimonial adicionado a outros resultados abrangentes, no montante de R\$ 4.188.

Manaus Transmissora de Energia S.A.

Empresa criada a partir do Consórcio Amazonas e constituída em 22/04/2008 para a implantação das linhas de transmissão de 500 kV Oriximiná (PA) – Itacoatiara (AM), com extensão aproximada de 374 km, e Itacoatiara (AM) – Cariri (AM), com 212 km de extensão aproximada; construção da subestação Itacoatiara em 500/138 kV (150 MVA) e da subestação Cariri em 500/230 kV (1.800 MVA), conforme Contrato de Concessão nº 010/2008–ANEEL, com prazo de concessão de 30 (trinta) anos, a partir de 16/10/2008, data da assinatura do contrato. A Companhia possui participação de 19,5% no capital social da referida empresa, juntamente com as empresas Abengoa Holding, da Espanha (50,5%) e a Eletronorte (30%). O investimento total orçado é de R\$ 1.289,5 milhões, com início de operação previsto para outubro/2011. A Companhia registrou, no exercício, resultado negativo de equivalência patrimonial adicionado a outros resultados abrangentes, no montante de R\$ 9.447.

Manaus Construtora Ltda.

Em 30 de janeiro de 2009, foi constituída a empresa Manaus Construtora Ltda., da qual a Companhia é sócia com 19,5%, em conjunto com a Abengoa Holding (50,5%) e a Eletronorte (30%). Essa empresa tem como objetivo a construção, montagem e fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos para a linha de transmissão 500 kV Oriximiná/Cariri CD, a subestação Itacoatiara de 500/138 kV e a Subestação Cariri de 500/230 kV, entradas de linha e instalações vinculadas, bem como as demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle e telecomunicação, a ser integrada à Rede Básica do Sistema Interligado Nacional. A Companhia registrou, no exercício, resultado positivo de equivalência patrimonial no montante de R\$ 5.948.

TDG – Transmissora Delmiro Gouveia S.A.

A Companhia participou do Consórcio Nordeste de Transmissão de Energia, vencedor do Lote C do Leilão nº 005/2009-ANEEL, de 27/11/2009, objetivando a construção, implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, especificamente da Linha de Transmissão São Luiz II – São Luiz III, em 230 kV, localizada no estado do Maranhão, das subestações Pecém II, em 500 kV, e Aquiraz II, em 230 kV, localizadas no estado do Ceará. A partir desse consórcio, em 12 de janeiro de 2010, foi constituída a empresa TDG – Transmissora Delmiro Gouveia S.A., sediada na cidade do Recife, capital do estado de Pernambuco, de cujo capital social a Chesf participa com 49% e a ATP Engenharia Ltda. com 51%. O prazo de concessão do empreendimento é de 30 (trinta) anos, cuja homologação e adjudicação ocorreram em 19/01/2010, com investimento previsto em R\$ 244,8 milhões. No exercício, a Companhia realizou aporte de capital na TDG no montante de R\$ 13.279 e registrou resultado negativo de equivalência patrimonial no montante de R\$ 261.

Norte Energia S.A.

A Companhia possui 15% de participação societária na empresa Norte Energia S.A., criada em 21/07/2010, a partir do consórcio vencedor do Leilão nº 006/2009-ANEEL, cujo objeto é a concessão e a comercialização da energia proveniente da Usina Hidrelétrica Belo Monte, juntamente com a Eletrobras (15%); Eletronorte (19,98%); Construtora Queiroz Galvão S.A. (2,51%); Contern Construções e Comércio Ltda. (1,25%); Fundação Petrobras de Seguridade Social – Petros (10%); Cetenco Engenharia S.A. (1,25%); Galvão Engenharia S.A. (1,25%); J. Malucelli Construtora de Obras S.A. (1%); Mendes Junior Trading Engenharia S.A. (1,25%); Serveng-Civilsan S.A. (1,25%); J. Malucelli Energia S.A. (0,25%); e Gaia Energia e Participações S.A. (9%); Caixa FI Cevix (5%); Sinobras - Siderúrgica Norte Brasil S.A. (1%); Fundação dos Economiários Federais – Funcief (2,5%), Bolzano Participações S.A. (10%); e Construtora OAS Ltda. (2,51%). A UHE Belo Monte será instalada no Rio Xingu, no município de Vitória do Xingu, no Pará. A capacidade mínima a ser instalada é de 11.233,1 MW, garantia física de 4.571 MW médios e reservatório com área de 516 quilômetros quadrados, com prazo de concessão de 35 (trinta e cinco) anos. No exercício, a Companhia realizou aportes de capital nesse empreendimento no montante de R\$ 27.002 e registrou resultado negativo de equivalência patrimonial de R\$ 333.

Pedra Branca, São Pedro do Lago e Sete Gameleiras

A Companhia fez parte dos consórcios Pedra Branca, São Pedro do Lago e Sete Gameleiras - que deram origem às empresas Pedra Branca S.A., São Pedro do Lago S.A. e Sete Gameleiras S.A., constituídas em 07 de outubro de 2010 -, vencedores do Leilão nº 007/2010-ANEEL, cujo objeto foi a contratação, no Ambiente Regulado, de energia de fontes alternativas, na modalidade por disponibilidade de energia, com início de suprimento previsto para 1º de janeiro de 2013 e prazo de duração de 20 (vinte) anos, proveniente dos parques eólicos EOL Pedra Branca, EOL São Pedro do Lago e EOL Sete Gameleiras, a serem instalados no município de Sento Sé, Estado da Bahia, cada um com capacidade para gerar 28,8 MW. A Chesf possui participação de 49% nessas empresas, juntamente com a Brennand Energia S.A. (50,9%), e a Brennand Energia Eólica S.A. (0,1%). No exercício, a Companhia realizou aportes de capital nessas empresas no montante de R\$ 483 e registrou resultado negativo de equivalência patrimonial de R\$ 10.

Equivalência Patrimonial

Coligadas e Controladas em conjunto	Participação (%)	Investimento	Patrimônio Líquido das Investidas	Resultado das Investidas em 31/12/2010	Resultado da Equivalência em 2010	Outros Resultados Abrangentes
Energética Águas da Pedra S.A.	24,5	61.286	250.147	(1.348)	(330)	-
STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	49,0	193.244	394.375	67.879	33.262	-
Integração Transmissora de Energia S.A.	12,0	28.530	237.754	23.704	2.844	-
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	24,5	61.574	251.321	8.430	2.066	-
ESBR Participações S.A.	20,0	412.001	2.060.006	(14.758)	(2.952)	(1.235)
Manaus Transmissora de Energia S.A.	19,5	(18.187)	(93.266)	(46.057)	(8.981)	(466)
Manaus Construtora Ltda.	19,5	5.949	30.507	30.506	5.948	-
TDG - Transmissora Delmiro Gouveia S.A.	49,0	13.018	26.569	(532)	(261)	-
Norte Energia S.A	15,0	26.669	165.187	(2.223)	(333)	-
Pedra Branca S.A.	49,0	158	323	(8)	(3)	-
São Pedro do Lago S.A.	49,0	157	322	(9)	(4)	-
Sete Gameleiras S.A.	49,0	158	324	(7)	(3)	-
		784.557	3.323.569	65.577	31.253	(1.701)

Demonstração da Movimentação dos Investimentos

Coligadas e Controladas em conjunto	01/01/2009	Aumento de Capital	Equivalência Patrimonial	Outros Resultados Abrangentes	Dividendos declarados	31/12/2009
Energética Águas da Pedra S.A.	61.985	-	(369)	-	-	61.616
STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	143.920	-	28.950	15.565	(19.605)	168.830
Integração Transmissora de Energia S.A.	22.610	-	2.832	863	(259)	26.046
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	-	25.283	341	-	-	25.624
Energia Sustentável do Brasil S.A.	50.002	(50.002)	-	-	-	-
ESBR Participações S.A.	-	205.742	(2.033)	(1.321)	-	202.388
Manaus Transmissora de Energia S.A.	4.611	-	(8.956)	(4.395)	-	(8.740)
Manaus Construtora Ltda.	-	-	1.938	-	-	1.938
TOTAL	283.128	181.023	22.703	10.712	(19.864)	477.702

Coligadas e Controladas em conjunto	31/12/2009	Aumento de Capital	Equivalência Patrimonial	Outros Resultados Abrangentes	Dividendos declarados	31/12/2010
Energética Águas da Pedra S.A.	61.616	-	(330)	-	-	61.286
STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	168.830	-	33.262	-	(8.848)	193.244
Integração Transmissora de Energia S.A.	26.046	-	2.844	-	(360)	28.530
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	25.624	33.884	2.066	-	-	61.574
ESBR Participações S.A.	202.388	213.801	(2.952)	(1.236)	-	412.001
Manaus Transmissora de Energia S.A.	(8.740)	-	(8.981)	(466)	-	(18.187)
Manaus Construtora Ltda.	1.938	-	5.948	-	(1.937)	5.949
TDG - Transmissora Delmiro Gouveia	-	13.279	(261)	-	-	13.018
Norte Energia S.A	-	27.002	(333)	-	-	26.669
Pedra Branca S.A.	-	161	(3)	-	-	158
São Pedro do Lago S.A.	-	161	(4)	-	-	157
Sete Gameleiras S.A.	-	161	(3)	-	-	158
TOTAL	477.702	288.449	31.253	(1.702)	(11.145)	784.557

Resumo das Demonstrações Contábeis das Empresas Coligadas e Controladas em Conjunto

BALANÇO PATRIMONIAL

Empresas	2010								2009							
	Ativo				Passivo				Ativo				Passivo			
	Circulante	Não Circulante		Total	Circulante	Não Circulante	Patrimônio Líquido	Total	Circulante	Não Circulante		Total	Circulante	Não Circulante	Patrimônio Líquido	Total
		Outros	Imobilizado Intangível e Investimentos							Outros	Imobilizado, Intangível e Investimentos					
Energética Águas da Pedra	24.156	1.397	756.325	781.878	39.148	492.583	250.147	781.878	76.376	737	643.455	720.568	9.711	459.362	251.495	720.568
ESBR Participações	1.020.957	299.345	5.304.069	6.624.371	320.032	4.244.333	2.060.006	6.624.371	621.447	180.174	2.202.363	3.003.984	70.908	1.921.133	1.011.943	3.003.984
STN Integração Transm. de Energia	36.962	635.751	3.847	676.560	24.820	257.365	394.375	676.560	35.448	614.904	3.383	653.735	44.328	264.854	344.553	653.735
Interligação Elétrica do Madeira	5.810	613.888	-	619.698	46.195	335.749	237.754	619.698	10.556	612.822	-	623.378	48.078	358.254	217.046	623.378
Manaus Transmissora	19.641	662.013	284	681.938	364.455	66.162	251.321	681.938	14.980	100.738	268	115.986	1.382	10.013	104.591	115.986
Manaus Construtora	53.796	660.271	-	714.067	779.801	27.532	(93.266)	714.067	356.400	218.414	-	574.814	558.053	61.579	(44.818)	574.814
TDG	1.730	24.797	104	26.631	62	-	26.569	26.631	-	-	-	-	-	-	-	-
Norte Energia	81.512	27.880	202.871	312.263	147.076	-	165.187	312.263	-	-	-	-	-	-	-	-
Pedra Branca	264	-	74	338	15	-	323	338	-	-	-	-	-	-	-	-
São Pedro do Lago	245	-	93	338	16	-	322	338	-	-	-	-	-	-	-	-
Sete Gameleiras	254	-	86	340	16	-	324	340	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	1.278.548	2.925.342	6.267.753	10.471.643	1.724.350	5.423.724	3.323.569	10.471.643	1.130.650	1.728.210	2.849.469	5.708.329	737.727	3.075.854	1.894.748	5.708.329

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Empresas	2010								2009									
	Receita Operacional Líquida	Despesa Operacional	Resultado do Serviço	Resultado Financeiro	Outras Receitas (Despesas)	Resultado Operacional	I.Renda e Cont.Social	Incentivos Fiscais	Resultado do Exercício	Receita Operacional Líquida	Despesa Operacional	Resultado do Serviço	Resultado Financeiro	Outras Receitas (Despesas)	Resultado Operacional	I.Renda e Cont.Social	Incentivos Fiscais	Resultado do Exercício
Energética Águas da Pedra	-	(1.920)	(1.920)	(88)	-	(2.008)	660	(1.348)	-	(1.985)	(1.985)	(257)	-	(2.242)	737	-	(1.505)	
ESBR Participações	-	(31.588)	(31.588)	3.238	-	(28.350)	13.592	(14.758)	-	(22.217)	(22.217)	12.848	-	(9.369)	(800)	-	(10.169)	
STN Integração Transmissora de Energia	124.521	(21.586)	102.935	(24.098)	16	78.853	(20.743)	9.769	67.879	114.024	(13.933)	100.091	(31.938)	48	68.201	(14.361)	5.243	59.083
Interligação Elétrica do Madeira	73.600	(13.953)	59.647	(30.061)	-	29.586	(11.422)	5.540	23.704	73.348	(9.941)	63.407	(31.232)	-	32.175	(8.578)	-	23.597
Manaus Transmissora	508.244	(491.789)	16.455	(3.681)	-	12.774	(4.344)		8.430	91.193	(90.292)	901	1.209	-	2.110	(718)	-	1.392
Manaus Construtora	416.562	(403.951)	12.611	(82.351)	-	(69.740)	23.683		(46.057)	147.240	(147.835)	(595)	(74.133)	-	(74.728)	28.800	-	(45.928)
TDG	-	(688)	(688)	156	-	(532)	-	(532)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Norte Energia	-	(7.245)	(7.245)	3.878	-	(3.367)	1.144		(2.223)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pedra Branca	-	(7)	(7)	(1)	-	(8)	-	(8)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
São Pedro do Lago	-	(9)	(9)	-	-	(9)	-	(9)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sete Gameleiras	-	(7)	(7)	-	-	(7)	-	(7)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	1.167.882	(982.937)	184.945	(131.859)	16	53.102	(2.834)	15.309	65.577	440.712	(289.496)	151.216	(123.513)	48	27.751	3.414	5.243	36.408

16 – IMOBILIZADO
a) Imobilizado segregado por natureza e atividade

	Taxas médias anuais de depreciação (%)	Controladora					
		31/12/2010				31/12/2009	01/01/2009
		Custo	Depreciação acumulada	(-) Obrigações vinculadas à Concessão	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço							
Geração	2,37	17.710.199	(7.631.716)	(92.159)	9.986.324	10.060.352	10.284.911
Administração	7,45	1.153.620	(596.767)	(35.400)	521.453	471.938	507.550
		18.863.819	(8.228.483)	(127.559)	10.507.777	10.532.290	10.792.461
Em curso							
Geração		409.324	-	-	409.324	282.073	195.185
Administração		91.759	-	-	91.759	156.740	79.326
		501.083	-	-	501.083	438.813	274.511
		19.364.902	(8.228.483)	(127.559)	11.008.860	10.971.103	11.066.972

	Taxas médias anuais de depreciação (%)	Consolidado					
		31/12/2010				31/12/2009	01/01/2009
		Custo	Depreciação acumulada	(-) Obrigações vinculadas à Concessão	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço							
Geração	2,37	17.710.199	(7.631.716)	(92.159)	9.986.324	10.060.352	10.284.911
Administração	7,45	1.153.959	(596.783)	(35.400)	521.776	472.070	507.605
		18.864.158	(8.228.499)	(127.559)	10.508.100	10.532.422	10.792.517
Em curso							
Geração		1.482.628	-	-	1.482.628	706.683	226.358
Administração		91.810	-	-	91.810	156.740	79.325
		1.574.438	-	-	1.574.438	863.423	305.683
		20.438.596	(8.228.499)	(127.559)	12.082.538	11.395.844	11.098.200

A administração da Companhia avaliou em 31 de dezembro de 2010 e fará anualmente, ou sempre que alguma circunstância assim determinar, a recuperabilidade dos ativos de longa duração, principalmente o Imobilizado mantido e utilizado nas suas operações, com o objetivo de identificar eventuais deteriorações desses ativos ou grupos de ativos, que levem à sua não recuperação plena, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 01 – redução ao valor recuperável de ativos.

No processo de avaliação são identificadas as circunstâncias que possam exigir a aplicação de testes de recuperabilidade dos ativos a fim de ser determinado o montante de eventuais perdas.

Dadas as características operacionais de gestão e operação da Companhia foi definido como unidade geradora de caixa o conjunto de seus ativos por segmento (geração e transmissão).

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor

presente pela taxa de desconto que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo, ou unidade geradora de caixa, calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo, ou unidade geradora de caixa, é reduzido ao seu valor recuperável, com a perda por redução ao valor recuperável reconhecida no resultado.

A administração da Companhia, amparada em seus contratos de concessão e em opinião de consultor jurídico independente, considerou a reversão do ativo líquido residual ao final da concessão do serviço público de energia elétrica, tomando por base o valor contábil. Considerou, também, a depreciação levando em consideração o tempo de vida útil do bem e não o prazo da concessão, tendo em vista a condição de indenização prevista nos contratos.

A Companhia apesar de não apresentar indicativo de *impairment*, realizou o teste de recuperabilidade de seus ativos em serviço em 31/12/2010, por meio de fluxos de caixa descontados, e não identificou nenhuma redução do valor recuperável desses ativos.

Os custos de empréstimos e financiamentos atribuídos à aquisição, construção ou produção, estão incluídos no custo do imobilizado em curso até a data em que estejam prontos para o uso pretendido, conforme disposições da Deliberação CVM nº 577, de 05/06/2009, que aprovou o CPC 20 – Custos de Empréstimos.

b) Movimentação do Imobilizado

Descrição	Controladora					
	31/12/2009	Adições	Baixas	Transferências	Transf. serviço	31/12/2010
Em serviço	18.491.197	383.782	(11.285)	125	-	18.863.819
Depreciação	(7.828.889)	(408.497)	9.132	(229)	-	(8.228.483)
Subtotal	10.662.308	(24.715)	(2.153)	(104)	-	10.635.336
Em curso	438.813	446.052	-	-	(383.782)	501.083
Total	11.101.121	421.337	(2.153)	(104)	(383.782)	11.136.419
Obrigações vinculadas à Concessão	(130.018)	2.459	-	-	-	(127.559)
Total do Imobilizado	10.971.103	423.796	(2.153)	(104)	(383.782)	11.008.860

Descrição	Consolidado					
	31/12/2009	Adições	Baixas	Transferências	Transf. serviço	31/12/2010
Em serviço	18.491.333	383.984	(11.285)	126	-	18.864.158
Depreciação	(7.828.894)	(408.507)	9.132	(230)	-	(8.228.499)
Subtotal	10.662.439	(24.523)	(2.153)	(104)	-	10.635.659
Em curso	863.424	1.094.797	-	-	(383.783)	1.574.438
Total	11.525.863	1.070.274	(2.153)	(104)	(383.783)	12.210.097
Obrigações vinculadas à Concessão	(130.018)	2.459	-	-	-	(127.559)
Total do Imobilizado	11.395.845	1.072.733	(2.153)	(104)	(383.783)	12.082.538

Descrição	Controladora					31/12/2009
	01/01/2009	Adições	Baixas	Transferências	Transf. serviço	
Em serviço	18.349.986	143.704	(8.504)	6.011	-	18.491.197
Depreciação	(7.427.506)	(406.391)	5.354	(346)	-	(7.828.889)
Subtotal	10.922.480	(262.687)	(3.150)	5.665	-	10.662.308
Em curso	274.512	308.005	-	-	(143.704)	438.813
Total	11.196.992	45.318	(3.150)	5.665	(143.704)	11.101.121
Obrigações vinculadas à Concessão	(130.018)	-	-	-	-	(130.018)
Total do Imobilizado	11.066.974	45.318	(3.150)	5.665	(143.704)	10.971.103

Descrição	Consolidado					31/12/2009
	01/01/2009	Adições	Baixas	Transferências	Transf. serviço	
Em serviço	18.350.041	143.785	(8.504)	6.011	-	18.491.333
Depreciação	(7.427.506)	(406.396)	5.354	(346)	-	(7.828.894)
Subtotal	10.922.535	(262.611)	(3.150)	5.665	-	10.662.439
Em curso	305.683	701.444	-	-	(143.703)	863.424
Total	11.228.218	438.833	(3.150)	5.665	(143.703)	11.525.863
Obrigações vinculadas à Concessão	(130.018)	-	-	-	-	(130.018)
Total do Imobilizado	11.098.200	438.833	(3.150)	5.665	(143.703)	11.395.845

c) Taxas anuais de depreciação

A Companhia calcula e contabiliza as quotas de depreciação com aplicação das taxas estabelecidas pela Resolução ANEEL nº 367, de 02/06/2009, para as Unidades de Cadastro definidas pela Portaria ANEEL nº 815, de 30/11/1994, esta vigente até 31/12/2011, conforme Resolução Normativa ANEEL nº 422, de 07/12/2010.

As principais taxas anuais de depreciação, por atividade, são as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação (%)
Geração	
Comporta	3,3
Reservatório	2,0
Casa de força	2,0
Gerador	3,3
Painel – Comando e Medição	3,0
Turbina hidráulica	2,5
Ponte rolante, guindaste e pórtico	3,3
Turbina a gás	5,0
Administração central	
Equipamentos gerais	10,0
Veículos	20,0

d) Obrigações vinculadas à Concessão

A partir de 01 de janeiro de 1996 essas obrigações deixaram de ser atualizadas pelos efeitos da inflação, atendendo disposições legais.

Composição:

	Controladora e Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Reversões e Amortizações	(2.459)	-	-
Participações da União	92.557	92.557	92.557
Doações e subvenções destinadas a investimentos	37.235	36.855	36.855
Pesquisa e Desenvolvimento	226	606	606
	127.559	130.018	130.018

As participações da União referem-se a recursos recebidos do Governo Federal e aplicados em obras de geração e transmissão de energia elétrica.

Em virtude de sua natureza, as contas registradas neste grupamento estão sendo apresentadas como redutoras do Imobilizado, pois não representam obrigações financeiras efetivas, não devendo, desta forma, ser incluídas como exigibilidades para fins de determinação de indicadores econômico-financeiros.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto Federal nº 41.019/1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição e comercialização, são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/1999 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para a desvinculação de bens inservíveis à Concessão, quando destinados a alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na Concessão. A Companhia não identifica, em suas operações, bens de valores relevantes considerados inservíveis.

17 – INTANGÍVEL

- Intangível segregado por natureza e atividade

	Taxas médias anuais de amortização (%)	Controladora				
		31/12/2010		Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido
		Custo	Amortização acumulada			
Em serviço						
Geração	20,00	500	(301)	199	208	291
Administração	19,73	48.580	(25.285)	23.295	21.960	29.636
		49.080	(25.586)	23.494	22.168	29.927
Em curso						
Geração		21	-	21	39	32
Administração		8.585	-	8.585	9.347	2.000
		8.606	-	8.606	9.386	2.032
		57.686	(25.586)	32.100	31.554	31.959

	Taxas médias anuais de amortização (%)	Consolidado				
		31/12/2010		Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido
		Custo	Amortização acumulada			
Em serviço						
Geração	20,00	500	(301)	199	208	291
Administração	20,00	49.246	(25.302)	23.944	22.579	30.254
		49.746	(25.603)	24.143	22.787	30.545
Em curso						
Geração		17.953	-	17.953	15.825	14.026
Administração		9.699	-	9.699	10.397	2.878
		27.652	-	27.652	26.222	16.904
		77.398	(25.603)	51.795	49.009	47.449

- Movimentação do Intangível

Descrição	Controladora			
	31/12/2009	Adições	Transf. serviço	31/12/2010
Em serviço	38.795	10.285	-	49.080
Amortização	(16.627)	(8.959)	-	(25.586)
Subtotal	22.168	1.326	-	23.494
Em curso	9.386	9.505	(10.285)	8.606
Total do Intangível	31.554	10.831	(10.285)	32.100

Descrição	Consolidado			
	31/12/2009	Adições	Transf. Serviço	31/12/2010
Em serviço	39.421	10.325	-	49.746
Amortização	(16.634)	(8.969)	-	(25.603)
Subtotal	22.787	1.356	-	24.143
Em curso	26.222	11.716	(10.285)	27.653
Total do Intangível	49.009	13.072	(10.285)	51.796

Descrição	Controladora			
	01/01/2009	Adições	Transf. serviço	31/12/2009
Em serviço	38.795	-	-	38.795
Amortização	(8.868)	(7.759)	-	(16.627)
Subtotal	29.927	(7.759)	-	22.168
Em curso	2.032	7.354	-	9.386
Total do Intangível	31.959	(405)	-	31.554

Descrição	Consolidado			
	01/01/2009	Adições	Transf. serviço	31/12/2009
Em serviço	39.413	8	-	39.421
Amortização	(8.868)	(7.766)	-	(16.634)
Subtotal	30.545	(7.758)	-	22.787
Em curso	16.904	9.318	-	26.222
Total do Intangível	47.449	1.560	-	49.009

18 - FORNECEDORES

O saldo da conta Fornecedores apresenta a seguinte composição:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Circulante						
Materiais e serviços	187.091	171.011	116.709	277.657	199.211	117.595
Energia elétrica - CCEE	-	-	2.737	-	-	2.737
Encargos de uso da rede elétrica:						
Eletronorte	8.489	7.332	6.804	8.489	7.332	6.804
Eletrosul	6.614	7.107	6.196	6.614	7.107	6.196
Furnas	13.346	15.249	14.327	13.346	15.249	14.327
CTEEP	10.793	11.202	10.123	10.793	11.202	10.123
Cemig	3.411	4.789	3.416	3.411	4.789	3.416
TSN	-	3.108	3.291	-	3.108	3.291
Outros	38.848	36.722	31.605	38.848	36.722	31.605
Total	268.592	256.520	195.208	359.158	284.720	196.094

19 - TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A RECOLHER

A Companhia apresenta nos Passivos Circulante e Não Circulante tributos e contribuições a pagar assim distribuídos:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Circulante						
IRPJ	78.724	114.486	-	81.432	117.328	882
CSLL	121.908	33.563	28.074	124.235	35.592	29.302
Cofins	31.975	28.429	27.027	32.151	28.603	27.199
ICMS	10.537	10.190	8.985	12.066	10.987	9.648
INSS	18.531	18.190	10.647	19.195	18.702	10.668
PIS/PASEP	6.941	6.171	5.867	6.979	6.202	5.889
IRRF	20.123	24.190	16.861	20.421	25.384	17.834
FGTS	5.006	5.643	3.838	5.044	5.666	3.840
Outros	8.004	8.160	5.879	9.439	8.922	13.414
	301.749	249.022	107.178	310.962	257.386	118.676
Não Circulante						
IRPJ	-	-	-	5.464	6.421	-
CSLL	-	-	-	1.967	2.312	-
Cofins	-	-	-	14.970	2.277	-
ICMS diferido	10.282	21.053	45.592	10.282	21.053	45.592
Outros	-	-	-	345	327	2.356
	10.282	21.053	45.592	33.028	32.390	47.948
	312.031	270.075	152.770	343.990	289.776	166.624

20 - DÉBITOS FISCAIS

- Imposto de renda pessoa jurídica e Contribuição social sobre o lucro líquido**

A Companhia mantém reconhecidos integralmente em seu Passivo Não Circulante, nos termos dos Pronunciamentos Técnicos CPC 26 e 32, aprovados pelas Deliberações CVM nºs 595 e 599, ambas de 15/09/2009, débitos fiscais, no valor de R\$ 44.677, resultantes de diferenças temporárias conforme distribuição a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Diferenças temporárias						
Desreconhecimento de ativos e passivos regulatórios	6.241	1.408	-	6.241	1.408	-
Ajustes iniciais decorrentes do CPC 33	174.836	-		174.836	-	
Ajustes iniciais decorrentes do ICPC 01	111.890	57.265	-	148.399	85.611	24.001
	292.967	58.673	-	329.476	87.019	24.001
Débitos Fiscais						
Imposto de renda sobre diferenças temporárias	18.310	3.667	-	27.438	10.754	6.000
Contribuição social sobre diferenças temporárias	26.367	5.281	-	29.652	7.832	2.160
Não Circulante	44.677	8.948	-	57.090	18.586	8.160

Tais efeitos tributários contemplam a aplicação das alíquotas de 9% para a Contribuição social, e 6,25% para o Imposto de renda dos ajustes e reclassificações da adoção dos novos pronunciamentos contábeis, tendo em vista que influirão no cálculo do incentivo fiscal.

Os débitos fiscais relativos ao Imposto de renda da pessoa jurídica e à Contribuição social sobre o lucro líquido, provenientes de diferenças temporárias – Desreconhecimento de ativos e passivos regulatórios, ajustes iniciais decorrentes do CPC 33 e da ICPC 01 - registrados integralmente no Passivo Não Circulante, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 26, serão realizados de acordo com a liquidação dos ativos e passivos regulatórios, pela movimentação dos benefícios pós-emprego decorrentes da adoção do CPC 33 e pela movimentação dos ativos financeiros decorrentes da adoção da ICPC 01, respectivamente.

21 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As principais informações a respeito dos empréstimos e financiamentos da Companhia estão demonstradas a seguir:

a) Composição:

	31/12/2010			31/12/2009	01/01/2009
	Circulante		Não Circulante	Total	Total
	Principal	Encargos	Principal		
Eletrobras	24.375	-	129.566	153.941	254.359
Banco do Brasil	-	7.167	249.966	257.133	255.791
Banco do Nordeste	15.124	46	266.982	282.152	153.296
Outras instituições	-	-	-	-	69.446
Total	39.499	7.213	646.514	693.226	663.446
					3.785.768

- b) O empréstimo com o Banco do Brasil S.A. está garantido por meio de compensação e cessão de créditos, caso venham a ser exigidas pelo credor. Para o montante de R\$ 5.682 dos empréstimos obtidos da nossa Controladora, a Eletrobras, não foram solicitadas garantias. Entretanto, a seu critério, poderão ser exigidas, ficando a Companhia obrigada a oferecê-las sob pena de vencimento antecipado da dívida.

Os financiamentos provenientes da Eletrobras têm como principal fonte os recursos da Reserva Global de Reversão – RGR, e como principais destinações as obras das Usinas Hidrelétricas Itaparica e Xingó e os seus sistemas de transmissão associados.

- c) O IPCA, indexador utilizado na atualização de empréstimos e financiamentos, registrou variação de 5,91%, no exercício, contra 4,32% em 2009.

- d) Composição dos empréstimos e financiamentos por tipo de moeda e indexador:

<u>Moeda (equivalente em R\$)/Indexador</u>	31/12/2010		31/12/2009		01/01/2009	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Moeda Estrangeira						
US\$	-	-	-	-	207.868	5,49
Eur	-	-	-	-	56.158	1,48
	-	-	-	-	264.026	6,97
Moeda Nacional						
Sem atualização monetária (1)	257.133	37,10	246.600	37,20	3.174.904	83,86
Sem atualização monetária (2)	153.366	22,10	153.296	23,10	69.446	1,84
Sem atualização monetária (3)	282.152	40,70	255.791	38,50	259.159	6,85
IPCA (4)	575	0,10	7.759	1,20	18.233	0,48
	693.226	100,00	663.446	100,00	3.521.742	93,03
Total	693.226	100,00	663.446	100,00	3.785.768	100,00

(1) Do total contratado com a Eletrobras, R\$ 153.366 são provenientes de recursos da Reserva Global de Reversão – RGR, arrecadados do Setor Elétrico para investimento nele próprio. Deste total, R\$ 5.682 (3,70%) estão contratados com juros de 10% a.a. e taxa de administração de 2% a.a., R\$ 142.778 (93,10%) e R\$ 4.906 (3,20%), com juros de 5% a.a. e taxas de administração de 2% a.a. e 1,5% a.a., respectivamente. Estes financiamentos não têm previsão de atualização monetária por estarem vinculados à mesma sistemática de correção dos ativos permanentes, suspensa por força de lei.

(2) Contratos com o Banco do Nordeste do Brasil S.A., com juros de 10% a.a., e bônus de 2,5% por pontualidade.

(3) Contrato com o Banco do Brasil S.A., com taxa de juros de 105,7% da taxa média do CDI a.a..

(4) Contrato com a Eletrobras, com taxa de juros de 7,2% a.a..

- e) O valor principal dos empréstimos e financiamentos a longo prazo, no montante de R\$ 646.514 (R\$ 543.169, em 2009), tem seus vencimentos assim programados:

	2010	2009
2011	-	39.631
2012	300.389	283.915
2013	50.976	33.949
2014	50.976	33.949
2015	50.888	33.886
2016	50.778	33.844
2017	50.222	33.844
Após 2017	92.285	50.151
Total	646.514	543.169

f) Os empréstimos e financiamentos estão sujeitos às seguintes taxas de juros:

Mercado Interno (% a.a.)	
Taxas Fixas	
2010	5,00 a 7,50
2009	5,00 a 10,00
Taxas Variáveis	
2010	11,25
2009	9,04

g) Mutação dos empréstimos e financiamentos:

	Moeda nacional		Moeda estrangeira	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
	367.974	3.153.768	110.029	153.997
Em 01 de janeiro de 2009				
Ingressos	-	112.467	-	-
Encargos financeiros	390.874	-	9.220	-
Variações monetária e cambial	68	683	(22.993)	(33.312)
Transferências para o Circulante	2.723.749	(2.723.749)	120.685	(120.685)
Transferência para AFAC (*)	(2.609.245)	-	(114.409)	-
Pagamentos de principal e encargos	(753.143)	-	(102.532)	-
Em 31 de dezembro de 2009	120.277	543.169	-	-
Ingressos	-	147.210	-	-
Encargos financeiros	61.729	-	-	-
Variações monetária e cambial	16	14	-	-
Transferências para o Circulante	43.879	(43.879)	-	-
Pagamentos de principal e encargos	(179.189)	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2010	46.712	646.514	-	-

(*) Transferência para conversão de diversos empréstimos e financiamentos junto a nossa Controladora, a Eletrobras, em Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC, objeto de aumento de capital no exercício de 2010 (nota 27).

h) Composição consolidada dos saldos de empréstimos e financiamentos:

	31/12/2010			31/12/2009	01/01/2009
	Circulante	Não Circulante	Total	Total	Total
Chesf	46.712	646.514	693.226	663.446	3.785.768
STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	5.227	113.734	118.961	123.960	130.475
Integração Transmissora de Energia S.A.	4.029	35.735	39.764	41.725	43.558
ESBR Participações S.A.	-	826.716	826.716	361.130	-
Manaus Transmissora de Energia S.A.	114.231	-	114.231	87.570	79.052
Manaus Construtora S.A.	-	-	-	129	-
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	88.937	-	88.937	3	-
Norte Energia S.A.	19.692	-	19.692	-	-
Total	278.828	1.622.699	1.901.527	1.277.963	4.038.853

Destacam-se entre os empréstimos e financiamentos, componentes das demonstrações consolidadas, os obtidos pela empresa Energia Sustentável do Brasil S.A., subsidiária da controlada em conjunto ESBR Participações S.A., no valor total de R\$ 4.133.582, cuja participação da Companhia de 20% corresponde a R\$ 826.716. Tais empréstimos e financiamentos possuem o seguinte detalhamento:

Objeto	Moeda	Encargos	Vencimento	31/12/2010	31/12/2009
BNDES	R\$	TJLP+2,08%	Jan/2033	2.080.453	926.309
Banco do Brasil	R\$	TJLP+2,65%	Jan/2033	581.899	257.851
Caixa Econômica Federal	R\$	TJLP+2,65%	Jan/2033	581.899	257.851
Bradesco BBI	R\$	TJLP+2,65%	Jan/2033	418.968	185.655
Itaú BBA	R\$	TJLP+2,65%	Jan/2033	392.782	174.045
Banco do Nordeste do Brasil	R\$	TJLP+2,65%	Jan/2033	110.562	48.999
				4.166.563	1.850.710
Custos de captação				(32.981)	(45.059)
Não Circulante				4.133.582	1.805.651

22 – OUTROS PASSIVOS

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Circulante						
Taxa de fiscalização da Aneel	959	2.536	1.819	959	2.536	1.819
Entidade de previd. privada – contribuições normais	11.179	10.617	6.784	11.179	10.617	6.784
Outros credores – CEEE	-	974	974	-	974	974
Aquisição de imóveis – acampamento	1.493	1.506	4.605	1.493	1.506	4.605
Outros	11.414	9.592	36.399	20.986	15.531	39.372
	25.045	25.225	50.581	34.617	31.164	53.554
Não Circulante						
FGTS/Conta-Empresa	3.764	3.633	3.513	3.764	3.633	3.513
Eletropar	1.456	1.456	1.456	1.456	1.456	1.456
Outros	-	2.612	2.613	6.734	19.346	36.836
	5.220	7.701	7.582	11.954	24.435	41.805
	30.265	32.926	58.163	46.571	55.599	95.359

23 – BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A Companhia é patrocinadora da Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social - Fachesf, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por finalidade principal assegurar a prestação de benefícios complementares aos concedidos pela Previdência Oficial.

O regime atuarial da Fachesf é o de capitalização e o Plano originalmente constituído é do tipo Benefício Definido (Plano BD). Em 29/06/2001, foram implantados os Planos de Contribuição Definida (Plano CD) e de Benefício Saldado (Plano BS), tendo a migração de participantes do Plano BD para os novos Planos, encerrada em 19/11/2001, atingindo o percentual de 97,1%.

A Companhia adota os procedimentos recomendados pelo Pronunciamento Técnico CPC 33, aprovado pela Deliberação CVM nº 600/2009, procedendo à avaliação atuarial dos passivos decorrentes dos benefícios pós-emprego. Os critérios e hipóteses adotados nessa avaliação podem diferir daqueles adotados pela administração do programa, os quais seguem legislações específicas, impedindo, assim, as comparações simples de resultados.

Considerando o efeito acumulado no resultado consolidado, os Planos patrocinados pela Companhia junto à Fachesf acumularam ganhos em 31/12/2010 que montaram à quantia de R\$ 245.008. A situação dos Planos, que apresenta uma redução em relação aos ganhos acumulados consolidados de R\$ 446.830, em 31/12/2009, teve como principal fator a perda financeira decorrente da rentabilidade obtida pelos Planos neste exercício em relação à meta atuarial registrada no mesmo período.

Em conformidade com as práticas contábeis previstas na Deliberação CVM nº 600/2009, a Companhia optou por aplicar a isenção de benefícios a empregados do objeto da *IFRS 1* e mudar a política contábil de reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais os quais eram reconhecidos pelo método do “corredor” passando a ser reconhecidos no período em que ocorrerem em outros resultados abrangentes conforme orientações do CPC 33 e *IAS 19*.

A seguir, encontra-se o detalhamento dos compromissos referentes aos Planos de Aposentadoria, na forma da Deliberação CVM nº 600/2009, na data-base de 31/12/2010.

PLANO PREVIDENCIÁRIO

- **Características Básicas**

A Fachesf administra em favor dos empregados da Chesf três planos de aposentadoria: o Plano de Benefícios, o Plano de Aposentadoria de Contribuição Definida e o Plano Saldado de Benefícios.

O Plano de Benefícios, do tipo benefício definido, garante aos participantes um benefício de 100% da média dos últimos salários.

O Plano de Aposentadoria de Contribuição Definida é um plano onde o participante escolhe o seu nível de contribuição e a patrocinadora contribui com um percentual variável da contribuição escolhida pelo participante. A acumulação desses recursos é que irá determinar o valor do benefício do participante, no futuro. A Chesf se responsabiliza ainda pelos custos dos benefícios de risco e da administração do plano. Este é o único Plano aberto a novas inscrições.

Os participantes que optaram pela transferência do Plano de Benefícios para o Plano de Aposentadoria de Contribuição Definida tiveram a opção de manter no Plano Saldado de Benefícios o valor proporcional que haviam acumulado no plano de origem ou transferir o valor presente de tal benefício para o Plano de Aposentadoria de Contribuição Definida.

- **Política Contábil Adotada pela Entidade no Reconhecimento dos Ganhos e Perdas Atuariais.**

A obrigação com benefícios de aposentadoria reconhecida no balanço patrimonial representa o valor presente da obrigação com os benefícios definidos, ajustada por ganhos e perdas atuariais e pelo custo dos serviços passados, reduzido pelo valor justo dos ativos do plano, conforme previsto no Pronunciamento sobre a Contabilização de Benefícios a Empregados.

- Estatísticas sobre os Dados Cadastrais

CARACTERÍSTICAS ETÁRIAS	31/12/2010			31/12/2009		
	Plano BD	Plano BS	Plano CD	Plano BD	Plano BS	Plano CD
1. Participantes ativos						
1.1. Participantes – nº	58	2.262	5.705	62	2.326	5.639
1.2. Idade Média	57,8	55,6	48,9	57,0	54,7	48,3
1.3. Serviço Creditado (total)	32,6	30,5	21,9	31,4	29,5	21,7
1.4. Tempo para Aposentadoria	2,7	4,6	12,3	3,4	4,7	10,3
1.5. Salário Médio em R\$	9.304,07	9.100,72	7.403,99	7.050,24	7.189,82	5.964,31
2. Aposentados						
2.1. Participantes Aposentados – nº	5.017	297	350	5.173	298	365
2.2. Idade Média	67,9	61,3	61,0	67,0	60,1	59,7
2.3. Benefício Médio em R\$	2.715,32	2.521,07	668,06	2.654,52	2.267,73	1.970,25
3. Pensionistas						
3.1. Participantes Pensionistas – nº	1.529	91	146	1.331	55	80
3.2. Idade Média	72,9	50,4	48,8	66,2	50,0	48,4
3.3. Benefício Médio em R\$	958,00	680,99	575,00	1.052,52	854,97	741,63
População Total	6.604	2.650	6.201	6.566	2.679	6.084

- Hipóteses Atuariais e Financeiras

Tábuas de Mortalidade Geral	AT 83
Tábuas de Entrada em Invalidez	Light F
Tábuas de Mortalidade de Inválidos	AT 83
Tábuas / Taxa de Rotatividade	Nula
Taxa de Juros Atuarial	6,0%
Taxa de Inflação Projetada	4,5%
Taxa de Retorno de Curto Prazo	11,98%
Taxa de Crescimento Real de Salários	2,00% a.a.
Fator de Capacidade de Benefícios	1,00
Fator de Capacidade Salarial	1,00
Taxa real de evolução de benefícios	0%
% de casados na data de aposentadoria	95%
Diferença de idade entre homens e mulheres	4 anos

SEGURADO DE VIDA

A Companhia subsidia parte dos prêmios decorrentes de uma apólice de seguro de vida para os empregados ativos. Os ex-empregados aposentados, que optaram por permanecer vinculados a essa apólice, pagam integralmente o prêmio que é estabelecido de forma coletiva para toda a massa de ativos e de inativos. Todavia, dadas as características etárias das massas populacionais de ativos e de inativos, o cálculo atuarial do prêmio segregado atribuível à massa inativa identifica a existência de um subsídio pós-emprego indireto pago pela Companhia.

- Características da Massa Segurada

	31/12/2010	31/12/2009
Participantes ativos		
Número de participantes	3.717	3.852
Idade média	52,9	48,4
Participantes inativos		
Número de participantes	4.174	4.301
Idade média	67,96	66,60
População pós-emprego elegível	5.367	5.245
População efetiva	4.174	4.301
Índice de Adesão (%)	77,77%	82,00%
Prêmio puro calculado/1.000	0,0014248	0,0016670
Prêmio recolhido/1.000	0,0010780	0,0009585

Com base nas características apresentadas, a Companhia registra em seu passivo não circulante a avaliação atuarial para cobertura dos segurados inativos, considerando o total da apólice vigente, segregada entre as partes.

Em decorrência das novas práticas contábeis, a Companhia decidiu fazer os ajustes necessários para o reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais apurados, relativo ao benefício de seguro de vida, no período em que ocorrerem em outros resultados abrangentes conforme orientações do CPC 33 e IAS 19.

PLANOS DE BENEFÍCIOS EM 31/12/2010

	Exercício de 2010				
	Plano BD	Plano BS	Plano CD	Seguro	Consolidado
ALTERAÇÕES NAS OBRIGAÇÕES					
Obrigações com Benefícios Projetados no Início do Exercício (a)	2.073.473	642.135	622.207	81.922	3.419.737
Custo do Serviço (b)	1.490	14.839	15.226	128	31.683
Custo dos Juros (c)	197.886	66.118	67.606	7.935	339.545
Benefícios pagos/adiantados (d)	(202.591)	(12.135)	(9.124)	-	(223.850)
Aquisição de quotas – Plano CD (e)	-	-	329.786	-	329.786
(Ganhos) ou Perdas atuariais (f)	123.948	46.244	-	(3.615)	166.577
Obrigações com Benefícios Projetados no Fim do Exercício (g) = (a) + (b) + (c) + (d) + (e) + (f)	2.194.206	757.201	1.025.701	86.370	4.063.478
ALTERAÇÕES NOS ATIVOS FINANCEIROS					
Valor Justo dos ativos no início do exercício (h)	2.323.390	642.135	622.207	-	3.587.732
Retorno esperado dos investimentos (i)	286.465	59.517	79.372	-	425.354
Contribuições patronais (j)	4.855	1.901	48.195	-	54.951
Contribuições de participantes (k)	6.557	282	46.896	-	53.735
Benefícios pagos/adiantados (l)	(202.591)	(12.135)	(9.124)	-	(223.850)
Ganhos (ou Perdas) Atuariais (m)	(286.728)	265.315	-	-	(21.413)
Compensação de quotas (n)	-	-	311.033	-	311.033
Valor justo dos ativos no fim do exercício (o) = (h) + (i) + (j) + (k) + (l) + (m) + (n)	2.131.948	957.015	1.098.579	-	4.187.542
ESTADO DE COBERTURA NO FINAL DO EXERCÍCIO (q) = (o) - (g) + (p)	(62.258)	199.814	72.878	(86.370)	124.065
Quotas a Compensar – Plano CD (p)	-	-	(72.878)	-	(72.878)
Restrição ao Reconhecimento de Ativos - Regra 58 - IAS 19	-	(199.814)	-	-	(199.814)
OBRIGAÇÕES NO FINAL DO EXERCÍCIO	(62.258)	-	-	(86.370)	(148.627)
OBRIGAÇÕES NO FINAL DO EXERCÍCIO E CONTRATOS	(261.606)	-	(14.714)	(86.370)	(362.690)

PLANOS DE BENEFÍCIOS EM 31/12/2009

	Exercício de 2009				
	Plano BD	Plano BS	Plano CD	Seguro	Consolidado
ALTERAÇÕES NAS OBRIGAÇÕES					
Obrigações com Benefícios Projetados no Início do Exercício (a)	2.189.039	665.021	585.908	117.363	3.557.331
Custo do Serviço (b)	1.489	30.081	37.213	7.633	76.416
Custo dos Juros (c)	228.622	61.576	69.274	4.206	363.678
Benefícios pagos/adiantados (d)	(194.056)	(8.974)	(9.664)	(2.941)	(215.635)
(Ganhos) ou Perdas atuariais (e)	(151.621)	(105.569)	(60.524)	(44.339)	(362.053)
Obrigações com Benefícios Projetados no Fim do Exercício (f) = (a) + (b) + (c) + (d) + (e) + (f)	2.073.473	642.135	622.207	81.922	3.419.737
ALTERAÇÕES NOS ATIVOS FINANCEIROS					
Valor Justo dos ativos no início do exercício (g)	1.540.947	659.779	620.197	-	2.820.923
Retorno esperado dos investimentos (h)	120.147	69.792	72.925	-	262.864
Contribuições patronais (i)	279.087	-	43.554	-	322.641
Contribuições de participantes (j)	5.683	-	38.973	-	44.656
Benefícios pagos/adiantados (k)	(194.056)	(8.974)	(9.664)	-	(212.694)
Ganhos (ou Perdas) Atuariais (l)	571.582	(78.462)	(143.778)	-	349.342
Valor justo dos ativos no fim do exercício (n) = (g) + (h) + (i) + (j) + (k) + (l)	2.323.390	642.135	622.207	-	3.587.732
ESTADO DE COBERTURA NO FINAL DO EXERCÍCIO (o)= (n) – (f)	249.917	-	-	(81.922)	167.995
Restrição ao Reconhecimento de Ativos - Regra 58 - IAS 19	(249.917)	-	-	-	(249.917)
OBRIGAÇÕES NO FINAL DO EXERCÍCIO	-	-	-	(81.922)	(81.922)
OBRIGAÇÕES NO FINAL DO EXERCÍCIO E CONTRATOS	(353.270)	-	(18.530)	(81.922)	(453.722)

CUSTO PROJETADO DOS BENEFÍCIOS

	Exercício de 2011				
	Plano BD	Plano BS	Plano CD	Seguro	Consolidado
COMPONENTES DO CUSTO PERIÓDICO					
Custo do Serviço	1.560	17.392	28.027	1.007	47.986
Custo dos juros	210.893	78.659	114.285	5.132	408.969
Contribuição de participantes	(12.036)	(322)	(15.083)	-	(27.441)
Retorno esperado dos ativos financeiros	(220.359)	(101.420)	(118.509)	-	(440.288)
CUSTO DOS BENEFÍCIOS NO PERÍODO	(19.942)	(5.691)	8.720	6.139	(10.774)

FLUXO PROJETADO DE PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS

	Plano BD	Plano BS	Plano CD	Seguro	Consolidado
FLUXO DE CAIXA PROJETADO					
Contribuições patronais Normais – 2011	4.549	-	14.383	-	18.932
Pagamentos de Benefícios					
2011	192.898	31.778	25.813	29.644	280.133
2012	193.346	36.717	33.696	29.739	293.498
2013	193.770	42.155	43.678	29.844	309.447
2014	193.755	46.209	52.816	29.959	322.739
2015	193.436	48.929	59.645	30.086	332.096
2016-2020	947.101	271.588	419.174	152.852	1.790.715

PASSIVO ATUARIAL DOS PLANOS PREVIDENCIÁRIOS CONTRATADOS

A Companhia possuía em 31/12/2010 um passivo atuarial dos planos previdenciários, registrado nos termos da Deliberação CVM nº 600/2009, que corresponde a contratos assinados com a Fachesf, no valor de R\$ 276.320 (R\$ 371.800, em 2009).

TIPO	31/12/2010	31/12/2009
Contrato nº CF 00.1.246-043	-	99.493
Contrato nº CF 01.1.266-01-A/6	261.606	253.777
Contrato nº CF 03.1.337-013	14.714	18.530
TOTAL	276.320	371.800

O contrato assinado entre as partes prevê cláusula de ajuste anual relacionada ao valor da dívida em consonância com os valores determinados por meio de cálculos atuariais, mediante aditamentos contratuais.

A avaliação atuarial é intrinsecamente incerta e, portanto, está sujeita a alterações quando da revisão atuarial realizada anualmente.

OUTROS BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

Além dos benefícios concedidos por intermédio dos planos de previdência complementar, a Companhia oferece outras vantagens a seus empregados, tais como: plano de saúde, seguro de vida, auxílio refeição, auxílio transporte e auxílio educação, que são periodicamente negociadas por ocasião dos acordos coletivos de trabalho. No exercício, a Companhia despendeu com essas rubricas o montante de R\$ 118.054 (R\$ 89.021, em 2009).

24 – PLANO DE DESLIGAMENTO VOLUNTÁRIO PROGRAMADO – PDVP

A Companhia aprovou em 2009, um programa de desligamento de empregados que se encontravam aptos à aposentadoria que voluntariamente desejaram aderir, denominado “Plano de Desligamento Voluntário Programado – PDVP”, com prazo de desligamento até 28/02/2011, tendo sido registradas 1.806 adesões, com 78 desligamentos neste exercício (84 no acumulado) e 1.300 desistências.

As despesas com o PDVP incluem incentivos financeiros, multa sobre o FGTS, aviso prévio, a manutenção do Plano de Assistência Patronal – PAP pelo período de 12 (doze) meses a partir da data do desligamento, entre outros.

Neste exercício, em função das desistências ocorridas, a Companhia efetuou reversão de parte da provisão constituída, mantendo registrado em seu passivo para suportar tais gastos o valor de R\$ 53.355 (R\$ 274.118, em 2009).

25 – RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E AMBIENTAIS

	Provisão em 01/01/2009	Adições (reversões)	Baixas	Provisão em 31/12/2009	Adições (reversões)	Baixas	Provisão em 31/12/2010
Trabalhistas	69.639	23.474	(9.116)	83.997	64.347	(45.533)	102.811
Cíveis	453.394	57.239	(5.542)	505.091	143.948	(14.316)	634.723
Fiscais	8.770	1.643	(135)	10.278	353	-	10.631
Total	531.803	82.356	(14.793)	599.366	208.648	(59.849)	748.165

A Chesf, em atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil, adota o procedimento de classificar as causas impetradas contra a Companhia em função do risco de perda, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, da seguinte forma:

- São constituídas provisões para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado **provável**;
- São divulgadas em notas explicativas as informações correspondentes às causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado **possível**;
- Para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado **remoto**, somente são divulgadas em notas explicativas as informações que, a critério da administração, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das demonstrações contábeis.

As contingências da área Trabalhista são compostas na sua maioria de ações relativas a periculosidade; horas extras; contribuições à Fachesf, em regime de solidariedade; e de verbas rescisórias decorrentes de inadimplências de empresas terceirizadas.

As Cíveis de maior peso são reclamações de caráter indenizatório, desapropriações e de recomposição financeira de contratos.

Na área Tributária há questões envolvendo, basicamente, ações anulatórias de autos de infração; pleitos de resarcimento de créditos (PIS/Pasep-Cofins) e outros tributos singulares.

Todas essas contingências estão tendo as devidas defesas pela Companhia, tendo sido constituídos os pertinentes depósitos judiciais, quando requeridos.

1) Destacam-se as seguintes ações com **risco de perda provável**:

1.1) Controladora

1.1.1) A Chesf é autora de um processo judicial no qual pede a declaração de nulidade parcial de aditivo (Fator K de correção analítica de preços) ao contrato de empreitada das obras civis da Usina Hidrelétrica Xingó, firmado com o Consórcio formado pela Companhia Brasileira de Projetos e Obras – CBPO, CONSTRAN S.A. – Construções e Comércio e Mendes Júnior Engenharia S.A., e a devolução de importâncias pagas, a título de Fator K, no valor de aproximadamente R\$ 350 milhões, em dobro.

A ação foi ajuizada perante a Justiça Federal, mas a decisão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região determinou a sua tramitação perante a Justiça Estadual de Pernambuco. A ação ajuizada pela Companhia foi julgada improcedente. A reconvenção apresentada pelas réis foi julgada procedente pelo Juízo da 12ª Vara Cível da Comarca do Recife, e a decisão foi mantida pela 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco.

A Chesf e a União Federal, sua assistente neste processo, apresentaram recursos especiais e extraordinários, discutindo a decisão no feito principal e decisões prolatadas, que podem resultar na anulação do processo. O Superior Tribunal de Justiça, em agosto de 2010, deu provimento a um desses recursos especiais apresentado pela Chesf, reduzindo o valor da causa, o que implica substancial redução nos honorários a serem eventualmente pagos na ação principal. O mesmo STJ negou provimento aos demais recursos especiais apresentados pela Chesf e União Federal, mantendo, portanto, a decisão do Tribunal de Justiça de Pernambuco, que julgou improcedente a ação declaratória movida pela Chesf e julgou procedente a reconvenção apresentada pelas réis. Nesse julgamento, o STJ reduziu substancialmente a condenação em honorários. As partes ainda não foram intimadas dessas decisões, contra as quais ainda há possibilidade de apresentação de recursos.

Em novembro/1998, as réis apresentaram pedido de execução provisória da decisão, no valor de R\$ 245 milhões, estando o processo suspenso por determinação do Ministro Presidente do STJ (PET 1621). Essa liminar foi objeto de Agravo Regimental por parte do Consórcio, o qual foi julgado em 24/06/2002, mantendo-se por unanimidade a liminar antes concedida pelo

Presidente do STJ, ficando, desta forma, afastada a possibilidade de execução das quantias resultantes do processo, antes do trânsito em julgado da decisão final.

Posteriormente as rés apresentaram perante o Juízo da 12ª Vara Cível do Recife processo de liquidação da decisão, com a finalidade de apurar o valor atual da condenação, na hipótese de serem negados todos os recursos da Chesf e da União Federal.

Nos autos dessa ação de liquidação o Juiz da 12ª Vara Cível reconheceu que a competência para apreciar a demanda é da Justiça Federal, considerando a presença da União como parte interessada no feito. Inconformado com essa decisão, o Consórcio Xingó interpôs agravo de instrumento, tendo o Tribunal de Justiça de Pernambuco alterado essa decisão e determinado que a competência para julgamento do processo de liquidação é da Justiça Comum Estadual. Contra essa decisão do TJPE, foram interpostos recursos especial e extraordinário, pela Chesf e pela União Federal, que aguardam julgamento.

Posteriormente, o Juiz Substituto na 12ª Vara Cível da Comarca do Recife proferiu sentença julgando o processo de liquidação e fixando o valor da condenação em R\$ 842.469, havendo a Chesf interpuesto, contra essa decisão, os cabíveis embargos de declaração, considerando que a sentença deixou de se manifestar sobre diversas impugnações apresentadas pela Chesf em torno do laudo pericial oferecido pelo perito do juízo.

Julgando esses embargos de declaração, o Juiz da 12ª Vara Cível extinguiu o processo de liquidação, por considerar que a matéria ainda se encontrava *sub judice* no STJ; contra essa decisão o Consórcio Xingó interpôs agravo de instrumento para o Tribunal de Justiça de Pernambuco onde aguarda julgamento.

A Administração, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos e baseada em cálculos que levaram em conta a suspensão do pagamento das parcelas relativas ao Fator K e suas respectivas atualizações monetárias, mantém registro de provisão, no Passivo Não Circulante, cujo montante atualizado em 31/12/2010 é de R\$ 427.193, para fazer face a eventuais perdas decorrentes deste assunto. Esta provisão corresponde à glosa parcial do Fator K entre julho de 1990 e dezembro de 1993, em obediência à Lei nº 8.030/1990, e suspensão integral do pagamento do Fator K, no período de janeiro de 1994 a janeiro de 1996, por entendimento da Companhia.

Inexiste previsão de tempo para o desfecho desta lide.

- 1.1.2)** Ação em trâmite no Tribunal Regional do Trabalho do Estado da Bahia, proposta pelo Sindicato dos Eletricitários da Bahia, requerendo o pagamento aos empregados da Gerência Regional de Paulo Afonso – GRP, Paulo Afonso (BA), de diferença de salário consequente da incidência do Adicional do Decreto-Lei nº 1971 – ADL e de Anuênio sobre o Adicional de Periculosidade, no valor estimado de R\$ 7.500. A Companhia interpôs Agravo de Instrumento em Recurso de Revista ao Tribunal Superior do Trabalho – TST, que foi improvido. O processo transitou em julgado, sendo a Chesf condenada. Foi iniciada a fase de execução, tendo sido pagos R\$ 3.700 a uma significante parte dos empregados, restando uma expectativa de pagamento de R\$ 3.800. Em 31/03/2009 foi iniciada a execução, cujo crédito foi parcialmente embargado. Em 30/09/2009, o processo estava com o calculista da Vara para posterior julgamento dos embargos à execução visando ao ajuste do débito. Em 31/12/2009 os Embargos à Execução foram julgados improcedentes, tendo a Chesf interposto Agravo de Petição ao TRT da 5ª Região. Em outubro de 2010, o Tribunal negou provimento ao Agravo de Petição da Chesf, com entrega do alvará ao reclamante em dezembro de 2010. A companhia possui em seu passivo não circulante provisão para suportar pagamentos vinculados a esta Ação no valor de R\$ 13.347.
- 1.1.3)** Ação proposta na 8ª Vara Trabalhista de Fortaleza (CE), pelo Sindicato dos Eletricitários do Estado do Ceará – Sindeleetro, pretende o resarcimento de perdas sofridas pelos empregados da Gerência Regional Norte – GRN (Ceará e Rio Grande do Norte), decorrente da retirada do transporte coletivo, com valor estimado de R\$ 6.000. O requerimento de restabelecimento do

serviço de transporte foi deferido em execução parcial, que a Companhia vem atendendo. O Sindicato Autor requereu a complementação do transporte e a condenação da Companhia em multa diária, tendo a Chesf contestado a alegação. A Juíza do Trabalho, após audiência realizada em 23/08/2005 para a ouvida dos substituídos e apresentação de razões finais pela Chesf, em audiência, modificou o entendimento anterior, determinando o restabelecimento dos serviços de transporte apenas nos limites em que eram prestados anteriormente. Ainda na mesma decisão foram definidos os parâmetros para a liquidação da sentença, de forma que o crédito trabalhista fosse reduzido para R\$ 1.300. A execução está sendo processada no Juízo Trabalhista de Primeira Instância na cidade de Fortaleza, tendo a sentença transitado em julgado. Após a realização do depósito do valor principal, em 31/12/2009 estavam sendo liberados para os Reclamantes os valores e recolhimento dos encargos legais. Em 31/12/2010 ainda aguardava-se liberação integral dos alvarás. A Companhia possui em seu passivo não circulante, provisão para suportar pagamentos vinculados a esta Ação no valor de R\$ 540.

- 1.1.4)** Ação proposta na 4ª Vara Trabalhista do Recife (PE), pelo Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Urbanas do Estado de Pernambuco – Urbanitários em substituição a 460 funcionários lotados no Recife, requerendo a incidência do adicional de periculosidade sobre todas as verbas de natureza salarial, no valor de R\$ 4.000. A Juíza de Primeira Instância excluiu da lide, por litispendência ou por coisa julgada, aproximadamente 300 dos substituídos, bem como julgou a ação improcedente no mérito. O sindicato apresentou Recurso Ordinário, no TRT da 6ª Região, que foi provido. O processo encontra-se em fase de liquidação por meio de perícia. Em 30/06/2008, havia sido concluída a perícia e o judiciário apurado o valor de R\$ 3.300. Pelos cálculos dos consultores jurídicos da Companhia este débito é de R\$ 2.900, cuja diferença foi objeto de impugnação em embargos de execução opostos pela Chesf, visando ao ajuste do débito, que foram acolhidos em parte. Os Embargos Declaratórios movidos pelo Autor foram rejeitados. Em 31/12/2010 o Agravo de Petição oposto pelos Reclamantes, aguardavam julgamento pelo tribunal. A Companhia possui em seu passivo não circulante provisão para suportar pagamentos vinculados a esta Ação no valor de R\$ 4.582.
- 1.1.5)** Ação de Indenização de 14.400 ha. de terra na Fazenda Aldeia, proposta na Comarca de Sento Sé (BA), pelo Espólio de Aderson Moura de Souza e esposa (Proc. 0085/1993). A Sentença de primeiro grau julgou procedente o pedido condenando a Chesf no valor de R\$ 50.000, correspondente a principal mais juros e correção monetária. Em 31/12/2008, a Chesf havia interposto recurso para o Tribunal de Justiça da Bahia. Em 31/03/2009 o processo foi transferido para a Justiça Federal por incompetência absoluta do Juiz; significa dizer que todos os atos decisórios ficaram anulados, devendo ser iniciado novo processo, desta feita na Justiça Federal. Em 30/09/2009 a Chesf não tinha sido notificada sob a redistribuição dos autos. Foi apreciado parcialmente recurso de apelação em sessão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, a qual foi suspensa por motivo de pedido de vista. A Companhia possui em seu passivo não circulante provisão para suportar eventual perda nesta Ação no valor de R\$ 50.000.
- 1.1.6)** Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público de Pernambuco – MPPE em Petrolândia (Proc. 81643-3), resultante de direito de reassentamento de trabalhadores rurais afetados pela construção da UHE Itaparica. O Autor afirma ser nulo por carência de legitimidade o acordo firmado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, em 06/12/1986, e requer a diferença das verbas de manutenções temporárias pagas no período, dando à causa o valor atualizado de aproximadamente R\$ 87.000. Recurso de Apelação da Chesf, alegando a ilegitimidade do MPPE para o feito teve provimento pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco - TJPE, contudo, o STJ, em grau de recurso especial proposto pelo Autor reconheceu a legitimidade do MPPE e determinou a remessa dos autos ao TJPE. Em 19/04/2010, julgando o mérito da Apelação da Chesf, o TJPE, à unanimidade, negou-lhe provimento. A Chesf interpôs conjuntamente Recurso Especial e Recurso Ordinário e correspondentes agravos, pendentes de julgamento. A Companhia possui em seu passivo não circulante, provisão para suportar eventual perda nesta Ação no valor de R\$ 87.000.

1.1.7) Ação Ordinária de Cobrança proposta pela empresa Mineração Caraíbas S.A. (Processo 001.2004.003420-9), visando à satisfação de supostos créditos decorrentes da remuneração pertinente ao serviço de rebaixamento de energia de 230 para 13,8 kV, no período compreendido entre 19/02/1984 a 31/05/1999. Em 2005 a ação foi julgada parcialmente procedente, tendo sido somente a Chesf condenada, eis que a Coelba e a Aneel foram excluídas da lide, ensejando alteração no sistema da probabilidade de êxito e do valor estimado da ação para R\$ 3.000. Interpostos Recurso de Apelação e Recurso Especial, estes não foram acolhidos. Em junho de 2010, a parte Autora postulou a execução do julgado, todavia a Chesf interpôs exceção de pré-executividade, por entender que o título não é líquido, não cabendo portanto a execução de R\$ 8.527 pleiteada pela Autora. Atendido o pleito da Chesf, foi determinada perícia pelo juízo. A Companhia possui em seu passivo não circulante, registro de provisão para suportar eventual perda nesta Ação no valor de R\$ 3.000.

1.2) Controlada em conjunto

1.2.1) STN Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

A provisão para contingências refere-se exclusivamente às ações cíveis que tratam da definição do valor das indenizações das servidões para passagem da linha de transmissão da empresa.

A administração daquela empresa, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos, quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas e registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

2) A Chesf possui ações não provisionadas, com **risco de perda possível**, conforme distribuição a seguir:

2.1) Controladora

Contingências	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Trabalhistas	108.552	106.148	87.965
Cíveis e fiscais	532.953	506.735	250.292
Total	641.505	612.883	338.257

Dentre essas destacam-se as seguintes:

2.1.1) Ação de indenização ajuizada pelo Consórcio formado pelas empresas CBPO/CONSTRAN/Mendes Júnior, na qual pede a condenação da Companhia e o pagamento de compensação financeira adicional, em virtude de atraso no pagamento das faturas do contrato referente à Usina Hidrelétrica Xingó, ajuizada em 08/06/1999, para as faturas emitidas após 30/04/1990. Na aludida ação, as autoras formularam pedidos genéricos, limitando-se a apontar a existência de um suposto direito a compensação financeira, remetendo a apuração dos valores para a liquidação da sentença.

A Companhia contestou a ação e pediu que a União Federal fosse admitida nos feitos, com a remessa do processo a uma das Varas da Justiça Federal em Pernambuco. O Consórcio apresentou petição falando sobre o pedido de admissão da União nos feitos.

Após a apresentação da perícia e os esclarecimentos adicionais, foi realizada audiência em agosto de 2005, determinando-se a apresentação de razões finais até o dia 17/10/2005.

Posteriormente, a ação foi julgada procedente, sendo a Chesf condenada a pagar aos autores a importância de R\$ 23.766, a preços de setembro de 2004 (R\$ 51.568, segundo cálculos da Chesf, em 31/03/2010). Contra essa decisão, a Chesf interpôs recurso de apelação, a ser julgado pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco.

No TJPE, o Relator do recurso proferiu decisão declarando a nulidade da sentença, por ter sido proferida por Juiz incompetente, em vista da intervenção da União Federal no feito, e determinou o envio dos autos à Justiça Federal.

Na Justiça Federal, o processo foi distribuído à 5ª Vara Federal, tendo o Juiz proferido decisão indeferindo o pedido da União para intervir no feito, e consequentemente determinou a remessa dos autos à Justiça Comum Estadual. O processo está em fase de apresentação de recurso pela União Federal.

- 2.1.2)** Ação cível pública proposta contra a Companhia pela Associação Comunitária do Povoado do Cabeço e Adjacências, no Estado de Sergipe, no valor de R\$ 100 milhões, perante a 2ª Vara Federal em Sergipe (processo nº 20028500002809-6), tem por objeto obter compensação financeira em decorrência de alegados danos ambientais causados aos pescadores do Cabeço, a jusante da UHE Xingó e provocados pela construção desta Usina.

A ação foi proposta na Justiça Federal, em 27/06/2002, e contestada no prazo legal. Após uma sequencia de incidentes processuais, que não afetaram a causa nem o pedido, o juiz da causa determinou, em 31/08/2005, a inclusão do Ibama, IMA-AL, CRA-BA, União Federal e Adema-SE no pólo passivo da ação, ordenando a citação dessas entidades.

Em 30/09/2005 aguardava-se o cumprimento dos mandados de citação. Em 30/09/2006, os autos se encontravam conclusos para o Juiz, após a juntada da procuraçao dos novos patronos da Chesf. Em 31/12/2006, o processo se encontrava suspenso por despacho do Juiz, aguardando julgamento de agravo de instrumento interposto pelo autor perante o Tribunal Regional Federal da 5ª Região. Ainda não julgado. Os litisconsortes da Chesf (União Federal, Ibama, IMA-AL, CRA-BA e Adema-SE) já haviam sido citados. Em 12/09/2007, o juiz proferiu despacho no seguinte teor: “Aguardar a informação do trânsito em julgado da decisão do agravo, devendo a Chesf comunicar”. Considerando que o agravo de instrumento interposto pela Chesf foi denegado, esta Companhia interpôs embargos declaratórios contra essa decisão, os quais se encontravam pendentes de julgamento em 31/03/2008.

Por outro lado, na comarca de Brejo Grande/SE, havia também uma ação civil pública proposta contra a Chesf pela Associação Comunitária do Povoado do Cabeço e Saramém, à qual foi atribuído o valor de R\$ 100 milhões com os mesmos propósitos da demanda anteriormente comentada, encontrando-se esse feito abandonado pela parte autora desde fevereiro de 2005. O último movimento processual ocorreu em novembro/2007, quando o juiz determinou a intimação do Ministério Público a se pronunciar sobre a ação. Em 31/03/2008, o processo permanecia parado e ainda sem manifestação do Ministério Público. Em 30/06/2008, o juiz da Comarca de Brejo Grande havia proferido decisão reconhecendo a incompetência da justiça estadual para apreciar o feito, determinando a remessa dos autos para a Justiça Federal. Em 30/09/2008, os autos se encontravam com vistas para o Ibama. Em 31/12/2008, aguardava-se a devolução dos autos pelo Ibama. Em 19/02/2009 essa ação, que havia sido remetida, por competência, para a Justiça Federal, foi considerada processualmente conexa com outra ação de caráter semelhante que ali já era apreciada – transcrita no início -, passando ambas a tramitar conjuntamente a partir daquela data.

Em 13/06/2008 foi publicado despacho do juiz determinando a citação da União e do IBAMA, bem como a intimação da parte autora para se manifestar sobre os termos da contestação. Em 30/09/2008, os autos se encontravam com vistas para o IBAMA. Em 31/12/2008, aguardava-se a realização de audiência de conciliação, prevista para 19/02/2009. Não tendo ocorrido conciliação na audiência de 19/02/2009, o juiz determinou novas providências para o andamento do processo. Nessa audiência, o juiz tomou conhecimento da existência de ação judicial com objetivo semelhante, que corria perante a Vara Cível da Comarca de Brejo Grande/SE e que havia sido remetida, por competência, para a Justiça Federal, sendo distribuída para sua jurisdição. Em vista disso, o juiz decidiu reconhecer a conexão processual entre as duas demandas, passando ambas, a partir daquela data, a tramitar conjuntamente. Foi, então, fixada a data de 14/05/2009 para realização de nova audiência com a finalidade de se decidir sobre a natureza da prova processual a

ser colhida, inclusive realização de perícia. Nesta audiência, o juiz estabeleceu o prazo de 03 (três) meses para as partes apresentarem quesitos para perícia. Foi fixada a data de 15/09/2009 para a realização de audiência para delimitação do objeto da perícia, devendo a Chesf apresentar, com essa finalidade, minuta de Termo de Referência. Em 30/09/2009 o juiz que preside o feito havia adiado a audiência prevista para o dia 15/09/2009 para o dia 22/10/2009. Nessa audiência, o juiz fixou uma nova para o dia 02/03/2010, com a finalidade de nomeação do perito do juízo e determinação do prazo para a realização da perícia. Nessa audiência foi realizado o saneamento do processo e designado o dia 08/06/2010 para audiência de instrução. Nessa audiência foram discutidas particularidades em torno da perícia a ser realizada, havendo o Sr. Juiz decidido pela realização de nova audiência para nomeação do perito oficial e para indicação dos assistentes técnicos das partes e instalação da perícia. Não houve fixação de data para essa nova audiência. Em julho de 2010 foi publicada decisão invertendo o ônus da prova e o ônus financeiro para sua realização, determinando que o custo da perícia seja suportada pela Chesf. Foi interposto agravo de instrumento contra a decisão que inverteu o ônus da prova e o ônus financeiro. Em agosto de 2010 houve a publicação do despacho do Desembargador Relator Francisco Barros Dias, convertendo o agravo de instrumento em agravo retido, e determinando a remessa dos autos ao juízo de origem, onde em 03/08/2010 foi publicado despacho do juiz da 2ª Vara da JF/SE mantendo a decisão agravada pelos seus próprios fundamentos e determinando que se aguarde por 90 (noventa) dias eventual atribuição de efeito suspensivo pelo Egrégio TRF 5ª. Em 09/08/2010, a Companhia opôs Embargos Declaratórios contra a decisão que converteu o Agravo de Instrumento em Agravo Retido. Em setembro de 2010, foi publicado despacho negando provimento aos Embargos Declaratórios opostos pela Chesf. Foi Interposto Agravo Legal contra a decisão que converteu o Agravo de Instrumento retido. Em 18/10/2010 foi publicada decisão do Des. Federal Relator recebendo o Agravo Legal interposto como pedido de reconsideração e indeferindo-o. Em 31 de dezembro de 2010 o citado recurso se encontrava pendente de julgamento no TRF.

Suportada em avaliação dos advogados que patrocinam as causas pela Companhia, a expectativa da Administração sobre a possibilidade de perda dessas ações é possível, quanto ao insucesso da defesa, e remota quanto aos valores dos pedidos.

- 2.1.3)** Ação ordinária proposta pela AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia (proc. 2002.34.00.026509-0 – 15ª Vara Federal-DF) visando à contabilização e liquidação pela Aneel das transações do mercado, relativa à exposição positiva (lucro) verificada em razão da não opção pelo alívio (seguro) feita em dezembro de 2000. Decisão interlocutória proferida no bojo do Agravo de Instrumento da AES SUL (Processo nº 2002.01.00.040870-5) interposto contra a Aneel, resultou num débito de aproximadamente R\$ 110 milhões, com pagamento estipulado para o dia 07/11/2008.

Para suspender a exigibilidade do débito, foram adotadas naquela oportunidade (dias 03 a 07/11/2008), as seguintes providências jurídicas: 1) ajuizamento de Pedido de Suspensão de Liminar no STJ; 2) impetração de Mandado de Segurança perante o Tribunal de Justiça do Distrito Federal - TJDF; 3) protocolização de petição postulando o ingresso da Chesf no processo, na condição de *litisconsorte* passiva necessária. Foram acolhidos os procedimentos 2 e 3, com a consequente reforma da liminar e suspensão do débito em questão. A Chesf ingressou na lide como *litisconsorte* passiva necessária e contestou a ação. Aguarda-se especificação de provas.

2.2) Controlada em conjunto

2.2.1) ESBR Participações S.A.

O artigo 6º do Decreto nº 8.321/1998 do Estado de Rondônia prevê que as operações relacionadas em seu Anexo I ficam isentas de ICMS. Tal anexo, em seu artigo 74, cita que estão isentas a importação e a entrada interestadual de bem novo, sem similar no mercado interno do Estado de Rondônia, destinado ao ativo imobilizado de estabelecimento industrial.

Aplicando a regra do artigo 74 do Anexo I, a empresa vem pleiteando a isenção do diferencial de alíquota de ICMS na compra de equipamentos de outros Estados. O pedido de isenção é feito por meio do envio de pedidos de isenção que devem ser protocolizados na Secretaria de Estado de Finanças de Rondônia (Sefin-RO), para aprovação.

Desde o início de suas operações, a empresa protocolizou 290 processos junto à Sefin-RO, envolvendo um valor total de isenções de R\$ 21.219. Até o final do primeiro semestre de 2010, 03 (três) isenções, no montante de R\$ 101, haviam sido concedidas por aquela Secretaria. Durante o terceiro trimestre de 2010, 150 isenções, no valor total de R\$ 1.187, foram negadas, sob a alegação de que a empresa não se enquadra no conceito de estabelecimento industrial, segundo os preceitos da Lei nº 2.331/2010.

À medida que as solicitações formuladas vêm sendo negadas pela Sefin-RO, a empresa vem apresentando recursos administrativos que permanecem sem julgamento até o momento. Em caso de manutenção do indeferimento, em segunda instância, dos processos administrativos/tributários, será ajuizada ação visando a garantir o benefício, caso em que garantias poderão ser exigidas como parte deste eventual processo judicial.

Consubstanciada na opinião de seus advogados internos e externos, a empresa entende que a mencionada regra de isenção do artigo 74 do Anexo I ao Decreto nº 8.321/1998 é aplicável para suas operações e que o *risco de perda* da causa é possível. Sendo assim, efetuou provisão para pagamento dos honorários de êxito de advogados externos, no montante de R\$ 247.

3) Com *risco de perda remoto* destaca-se a seguinte ação:

3.1) Controladora

Apesar de ser considerada pelos administradores, suportados pelos consultores jurídicos da Companhia, como de risco de perda remoto, existe uma ação de cobrança em andamento movida pela Construtora Mendes Júnior S.A., contratada para a construção da Usina Hidrelétrica Itaparica, por alegados prejuízos financeiros resultantes de atraso no pagamento de faturas por parte da Companhia.

A referida Ação de Cobrança está baseada na Ação Declaratória julgada procedente para o fim de declarar a existência de uma relação de crédito da Mendes Júnior junto à Chesf, assegurando resarcimento financeiro.

Nesta ação de cobrança a Construtora Mendes Júnior S.A. obteve sentença do Juízo da 4ª Vara Cível, posteriormente anulada, que condenava a Chesf ao pagamento da quantia que, incluindo honorários advocatícios e correção monetária até o mês de agosto de 1996, calculado segundo critério determinado pelo juízo – seria de aproximadamente R\$ 7 bilhões, valor não atualizado desde aquela data.

Após decisão do Superior Tribunal de Justiça, de não conhecer recurso especial interposto pela Construtora Mendes Júnior, e confirmar decisão da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, que anulou a sentença, determinando ainda a redistribuição do processo a uma das Varas Federais de Pernambuco, o processo foi encaminhado à 12ª Vara Federal, tomando o número 2000.83.00.014864-7, para ser feita nova perícia e ser proferida nova sentença.

A Perícia foi apresentada. Devendo ser destacado que o Perito, respondendo a quesito da Chesf, declarou “não ser possível, a partir da análise dos registros contábeis da Mendes Júnior, afirmar ter ela captado, nos períodos em que ocorreram atrasos no pagamento das faturas, recursos no mercado financeiro, especificamente para o financiamento da obra de Itaparica”. Essa resposta foi confirmada pela análise feita pelo Assistente Técnico da Chesf, que incluiu criterioso exame das demonstrações contábeis da Mendes Júnior. Com base nesses resultados, a Chesf pediu a improcedência total da ação.

O Ministério Público Federal apresentou manifestação com pedido de declaração de nulidade de todo o processo e, no mérito, pediu a improcedência da ação.

A ação foi julgada procedente em parte, conforme sentença publicada em 08/03/2008. Contra a sentença, a Chesf apresentou embargos de declaração, acatados pela MM. Juíza por meio de decisão que esclareceu alguns pontos da sentença relativos à apuração de eventual dívida da Chesf com a Mendes Júnior.

Contra essa sentença a Chesf apresentou recurso de apelação, em que pediu a improcedência total da ação; considerando que, nesta ação de cobrança, cabia à Mendes Júnior, para fazer jus a alguma espécie de resarcimento financeiro, em cumprimento à decisão proferida na Ação Declaratória anteriormente ajuizada, comprovar que captou recursos especificamente para o financiamento da obra de Itaparica, em decorrência do atraso da Chesf no pagamento de algumas faturas; e que as despesas financeiras que teve, com essa captação de recursos, teriam sido superiores ao total de acréscimos pagos pela Chesf, em decorrência desses atrasos. A União Federal e o Ministério Público Federal apresentaram recursos no mesmo sentido que o apresentado pela Chesf.

Em sessão realizada em 25/10/2010, o Tribunal Regional Federal da 5ª Região deu provimento aos recursos interpostos por Chesf, União e Ministério Público Federal, e julgou a aludida ação inteiramente improcedente. Há informação de apresentação de recursos especiais e extraordinários pela Construtora Mendes Júnior e pela União, embora a Chesf não tenha sido intimada para apresentar contra-razões a esses recursos. Em 31/12/2010 aguardava-se a interposição de eventuais recursos pela empreiteira Mendes Júnior.

Considerando a existência da decisão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, informamos ser remoto o risco de a Chesf vir a ter perda nesta ação.

3.2) Controlada em conjunto

3.2.1) ESBR Participações S.A.

O recolhimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN relativo ao contrato de construção das obras civis da Usina Hidrelétrica Jirau, firmado com o fornecedor Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A., é realizado com a redução da base de cálculo do imposto em 60%. Tal procedimento está suportado nos Decretos do município de Porto Velho (RO) nºs 10.244/2005 e 10.363/2006. A Secretaria Municipal de Fazenda do Município de Porto Velho (RO) questionou a aplicação dos referidos decretos ao contrato. O objeto da controvérsia limita-se a valores incorridos até 31/12/2009, considerando a publicação da Lei Complementar do Município de Porto Velho nº 369/2009, ratificando a aplicabilidade da redução da base de cálculo do ISSQN em 60% a partir do exercício de 2010.

A empresa Energia Sustentável do Brasil S.A., controlada integral da ESBR Participações S.A., efetuou, em 13/05/2010, depósito judicial do principal dos valores envolvidos na questão (R\$ 17.339), amparado em liminar obtida nos autos de ação cautelar inominada, movida em *litisconsórcio* ativo com a empresa Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. Em 11/06/2010, foi protocolizada ação ordinária declaratória relativa à questão também em *litisconsórcio* ativo com o fornecedor.

Em 28/07/2010, a Secretaria Municipal de Fazenda do Município de Porto Velho – RO emitiu a Circular Normativa 001/2010 e o Parecer 001/2010, que alteraram o parecer fiscal anterior, considerando válida a dedução da base de cálculo do ISSQN. A empresa está solicitando da Secretaria Municipal de Fazenda a extinção do processo, com julgamento de mérito favorável, para que os valores depositados possam ser resgatados.

Consubstanciada nos fatos acima e na opinião de seus advogados internos e externos, a empresa entende que o risco de perda da causa é remoto. Sendo assim, efetuou apenas provisão dos honorários de êxito de advogados externos, no montante de R\$ 865.

3.3) Riscos ambientais

A Chesf, em decorrência de suas atividades operacionais, possui ações judiciais de natureza ambiental que não estão provisionadas por envolverem riscos de perda classificados pela

Administração e por seus consultores jurídicos como *possíveis ou remotos*. Com base na opinião desses consultores jurídicos, a Administração acredita que a resolução dessas questões não produzirá efeito material adverso sobre a sua situação financeira e, com base em histórico, acredita que nenhuma provisão ou seguro para perdas, relacionados às questões ambientais, seja necessário.

26 – CONCESSÕES A PAGAR

A Companhia, por intermédio de suas controladas em conjunto ESB Participações S.A. e Norte Energia S.A., possui contratos de concessão onerosa com a União Federal para a utilização do bem público para a geração de energia elétrica nas usinas hidrelétricas Jirau e Belo Monte, respectivamente.

Buscando refletir adequadamente no patrimônio a outorga onerosa da concessão e a respectiva obrigação perante a União, a partir da análise da característica dos negócios, dos contratos e do estágio dos empreendimentos, o valor da concessão da Usina Jirau foi registrado no ativo intangível em contrapartida do passivo não circulante.

O valor identificado no contrato, calculado a preço futuro com base na projeção da variação monetária, foi ajustado a valor presente com base na taxa de desconto apurada na data da obrigação.

A atualização da obrigação em função da taxa de desconto e da variação monetária está sendo capitalizada no ativo durante a construção da Usina e será, a partir da data da entrada em operação comercial, reconhecida diretamente no resultado.

27 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

• Capital Social

O capital social, no valor de R\$ 7.720.760 (R\$ 4.539.557, em 2009), é constituído por ações sem valor nominal com a seguinte distribuição:

Acionistas	Número de ações em milhares					
	Ordinárias		Preferenciais		Total	%
	Quant.	%	Quant.	%		
Eletrobras	50.095	100,000	1.240	84,371	51.335	99,554
Ministério da Fazenda	-	-	194	13,184	194	0,376
Light	-	-	9	0,586	9	0,017
Outros	-	-	27	1,859	27	0,053
	50.095	100,000	1.470	100,000	51.565	100,000

As ações ordinárias são nominativas com direito a voto. As ações preferenciais, também nominativas, não têm classe específica nem direito a voto e não são conversíveis em ações ordinárias, gozando, entretanto, de prioridade na distribuição de dividendo, mínimo de 10% ao ano, calculado sobre o capital correspondente a essa espécie de ações.

Em 05/10/2010, foi realizado um aumento no capital social da Companhia, aprovado na 158^a Assembleia Geral Extraordinária - AGE, no montante de R\$ 3.018.050, correspondente à capitalização dos saldos de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFAC, efetivados pela Eletrobras, registrados na contabilidade da Companhia em 31/12/2009, com a emissão de 9.617.042 ações ordinárias e 238.139 ações preferenciais, no total de 9.855.181 novas ações, todas sem valor nominal.

Na 159^a Assembleia Geral Extraordinária - AGE, realizada em 20/12/2010, foi aprovado novo aumento do capital social, este no montante de R\$ 163.153, correspondente ao saldo da Reservas de incentivos fiscais.

• Reservas de Capital

	31/12/2010	31/12/2009
Doações/subvenções para investimentos	4.759.353	4.759.353
Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio	156.846	156.846
	4.916.199	4.916.199

• Reservas de Lucros

	31/12/2010	31/12/2009
Legal	439.822	349.978
Estatutárias	8.179	8.179
Lucros a realizar	446.532	464.559
Incentivos fiscais	380.357	163.153
Retenção de lucros	3.503.626	2.209.834
	4.778.516	3.195.703

A Reserva Legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, de acordo com a legislação societária, limitada a 20% do capital social.

A Reserva de Lucros a Realizar, decorrente do saldo credor da correção monetária de exercícios anteriores ao de 1995, é revertida para a conta de lucros acumulados, com base no percentual de realização do Ativo Imobilizado, integrando a base de cálculo da remuneração aos acionistas.

A Reserva de Incentivos Fiscais foi criada pela Lei nº 11.638/2007. Por meio desta última, foi retirada da Lei nº 6.404/1976 a alínea “d” do § 1º Art. 182 - que permitia a contabilização de doações e subvenções para investimento como reserva de capital - e incluído o artigo 195-A que possibilita à Assembleia Geral, por proposta dos órgãos da administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, a qual poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório.

Está sendo proposta para o exercício a retenção de R\$ 1.293.792, para a Reserva de Retenção de Lucros, prevista no artigo 196 da Lei nº 6.404/1976, tendo por finalidade integrar as fontes de recursos para aplicação em projetos de investimentos da Companhia, com base no orçamento de capital aprovado pela Lei Orçamentária Anual - LOA nº 12.381, de 09/02/2011, com crédito extraordinário aprovado pelo Decreto Federal de 28/01/2011, totalizando investimentos de R\$ 1.554.893 para o ano de 2011, com as seguintes aplicações:

Descrição	Dotação Orçamentária
Manutenção do Sistema de Geração	299.231
Ciclo Combinado da UTE Camaçari	704
Implantação do Parque Eólico Casa Nova	53.000
Total Geração	352.935
Reassentamento UHE Itaparica	118.430
Total Itaparica	118.430
Ampliação do Sistema de Transmissão Nordeste	309.692
Reforços e Melhorias do Sistema de Transmissão	398.096
Manutenção do Sistema de Transmissão (Benfeitorias)	173.012
Empreendimentos SE Suape II e SE Suape III	69.173
Total Transmissão	949.973
Infraestrutura - Bens Imóveis	30.532
Infraestrutura - Equipamentos/Veículos/Móveis	37.840
Infraestrutura – Informática/Teleprocessamento/Informação	65.183
Total Infraestrutura	133.555
Total Geral	1.554.893

• Outros Resultados Abrangentes

A Companhia reconheceu neste exercício em seu patrimônio líquido de forma reflexa, pelo método da equivalência patrimonial, ajustes em outros resultados abrangentes decorrentes do resultado de operações de *hedge* de fluxo de caixa efetivo registrados no patrimônio líquido das suas controladas em conjunto ESBR Participações S.A. e Manaus Transmissora de Energia S.A., proporcionalmente às participações naquelas empresas, no montante de R\$ 1.702, totalizando R\$ 3.022, em 2010 (R\$ 1.320, em 2009).

Em conformidade com as novas práticas contábeis, a Companhia reconheceu neste exercício perdas atuariais de benefícios pós-emprego, líquidas do imposto de renda e da contribuição social diferidos, em *Outros resultados abrangentes*, no valor de R\$ 162.045 (ganho de R\$ 259.753, em 2009).

• Dividendos Adicionais

De acordo com as novas práticas contábeis estabelecidas pela Interpretação Técnica ICPC 08 - Contabilização da proposta de pagamento de dividendos, o valor dos dividendos acima do mínimo obrigatório estabelecido no estatuto, não aprovados em assembleia geral, está sendo apresentado no patrimônio líquido como dividendos adicionais propostos.

O cálculo da remuneração aos acionistas, bem como, os dividendos adicionais estão demonstrados na nota 34.

28 – CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Em atendimento às exigências do CPC 30 – Receita, demonstramos a seguir a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado. De acordo com as práticas contábeis anteriormente adotadas, a apresentação da receita da Companhia na demonstração do resultado segregava a receita operacional bruta, as deduções sobre a receita operacional bruta e a receita líquida. As novas práticas contábeis estabelecem que a Companhia deve apresentar no seu demonstrativo de resultado somente a receita líquida, por esta representar os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber originários de suas próprias atividades.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
RECEITA OPERACIONAL BRUTA				
Fornecimento de energia elétrica	752.037	775.272	752.037	775.272
Suprimento de energia elétrica	3.356.039	2.683.438	3.356.039	2.683.438
Sistema de transmissão	485.561	436.461	486.523	437.285
Energia elétrica de curto prazo (CCEE)	305.885	255.783	305.885	255.783
Receita de construção	420.451	386.774	636.818	440.915
Receita financeira	690.179	718.769	759.343	780.464
Outras receitas operacionais	11.691	8.959	25.937	15.994
	6.021.843	5.265.456	6.322.582	5.389.151
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL				
Reserva Global de Reversão – RGR	(131.007)	(116.780)	(132.599)	(118.296)
ICMS sobre energia elétrica	(84.212)	(88.905)	(84.212)	(88.905)
ISS	(568)	(431)	(815)	(521)
Pesquisa e Desenvolvimento	(48.944)	(42.595)	(49.544)	(43.163)
Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis – CCC	(105.837)	(68.749)	(105.837)	(68.749)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(19.598)	(17.029)	(19.598)	(17.029)
Proinfa	(51.077)	(41.213)	(51.077)	(41.213)
PIS/Pasep	(78.698)	(68.941)	(81.458)	(69.747)
Cofins	(351.354)	(317.606)	(364.384)	(321.350)
	(871.295)	(762.249)	(889.524)	(768.973)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA				
	5.150.548	4.503.207	5.433.058	4.620.178

A receita da Companhia é substancialmente proveniente da venda de energia elétrica, da construção, operação e manutenção e atualização do ativo financeiro decorrente do seu sistema de transmissão. Estas operações estão amparadas em contratos de compra e venda de energia, em transações feitas no mercado de curto prazo, no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, e em contratos do sistema de transmissão.

29 – ENCARGOS REGULATÓRIOS

A Companhia incorreu, no exercício, em encargos regulatórios que totalizaram R\$ 568.442 (R\$ 529.239, em 2009) com a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Reserva Global de Reversão – RGR	131.007	116.780	132.599	118.296
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	48.944	42.595	49.544	43.163
Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC	105.837	68.749	105.837	68.749
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	19.598	17.029	19.598	17.029
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia – Proinfa	51.077	41.213	51.077	41.213
Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE	11.509	30.430	11.778	30.728
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH	192.768	210.061	192.768	210.061
Encargo de Energia de Reserva – EER	5.241	-	5.241	-
Total	565.981	526.857	568.442	529.239

30 - CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e as despesas gerais e administrativas apresentados na Demonstração do Resultado do Exercício, têm a seguinte composição:

	Controladora			
	31/12/2010		Total	31/12/2009 Total
	Custos Operacionais	Despesas Operacionais		
Energia elétrica comprada para revenda	24.061	-	24.061	-
Encargos de uso da rede elétrica	765.661	-	765.661	751.680
Custo de construção	420.451	-	420.451	386.774
Pessoal	326.896	251.753	578.649	877.841
Material	11.474	12.664	24.138	24.267
Combustíveis para a produção de energia	2.296	-	2.296	7.242
Serviço de terceiros	61.368	116.631	177.999	136.821
Depreciação e amortização	345.896	70.201	416.097	414.530
Comp. Fin. pela utiliz. de recursos hídricos	192.768	-	192.768	210.061
Benefícios pós-emprego	-	(27.998)	(27.998)	131.151
Arrendamentos e aluguéis	5.919	15.423	21.342	21.292
Tributos	193	3.401	3.594	3.937
Provisões para contingências	-	82.357	82.357	51.522
Provisão (reversão de provisão) para créditos de liquidação duvidosa	-	15.346	15.346	66.599
Perdas com Cons./Concess. e Energia livre	-	21.752	21.752	95.380
Outros	(20.985)	43.285	22.300	32.754
Total	2.135.998	604.815	2.740.813	3.211.851

	Consolidado			
	31/12/2010		Total	31/12/2009 Total
	Custos Operacionais	Despesas Operacionais		
Energia elétrica comprada para revenda	24.061	-	24.061	-
Encargos de uso da rede elétrica	765.661	-	765.661	751.680
Custo de construção	503.066	-	503.066	416.871
Pessoal	328.849	258.170	587.019	882.189
Material	55.894	12.763	68.657	24.417
Combustíveis para a produção de energia	2.296	-	2.296	7.242
Serviço de terceiros	135.795	121.023	256.818	159.619
Depreciação e amortização	345.896	70.221	416.117	414.535
Comp. Fin. pela utiliz. de recursos hídricos	192.768	-	192.768	210.061
Benefícios pós-emprego	-	(27.998)	(27.998)	132.573
Arrendamentos e aluguéis	6.063	16.074	22.137	21.734
Tributos	208	3.416	3.624	3.956
Provisões para contingências	-	82.357	82.357	51.522
Provisão (reversão de provisão) para créditos de liquidação duvidosa	3.394	15.346	18.740	66.599
Perdas com Cons./Concess. e Energia livre	-	21.752	21.752	95.380
Outros	(23.426)	46.561	23.135	35.864
Total	2.340.525	619.685	2.960.210	3.274.242

31 - RECONCILIAÇÃO DAS TAXAS EFETIVAS E NOMINAIS DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E DA PROVISÃO PARA O IMPOSTO DE RENDA

A reconciliação das taxas efetivas e nominais utilizadas para cálculo da Contribuição social e da provisão para o Imposto de renda é demonstrada a seguir:

	Controladora			
	31/12/2010		31/12/2009	
	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda
Lucro antes da Contribuição social e do Imposto de renda	2.699.608	2.699.608	1.118.506	1.118.506
Encargo total da Contribuição social e do Imposto de renda calculado com base nas alíquotas de 9% e 15%, mais adicional, respectivamente	242.965	674.878	100.666	279.603
Efeitos fiscais sobre adições ou exclusões permanentes	(9.614)	(96.737)	(16.087)	(60.529)
Contribuição social e Imposto de renda do exercício	233.351	578.141	84.579	219.074

	Consolidado			
	31/12/2010		31/12/2009	
	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda
Lucro antes da Contribuição social e do Imposto de renda	2.700.300	2.700.300	1.119.049	1.119.049
Encargo total da Contribuição social e do Imposto de renda calculado com base nas alíquotas de 9% e 15%, mais adicional, respectivamente	243.027	675.051	100.714	279.738
Efeitos fiscais sobre adições ou exclusões permanentes	(8.066)	(92.377)	(15.372)	(58.315)
Contribuição social e Imposto de renda do exercício	234.962	582.674	85.342	221.423

32 – INCENTIVOS FISCAIS – SUDENE/SUDAM

A Medida Provisória nº 2.199-14, de 24/08/2001, alterada pela Lei nº 11.196, de 21/11/2005, possibilita que as empresas situadas nas regiões de atuação da Sudene e da Sudam que possuam empreendimentos no setor de infraestrutura, considerado em ato do Poder Executivo, um dos setores prioritários para o desenvolvimento regional, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de instalação, ampliação, modernização ou diversificação.

A Chesf obteve em 2008 a concessão do direito à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do Imposto de Renda e Adicionais não Restituíveis, calculados com base no lucro da exploração. Tal incentivo foi concedido para os exercícios de 2008 a 2017.

O incentivo fiscal mencionado totalizou no exercício R\$ 380.357 (R\$ 163.153, em 2009), com registro no resultado do período como redução do imposto de renda apurado, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 07. A parcela do lucro decorrente deste incentivo fiscal será objeto de destinação à Reserva de Lucro denominada Reserva de Incentivos Fiscais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei nº 6.404/1976, a qual somente poderá ser utilizada para aumento do capital social ou eventual absorção de prejuízos.

De forma consolidada com as suas controladas em conjunto STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A. e Integração Transmissora de Energia S.A, a Companhia apurou incentivo fiscal, no exercício, no montante de R\$ 385.809 (R\$ 165.722, em 2009).

33 – PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS OU RESULTADOS

Em decorrência de Acordo Coletivo de Trabalho e observadas as disposições legais, a Companhia contabilizou o montante de R\$ 91.241 (R\$ 72.145, em 2009) destinado à participação dos empregados nos lucros ou resultados do exercício, a ser submetida à Assembleia Geral Ordinária – AGO.

34 - REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

	31/12/2010	31/12/2009
Lucro líquido do exercício	2.177.232	905.861
Constituição da Reserva de Incentivos Fiscais	(380.357)	(163.153)
Constituição da Reserva legal	(89.844)	(30.062)
Realização da Reserva de lucros a realizar	18.027	20.510
Lucro líquido ajustado – base de cálculo da remuneração	1.725.058	733.156
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	431.266	183.289
Remuneração proposta:		
Dividendos mínimos obrigatórios	431.266	183.289
Dividendos adicionais	168.195	408.393
Remuneração líquida	599.461	591.682
Percentual sobre o lucro líquido a distribuir	34,75%	80,70%
Dividendos brutos por ação ordinária (R\$)	11,53	14,19
Dividendos brutos por ação preferencial (R\$)	14,97	14,19

O estatuto social da Companhia estabelece como dividendos mínimos obrigatórios uma distribuição de 25% do resultado líquido apurado em cada exercício social ajustado na forma da Lei.

De acordo com as novas práticas contábeis estabelecidas na Interpretação Técnica ICPC 08 - Contabilização da proposta de pagamento de dividendos, o valor dos dividendos excedente ao mínimo obrigatório estabelecido no estatuto, não aprovado em assembleia geral, está sendo apresentado no patrimônio líquido como dividendos adicionais propostos.

A remuneração aos acionistas será paga na data que vier a ser fixada na Assembleia Geral Ordinária - AGO de acionistas, ou de acordo com a Lei Societária, no caso de a AGO não se pronunciar sobre a matéria, e terão os seus valores atualizados monetariamente a partir de 31/12/2010 até a data do pagamento, com base na variação da taxa Selic.

35 – PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas são realizadas de acordo com padrões e preços de mercado ou baseadas em contratos próprios do Setor Elétrico. Na sequência, identificamos as empresas/entidades relacionadas com a Companhia:

Empresas	Natureza de Operação	31/12/2010			31/12/2009		
		Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Eletrobras	Contas a receber	1.106	-	-	1.739	-	-
	Empréstimos	-	153.941	-	-	254.359	-
	Contas a pagar	-	407	-	-	31	-
	Despesas financeiras	-	-	(15.442)	-	-	(307.231)
	JCP/Dividendos	-	384.123	(16.099)	-	588.124	(20.299)
		1.106	538.471	(31.541)	1.739	842.514	(327.530)
Furnas	Consumidores, conc. e permissionárias	4.288	-	-	4.874	-	-
	Contas a receber	10	-	-	8	-	-
	Fornecedores	-	13.346	-	-	15.249	-
	Encargo de uso da rede	-	-	(129.251)	-	-	(129.956)
	JCP/Dividendos	-	2	-	-	13	-
		4.298	13.348	(129.251)	4.882	15.262	(129.956)
Eletrosul	Contas a receber	27	-	-	21	-	-
	Fornecedores	-	6.614	-	-	7.107	-
	Encargo de uso da rede	-	-	(63.666)	-	-	(62.318)
		27	6.614	(63.666)	21	7.107	(62.318)
Eletronorte	Consumidores, conc. e permissionárias	6.587	-	-	7.260	-	-
	Fornecedores	-	8.489	-	-	7.332	-
	Contas a receber	8	-	-	6	-	-
	Encargo de uso da rede	-	-	(72.637)	-	-	(65.139)
		6.595	8.489	(72.637)	7.266	7.332	(65.139)
Eletronuclear	Consumidores, conc. e permissionárias	534	-	-	613	-	-
	JCP/Dividendos	-	1	-	-	8	-
		534	1	-	613	8	-
CGTEE	Consumidores, conc. e permissionárias	37.720	-	-	2.328	-	-
	Contas a pagar	-	3	-	-	-	-
	Receitas de suprimento de energia	-	-	255.273	-	-	28.659
		37.720	3	255.273	2.328	-	28.659
Eletropar	Contas a receber	14.693	-	-	14.693	-	-
	(-) Provisão para perdas	(13.237)	-	-	(13.237)	-	-
	Adiantamento a fornecedores	5.279	-	-	5.279	-	-
	Contas a pagar	-	1.456	-	-	1.456	-
		6.735	1.456	-	6.735	1.456	-
Ceal	Consumidores, conc. e permissionárias	23.553	-	-	20.084	-	-
	Contas a receber	23	-	-	20	-	-
	Receitas de suprimento de energia	-	-	54.394	-	-	49.244
		23.576	-	54.394	20.104	-	49.244
Cepisa	Consumidores, conc. e permissionárias	65.846	-	-	104.891	-	-
	Receitas de suprimento de energia	-	-	46.767	-	-	46.277
		65.846	-	46.767	104.891	-	46.277
STN	Participação societária permanente	193.244	-	-	168.830	-	-
	JCP/Dividendos a receber	-	-	-	9.672	-	-
	Fornecedores	-	1.151	-	-	1.142	-
	Receita de prestação de serviços	-	-	1.854	-	-	1.663
	Receita de equivalência patrimonial	-	-	33.262	-	-	28.951
	Encargo de uso da rede	-	-	(10.410)	-	-	(10.225)
		193.244	1.151	24.706	178.502	1.142	20.389

Integração Trans. de Energia S.A.	Participação societária permanente JCP/Dividendos a receber Fornecedores Receita de equivalência patrimonial Encargo de uso da rede	28.530 676 - - - - -	- - 903 - - 2.844 (8.045)	26.046 - - - - - -	- - 838 - - - -	- - - 2.832 - -
Energética Águas da Pedra	Participação societária permanente Despesa de equivalência patrimonial	61.286 - -	- - (330)	61.616 - -	- - -	- - (369)
ESBR Participações	Participação societária permanente Despesa de equivalência Patrimonial Outros resultados abrangentes	412.001 - - -	- (2.952) (2.170) (1.235)	202.388 - - -	- - - -	- - (2.034)
Interligação Elétrica do Madeira	Participação societária permanente Receita de equivalência patrimonial	61.574 - -	- 2.066	25.624 - -	- - -	- - 341
Manaus Transmissora	Participação societária Permanente Outros resultados abrangentes Despesa de equivalência Patrimonial	(18.187) - - -	- (466) (8.981)	(8.740) - -	- - -	- - (8.956)
Manaus Construtora	Participação societária permanente Receita de equivalência patrimonial	5.949 - -	- 5.948	1.938 - -	- - -	- - 1.938
Norte Energia	Participação societária permanente Despesa de equivalência Patrimonial	26.669 - -	- (333)	- -	- -	- - -
TDG	Participação societária permanente Despesa de equivalência Patrimonial	13.018 - -	- (261)	- -	- -	- - -
Pedra Branca	Participação societária permanente Despesa de equivalência Patrimonial	158 - -	- (3)	- -	- -	- - -
São Pedro do Lago	Participação societária permanente Despesa de equivalência Patrimonial	157 - -	- (4)	- -	- -	- - -
Sete Gameleiras	Participação societária permanente Despesa de equivalência Patrimonial	158 - -	- (3)	- -	- -	- - -
Fachesf	Fornecedores Contribuições normais Contratos atuariais Despesas atuariais Despesas financeiras	- - - - -	1.695 8.721 362.691 27.998 -	- - - - -	3.306 7.574 453.723 - (131.151) 5.961	- - - - (125.190)
Cepel	Despesas operacionais	- - -	373.107 - (9.863)	27.998 - (9.863)	464.603 - -	(9.438)

A seguir, identifica-se as origens das principais transações, por empresa:

Eletrobras

- Contratos de empréstimos celebrados entre as partes, de acordo com as condições mencionadas na nota 21.
- Remuneração pelo capital investido.

Furnas

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;
- Contratos celebrados para uso da rede do sistema de transmissão;
- Remuneração pelo capital investido.

Eletrosul

- Contratos celebrados para uso da rede do sistema de transmissão.

Eletronorte

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;
- Contratos celebrados para uso da rede do sistema de transmissão.

Eletronuclear

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;
- Contratos celebrados para uso da rede do sistema de transmissão;
- Remuneração pelo capital investido.

CGTEE

- Contratos celebrados para venda de energia elétrica;
- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;
- Contratos celebrados para uso da rede do sistema de transmissão.

Eletropar

- Contratos celebrados para prestação de serviços;
- Contratos celebrados para uso da rede do sistema de transmissão.

Ceal

- Contratos celebrados para venda de energia elétrica;
- Contratos celebrados para uso da rede do sistema de transmissão.

Cepisa

- Contratos celebrados para venda de energia elétrica;
- Contratos celebrados para uso da rede do sistema de transmissão.

STN

- Montante investido na participação societária da empresa;
- Contratos de prestação de serviços de operação e manutenção de linha de transmissão;
- Direitos obtidos como forma de remuneração pelo capital investido.

Integração Transmissora de Energia S.A.

- Montante investido na participação societária da empresa;
- Direitos obtidos como forma de remuneração pelo capital investido.

Energética Águas da Pedra S.A.

- Montante investido na participação societária da empresa.

ESBR Participações S.A.

- Montante investido na participação societária da empresa.

Interligação Elétrica do Madeira S.A.

- Montante investido na participação societária da empresa.

Manaus Transmissora de Energia S.A.

- Montante investido na participação societária da empresa;
- Direitos obtidos como forma de remuneração pelo capital investido.

Manaus Construtora Ltda.

- Montante investido na participação societária da empresa;
- Direitos obtidos como forma de remuneração pelo capital investido.

Norte Energia S.A.

- Montante investido na participação societária da empresa.

TDG – Transmissora Delmiro Gouveia S.A.

- Montante investido na participação societária da empresa.

Fachesf

- Compromissos atuariais referentes a previdência complementar;
- Contrato de aluguel dos prédios sede e anexo da Companhia;
- Convênio para a prestação de serviços de saúde, seguro de vida e outros benefícios aos empregados da Companhia.

Cepel

- Contrato de contribuição mensal como associado.

Além das empresas antes apresentadas, a Companhia também possui as seguintes partes relacionadas:

- Centrais Elétricas de Rondônia S.A. - Ceron
- Companhia de Eletricidade do Acre – Eletroacre
- Amazonas Distribuidora de Energia S.A.
- Pedra Branca S.A.
- São Pedro do Lago S.A.
- Sete Gameleiras S.A.

Remuneração de pessoal-chave

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros de administração e fiscal e diretores. O gasto total no exercício de 2010 está demonstrado a seguir:

	31/12/2010	31/12/2009
Remuneração dos Diretores e dos Conselheiros	2.709	2.015
Encargos Sociais	740	591
Benefícios	207	108
Participações nos lucros ou resultados	282	210
	3.938	2.924

Os administradores não possuem pagamentos baseados em ações da Chesf.

36 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em atendimento à Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40 e à Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia procedeu à avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

a) Considerações gerais:

Os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir, com posições em 31/12/2010:

ATIVO

- Caixa e equivalentes de caixa

São classificados como mantido para negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.

- Títulos e valores mobiliários

São classificados como mantidos até o vencimento e registrados contabilmente pelo custo amortizado. Os valores registrados equivalem, na data do balanço, a seus valores de mercado.

- Contas a receber de clientes e outros

Decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como recebíveis e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.

- Aplicações no mercado aberto

Os valores de tais instrumentos representam os de mercado, devido a sua liquidez diária.

- Ativo Financeiro – Receita Anual Permitida e Ativo Financeiro Indenizável

Os valores dos ativos financeiros a serem recebidos durante a concessão estão reconhecidos pela diferença entre o valor justo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação dos serviços de concessão e o valor contábil dos ativos financeiros com expectativa de serem recebidos no fim da concessão.

PASSIVO

- Fornecedores

Decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros não mensurados a valor justo.

- Empréstimos e financiamentos

Estas operações de crédito estão atualizadas até a data do balanço; os correspondentes encargos estão provisionados com base em taxas fixas ou variáveis vigentes em 31/12/2010, e os contratos de mútuo com a nossa controladora, a Eletrobras, que representam cerca de 22% do total da dívida da Companhia, dos quais 3,7% são remunerados a uma taxa de juros equivalente a 10% ao ano. A taxa de mercado da Eletrobras é por ela definida levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do Setor Elétrico. Considerando as circunstâncias especiais envolvidas no financiamento de seus projetos de expansão, o valor de mercado desses empréstimos corresponde a seus valores contábeis.

Os valores dos instrumentos financeiros reconhecidos nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2010 são equivalentes a seus valores de mercado, considerando os critérios de mensuração de cada um.

b) Gestão de Riscos

A Companhia possui os seguintes riscos associados à utilização de seus instrumentos financeiros:

Risco de mercado

É o risco de que mudanças de mercado, como mudanças nas taxas de juros e nos preços, poderão afetar as receitas da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros.

Risco de encargos da dívida

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a contratos de financiamento, ou diminuam a receita financeira relativa às aplicações financeiras da Companhia.

A Administração da Companhia não identifica entre os valores de mercado e os apresentados nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2010, a ocorrência de diferenças relevantes originadas de operações que envolvam instrumentos financeiros que requeiram divulgação específica.

Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. A Companhia segue a estrutura de capital determinada por estudos técnicos elaborados para a definição do negócio, bem como pelos limites estabelecidos pelos agentes financeiros.

Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos, por meio de suas controladas em conjunto, com cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (*covenants* financeiros). O descumprimento dessas restrições pode implicar em vencimento antecipado da dívida.

Risco quanto à escassez de energia

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo da aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS não prevê, para os próximos anos, um novo programa de racionamento.

A Companhia não possuía isoladamente operações de *hedge* ou outros derivativos, no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, nem possui previsão para este tipo de operação; entretanto, existem transações por meio de suas controladas em conjunto que possuem tais instrumentos financeiros, conforme abaixo:

- **ESBR Participações S.A.**

Em 2009, com o intuito de reduzir a exposição cambial de determinadas parcelas do contrato com a empresa chinesa Dong Fang, a controlada firmou contratos a termo de moeda sem entrega física (NDF) com instituições financeiras. Os valores desses acordos foram de US\$ 41.000 e US\$ 16.400, com vencimentos em 17 de setembro de 2009 e 18 de dezembro de 2009, e taxas pactuadas

de R\$ 2,29 e R\$ 2,18, respectivamente. Tais operações foram classificadas como *hedges* de fluxo de caixa. Conforme previsto nas normas contábeis brasileiras, as variações cambiais das NDF foram registradas à conta de outros resultados abrangentes e transferidas ao ativo imobilizado quando da efetiva liquidação do passivo junto ao fornecedor.

Em 17 de setembro de 2009, a Controlada liquidou a operação de NDF no valor de US\$ 41.000 com perdas apuradas de R\$ 20.360.

Em relação ao contrato de NDF, no valor de US\$ 16.400, sua liquidação ocorreu na data do vencimento, com resultado negativo de R\$ 6.599, sem que houvesse cumprimento das obrigações contratuais por parte do fornecedor. As variações cambiais da NDF foram registradas no patrimônio líquido da Controlada e lá mantidas até o real cumprimento das obrigações da Dong Fang, o que ocorreu ao fim do primeiro semestre de 2010.

A partir do final do exercício de 2009, a Controlada alterou sua estratégia de hedge e desde então vem realizado aplicações financeiras em dólar dos Estados Unidos, com a finalidade de lastrear as garantias das cartas de crédito emitidas pelo Banco do Brasil e Banco Itaú em favor dos fornecedores chineses Dong Fang e Hyosung. Tais aplicações também são classificadas como hedge de fluxo de caixa.

A movimentação completa da conta de ajustes de variação patrimonial, durante os anos findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, é descrita a seguir:

	31/12/2010	31/12/2009
Saldo no início do exercício	(6.599)	-
Variação cambial sobre NDF	-	(26.959)
Variação cambial sobre principal de depósitos vinculados	(11.845)	-
Efeito de pagamento a fornecedores - saldos do exercício anterior	6.599	-
Efeito de pagamento a fornecedores - saldos do exercício atual	(933)	20.360
Saldo no final do exercício	(12.778)	(6.599)

Estas operações geraram no exercício um resultado abrangente, o qual está refletido na DMPL consolidada no valor de R\$ 1.236.

- **Manaus Transmissora de Energia S.A.**

Os instrumentos financeiros derivativos contratados pela controlada Manaus Transmissora de Energia S.A. têm o propósito de proteger suas operações contra os riscos de flutuação nas taxas de câmbio e variação do preço do alumínio no mercado internacional, que têm peso significativo no seu plano de investimentos. Eles não são utilizados para fins especulativos e foram enquadrados em 2008 na categoria de *Hedge* de fluxo de caixa. Tais instrumentos foram contratados com instituições financeiras de primeira linha, no Brasil e no exterior.

A parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações dos instrumentos financeiros enquadrados na categoria de *Hedge* de fluxo de caixa foi registrada em 2008, líquida dos efeitos tributários, em conta destacada do patrimônio líquido, na rubrica "Outros Resultados Abrangentes" até a compra do ativo imobilizado relacionado, quando este valor ajustaria o custo deste ativo. Entende-se por parcela efetiva aquela que a variação no item objeto de *hedge*, diretamente relacionada ao risco correspondente, é compensada pela variação no instrumento financeiro utilizado para *hedge*, considerando o efeito acumulado da operação. As demais variações verificadas nesses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do período.

Os *hedges* da Companhia foram avaliados como efetivos no exercício findo em 31/12/2008.

- Em 18/08/2008, a controlada contratou operação de compromisso de compra futuro de alumínio, junto ao Banco Société Générale - Paris, visando a se proteger da variação da cotação do preço desta matéria prima no mercado internacional decorrente da necessidade de compra de cabos para a construção da linha de transmissão. O valor nacional equivalente em moeda

estrangeira corresponde a US\$ 73.486 mil e esta operação tem vencimento substancialmente no exercício de 2011. Em 31/12/2008, o valor justo da operação gerou uma perda de R\$ 70.349, registrada a débito do patrimônio líquido na rubrica "Outros resultados abrangentes", pelo fato de a proteção do item objeto de *hedge* e o instrumento financeiro derivativo atenderem, na época, aos requerimentos necessários para aplicação do *hedge accounting*. Em 31/12/2009, o valor justo dessa operação gerou um ganho de R\$ 42.530, registrado na rubrica "Resultado financeiro".

- Em 01/07/2008, a controlada contratou operação a termo de compra de US\$ 221.000 mil junto aos bancos BNP Paribas e Citibank visando a reduzir a exposição ao risco de mudança na taxa de câmbio frente ao plano de investimentos apresentado no leilão de concessão, visto que a maioria dos equipamentos seria adquirida junto a fornecedores no exterior. Esta operação venceu e foi liquidada em 28 de novembro de 2008 pelo valor justo de R\$ 500.720 auferindo um ganho financeiro de R\$ 131.212, registrado na rubrica "Outros resultados abrangentes" no patrimônio líquido, líquido dos tributos incidentes nas operações de derivativos pelo fato de a proteção do item objeto de *hedge* e o instrumento financeiro derivativo atenderem, na época, aos requerimentos necessários para aplicação do *hedge accounting*.

As variações nos valores justos dos instrumentos de *hedge* seriam incluídas no imobilizado no momento em que o ativo fosse contabilmente reconhecido e seriam subsequentemente reconhecidas contra o resultado à medida que o imobilizado fosse depreciado. Contudo, em 2009, por alteração na estratégia da Companhia, as transações altamente prováveis, objetos de cobertura de *hedges*, previstas em 2008 para ocorrerem até o vencimento dos derivativos, não mais ocorrerão, tendo em vista a opção adotada pela Companhia de adquirir os equipamentos em território nacional e, consequentemente, o ganho ou a perda que em 2008 haviam sido diretamente contabilizados na rubrica "Outros resultados abrangentes" foram transferidos para o resultado no exercício de 2009, na rubrica "Resultado financeiro".

A controlada não participa de outras operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos assim como não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou em outros ativos de risco, além de não possuir garantia de margem em suas operações.

O valor justo dos derivativos em aberto em 31/12/2010, o qual corresponde ao contrato de futuro para compra de alumínio, foi avaliado pelo valor presente da diferença entre o valor estimado do ativo para a data do vencimento, obtido pela interpolação de dados de mercado informados por aquele mercado na data-base, e o valor de referência do contrato no vencimento.

Estas operações geraram no exercício um resultado abrangente, o qual está refletido na DMPL consolidada, no valor de R\$ 466.

37 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEGREGADO POR ATIVIDADE

	Controladora					
	31/12/2010			31/12/2009		
	Geração	Transmissão	Total	Geração	Transmissão	Total
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	3.814.609	1.335.939	5.150.548	3.179.213	1.323.994	4.503.207
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA						
Custo com energia elétrica						
Energia elétrica comprada para revenda	(24.061)	-	(24.061)	-	-	-
Encargos de uso da rede elétrica	(765.661)	-	(765.661)	(751.680)	-	(751.680)
Custo de operação						
Pessoal	(85.363)	(241.533)	(326.896)	(68.635)	(165.695)	(234.330)
Material	(3.327)	(8.147)	(11.474)	(3.161)	(5.686)	(8.847)
Combustíveis para a produção de energia	(2.296)	-	(2.296)	(7.242)	-	(7.242)
Serviço de terceiros	(17.575)	(43.793)	(61.368)	(13.476)	(31.156)	(44.632)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(192.768)	-	(192.768)	(210.061)	-	(210.061)
Depreciação e amortização	(345.896)	-	(345.896)	(348.231)	-	(348.231)
Taxa de Fiscalização da Aneel	(2.943)	(8.566)	(11.509)	(21.677)	(8.753)	(30.430)
Outras	32.161	(2.385)	29.776	47.621	(13.297)	34.324
	(1.407.729)	(304.424)	(1.712.153)	(1.376.542)	(224.587)	(1.601.129)
CUSTO DO SERV. PRESTADO A TERCEIROS	(3.394)	-	(3.394)	-	(11)	(11)
CUSTO DE CONSTRUÇÃO						
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	2.403.486	611.064	3.014.550	1.802.671	712.622	2.515.293
DESPESAS OPERACIONAIS						
RESULTADO DO SERVIÇO	2.175.917	233.818	2.409.735	1.308.469	(17.113)	1.291.356
RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA						
Renda de aplicações financeiras	57.722	20.321	78.043	58.419	19.359	77.778
Variações monetárias e acréscimos moratórios - energia vendida	137.028	17.247	154.275	29.484	2.247	31.731
Outras variações monetárias ativas	391	1.063	1.454	794	1.845	2.639
Outras receitas financeiras	39.910	28.242	68.152	55.603	48.853	104.456
PIS/Pasep e Cofins	78.672	21.014	99.686	(444)	(162)	(606)
Encargos de dívidas	(26.788)	(34.109)	(60.897)	(335.044)	(61.894)	(396.938)
Variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	(115)	(378)	(493)	51.312	1.705	53.017
Outras variações monetárias passivas	(1.516)	1.375	(141)	(14)	(35)	(49)
Outras despesas financeiras	(37.867)	(11.259)	(49.126)	(35.248)	(14.318)	(49.566)
	247.437	43.516	290.953	(175.138)	(2.400)	(177.538)
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)						
Receitas	139	216	355	7.080	3.401	10.481
Despesas	(328)	(1.107)	(1.435)	(2.381)	(3.412)	(5.793)
	(189)	(891)	(1.080)	4.699	(11)	4.688
RESULTADO OPERACIONAL	2.423.165	276.443	2.699.608	1.138.030	(19.524)	1.118.506
Contribuição social	(220.690)	(12.661)	(233.351)	(93.143)	8.564	(84.579)
Imposto de renda	(587.214)	9.073	(578.141)	(256.996)	37.922	(219.074)
Incentivos Fiscais	384.590	(4.233)	380.357	180.881	(17.728)	163.153
Lucro antes das participações	1.999.851	268.622	2.268.473	968.772	9.234	978.006
Participação nos lucros ou resultados	(25.377)	(65.864)	(91.241)	(21.048)	(51.097)	(72.145)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.974.474	202.758	2.177.232	947.724	(41.863)	905.861
Lucro básico por ação (R\$)	-	-	42,22	-	-	21,72
Lucro diluído por ação (R\$)	-	-	42,22	-	-	17,57

	Consolidado					
	31/12/2010			31/12/2009		
	Geração	Transmissão	Total	Geração	Transmissão	Total
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	3.814.609	1.618.449	5.433.058	3.179.213	1.440.965	4.620.178
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA						
Custo com energia elétrica						
Energia elétrica comprada para revenda	(24.061)	-	(24.061)	-	-	-
Encargos de uso da rede elétrica	(765.661)	-	(765.661)	(751.680)	-	(751.680)
Custo de operação						
Pessoal	(85.363)	(243.486)	(328.849)	(68.635)	(167.335)	(235.970)
Material	(3.327)	(52.567)	(55.894)	(3.161)	(5.768)	(8.929)
Combustíveis para a produção de energia	(2.296)	-	(2.296)	(7.242)	-	(7.242)
Serviço de terceiros	(17.575)	(118.220)	(135.795)	(13.476)	(51.907)	(65.383)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(192.768)	-	(192.768)	(210.061)	-	(210.061)
Depreciação e amortização	(345.896)	-	(345.896)	(348.231)	-	(348.231)
Taxa de Fiscalização da Aneel	(2.943)	(8.835)	(11.778)	(21.677)	(9.051)	(30.728)
Outras	32.161	(3.228)	28.933	47.621	(14.111)	33.510
	(1.407.729)	(426.336)	(1.834.065)	(1.376.542)	(248.172)	(1.624.714)
CUSTO DO SERV. PRESTADO A TERCEIROS	(3.394)	-	(3.394)	-	(11)	(11)
CUSTO DE CONSTRUÇÃO						
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	2.403.486	689.047	3.092.533	1.802.671	775.911	2.578.582
DESPESAS OPERACIONAIS						
RESULTADO DO SERVIÇO	2.168.502	304.346	2.472.848	1.304.026	41.910	1.345.936
RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA						
Renda de aplicações financeiras	58.691	21.797	80.488	61.405	20.275	81.680
Variações monetárias e acréscimos moratórios - energia vendida	137.028	17.249	154.277	29.484	2.247	31.731
Outras variações monetárias ativas	391	1.063	1.454	794	1.845	2.639
Outras receitas financeiras	40.493	(5.165)	35.328	55.603	52.851	108.454
PIS/Pasep e Cofins	78.672	21.014	99.686	(444)	(162)	(606)
Encargos de dívidas	(26.788)	(47.447)	(74.235)	(335.044)	(75.797)	(410.841)
Variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	(115)	(378)	(493)	51.312	1.705	53.017
Outras variações monetárias passivas	(1.516)	1.375	(141)	(14)	(35)	(49)
Outras despesas financeiras	(34.895)	(32.945)	(67.840)	(33.631)	(63.993)	(97.624)
	251.961	(23.437)	228.524	(170.535)	(61.064)	(231.599)
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)						
Receitas	139	224	363	7.080	3.425	10.505
Despesas	(328)	(1.107)	(1.435)	(2.381)	(3.412)	(5.793)
	(189)	(883)	(1.072)	4.699	13	4.712
RESULTADO OPERACIONAL	2.420.274	280.026	2.700.300	1.138.190	(19.141)	1.119.049
Contribuição social	(219.925)	(15.037)	(234.962)	(93.185)	7.843	(85.342)
Imposto de renda	(585.089)	2.415	(582.674)	(257.115)	35.692	(221.423)
Incentivos Fiscais	384.590	1.219	385.809	180.881	(15.159)	165.722
Lucro antes das participações	1.999.850	268.623	2.268.473	968.771	9.235	978.006
Participação nos lucros ou resultados	(25.377)	(65.864)	(91.241)	(21.048)	(51.097)	(72.145)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.974.473	202.759	2.177.232	947.723	(41.862)	905.861
Lucro básico por ação (R\$)	-	-	42,22	-	-	21,72
Lucro diluído por ação (R\$)	-	-	42,22	-	-	17,57

38 - SEGUROS

Atualmente a Chesf possui três contratos de seguros, cada um com período de duração de um ano, e todos com início a partir de 30/04/2010, cujo objetivo é obter cobertura para os seus principais ativos, tais como imobilizado em serviço e almoxarifado. Para isso, esses ativos estão segurados por apólices também anuais, especificadas por modalidade de risco, conforme demonstrado no quadro a seguir:

<u>Apólices</u>	<u>Importâncias Seguradas</u>	<u>Prêmios Anuais</u>
- Riscos Nomeados:		
Incêndio, raio, explosão, danos elétricos, equipamentos eletrônicos	4.231.735	9.500
- Riscos aeronáuticos	33.170	434
- Transporte	127.014	168
	4.391.919	10.102

Para o Seguro de Riscos Nomeados na apólice contratada foram destacadas as usinas e subestações, nomeando os principais equipamentos com seus respectivos valores segurados e seus limites de indenização. Possui cobertura securitária básica tais como incêndio, queda de raios e explosão de qualquer natureza e cobertura adicional contra possíveis danos elétricos, riscos para equipamentos eletrônicos e informática.

Na importância segurada relativa ao seguro aeronáutico, além de R\$ 10.336 referentes a danos causados as aeronaves, estão incluídos R\$ 2.336 para responsabilidade civil e R\$ 20.498 para responsabilidade civil a 2º Risco, previsto no Código Brasileiro de Aeronáutica, que são coberturas contra danos causados a terceiros.

Para o seguro de transporte, a Companhia mantém apólices para garantir a movimentação de materiais nas modalidades terrestre, marítimo e aéreo nacionais, e marítimo e aéreo internacionais, mensalmente endossadas e com importâncias seguradas averbadas até 31/12/2010.

Na determinação da política de seguros e gerência de riscos são contempladas as localizações físicas, os riscos a que se expõem os bens e o custo/benefício.

39 - ACORDO GERAL DO SETOR ELÉTRICO - RECOMPOSIÇÃO TARIFÁRIA EXTRAORDINÁRIA – RTE, VARIAÇÃO DE ITENS DA “PARCELA A” E REPASSE DE ENERGIA LIVRE.

O Acordo Geral do Setor Elétrico - AGSE, firmado pelo Governo Federal, pelos agentes geradores e pelos agentes distribuidores de energia elétrica, em 18 de dezembro de 2001, na forma inicial de Termo de Adesão, e, posteriormente, em 04 de julho de 2002, na forma de documentos específicos, dentre os quais o Acordo de Reembolso de Energia Livre, formalizou os entendimentos sobre as questões relativas ao racionamento de energia elétrica que vigorou no período de junho/2001 a fevereiro/2002. O AGSE foi concretizado por intermédio de diversos instrumentos legais, entre os quais a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, que, no seu artigo 4º, autorizou a Aneel a proceder à Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE.

A RTE teve o propósito de fazer frente aos impactos financeiros a que foram submetidas as empresas distribuidoras de energia, que tiveram suas receitas reduzidas no período de racionamento de energia estabelecido no Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica – PERCEE, além de recuperar de forma definitiva os valores relativos à “Parcela A”, art. 6º da lei citada. Também foi incluída na RTE a recuperação dos valores referentes à Energia Livre, prevista no artigo 2º da mesma lei, e gerada durante o racionamento.

As duas primeiras parcelas (Perda de Receita e “Parcela A”) devidas às Distribuidoras poderiam ser suportadas por financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, ou operação financeira equivalente. A opção de solicitação de empréstimo ao BNDES foi aberta a todos os

agentes de geração e de distribuição, no valor máximo de 90% do montante da RTE e daquele estipulado no Acordo de Reembolso da Energia Livre, firmado entre os Agentes, com amortização em prazos equivalentes ao da RTE, o qual está previsto no artigo 11 da Lei citada.

Por força do AGSE as Geradoras de energia elétrica participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE ficaram com a responsabilidade de pagamento integral aos Geradores livres da parcela referente à “Energia Livre” da RTE, recolhida junto aos consumidores de energia das Distribuidoras, cujos valores deveriam ser por estas arrecadados e repassados às Geradoras do MRE.

Em 29/08/2002, pelas Resoluções nº 480 e nº 481, a Aneel homologou os montantes relativos às perdas de receita pelo racionamento nos períodos de junho a dezembro/2001, e janeiro e fevereiro/2002, respectivamente. Os valores relativos à “Parcela A” e à “Energia Livre” foram homologados, respectivamente, pelas Resoluções Aneel nº 482 e nº 483, da mesma data. O prazo máximo de duração da RTE para cada empresa distribuidora foi regulamentado pela Resolução ANEEL nº 484, também de 29/08/2002, atendendo à determinação legal de que o limite máximo da média ponderada dos prazos deveria ser de 72 meses.

Em 12/01/2004, por meio da Resolução Normativa nº 1, a Aneel retificou os montantes homologados pela Resolução nº 483/2002, relativos à Energia Livre, e alterou os prazos máximos de permanência da RTE nas tarifas de fornecimento de energia elétrica, excluindo deste prazo a recuperação dos valores de itens da Parcela A, e pela Resolução nº 45, de 03/03/2004, alterou os percentuais de aplicação na arrecadação da RTE, a título de repasse de Energia Livre para as Geradoras e Distribuidoras, fixados por suas Resoluções nº 036/2003 e nº 089/2003.

Em atendimento às determinações do Ofício nº 2.409/2007-SFF/ANEEL, a Companhia estornou em sua contabilidade os valores referentes aos tributos e encargos regulatórios, cujo ônus financeiro foi imputado às concessionárias de geração e que não foram efetivamente suportados pelos consumidores, nos termos da Nota Técnica nº 392/2007-SFF/ANEEL. Como os prazos de repasse haviam sido concluídos e todos os valores repassados, com tal registro verificou-se o pagamento a maior, no valor de R\$ 2.859, a ser devolvido pelas concessionárias de distribuição.

A Companhia, ainda em atendimento às determinações do Ofício nº 2.409/2007-SFF/ANEEL, registrou a baixa do contas a receber de Energia Livre não faturada pelas Distribuidoras no prazo estabelecido pela ANEEL, no montante de R\$ 404.193, bem como o estorno dos custos tributários e encargos regulatórios por ela suportados, deduzidos pelas distribuidoras dos repasses financeiros de Energia Livre, cujos valores não foram efetivamente suportados pelos consumidores, nos termos na Nota Técnica nº 392/2007-SFF/ANEEL, no montante de R\$ 13.795.

Em 12/01/2010, a Aneel publicou a Resolução Normativa nº 387/2009, de 15/12/2009, determinando que as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica realizassem os cálculos necessários à recomposição do valor final da Energia Livre e da Perda de Receita, utilizando a metodologia da referida Resolução, de forma a permitir a apuração dos saldos finais a serem repassados às geradoras.

O prazo para apresentação de tais cálculos à Aneel foi até 28/02/2010, a qual deveria por meio de Despacho, no prazo de até 90 dias, definir os valores que seriam pagos em até 30 dias.

Em 19/05/2010, a Aneel publicou o Despacho nº 1.403, determinando a conciliação dos valores de repasse de Energia Livre entre as Geradoras e as Distribuidoras. A Companhia realizou tais conciliações, na forma do Anexo II do citado Despacho, com o devido encaminhamento àquela Agência.

Em 26/08/2010, a Aneel publicou o Despacho nº 2.517, fixando os montantes finais dos repasses de Energia Livre atualizados até julho de 2010, considerando as conciliações encaminhadas pelas Distribuidoras e Geradoras, signatárias do Acordo Geral do Setor Elétrico. Em conformidade com o referido Despacho, os pagamentos deveriam ser realizados até 29/09/2010.

Face ao Despacho Aneel nº 2.517/2010, os valores referentes ao recebimento a maior das Distribuidoras, por força do Ofício Circular nº 938/2010-SFF/ANEEL, de 24 de agosto de 2010, estão com a sua exigibilidade suspensa até o julgamento dos recursos administrativos interpostos pela Companhia junto à Aneel.

Demonstramos na tabela abaixo, por devedor, os valores do Ativo Regulatório a receber de Energia Livre pela Companhia, não reconhecidos na contabilidade em conformidade com as práticas internacionais.

Saldos a receber	31/12/2010
Empresas	Valor (R\$)
Ampla (Cerj)	9.375
EBE	3.213
CEB	815
Celpe	4.152
Cemig	6.529
Cepisa	1.719
Cesp	4.654
Coelba	4.066
Coelce	389
CSPE	131
Eletronorte	29.796
Eletropaulo	7.680
Energisa Paraíba	108
Energisa Sergipe	809
Escelsa	4.446
Aes Tietê	1.075
CDSA	587
Celesc	551
Celtins	64
CGTEE	63
Copel	408
CPFL	96
Duke energy	1.327
EEB	2
EEEVP	11
Emae	513
Furnas	4.679
RGE	133
Tractebel	471
Total Bruto a Receber	87.862
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(9.375)
Total Líquido a Receber	78.487

Ações Judiciais relativas às contabilizações de energia de curto prazo do período de setembro/2000 a dezembro/2002

Estão em andamento ações judiciais movidas contra a Aneel, referentes às contabilizações de energia de curto prazo, correspondentes ao período de setembro/2000 a dezembro/2002, procedidas pela CCEE. Como parte do processo, a Companhia poderá vir a ser solicitada a arcar com o montante de R\$ 285.923, em valores históricos. Entretanto, de acordo com a avaliação dos seus consultores jurídicos, o risco de perda para a Companhia nesse processo está classificado como “possível”, não cabendo, portanto, provisionamento contábil.

40 - BENS E DIREITOS DA UNIÃO UTILIZADOS PELA CONCESSIONÁRIA

Nos termos da Instrução Contábil nº 6.3.13, do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, a Companhia mantém, em registros auxiliares, bens e direitos da União em regime especial de utilização, segregados por atividade, no montante de R\$ 68.465 (custo corrigido), conforme demonstrativo a seguir:

	31/12/2010								31/12/2009	
	Geração				Transmissão				Geração	Transm.
	Quant itens	Custo Corrigido	Estimativa de Depreciação	Valor líquido	Quant Itens	Custo Corrigido	Estimativa de Depreciação	Valor líquido	Valor líquido	Valor Líquido
Barragem da UHE Castelo Branco	1	56.858	(52.309)	4.549	-	-	-	-	5.686	-
Terrenos	10	2.958	-	2.958	4	223	-	223	2.958	223
Edificações	223	1.688	(1.688)	-	2	13	(12)	1	-	2
Reassentamento da UHE Itaparica	1	5.201	(2.503)	2.698	-	-	-	-	2.854	-
Aeroporto de Guadalupe - PI	1	926	(926)	-	-	-	-	-	-	-
Estrada de acesso à UHE Castelo Branco	1	508	(508)	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	3	90	(83)	7	-	11
Total	237	68.139	(57.934)	10.205	9	326	(95)	231	11.498	236

41 - REMUNERAÇÃO DOS EMPREGADOS E ADMINISTRADORES

Tomando-se por base o mês de dezembro de 2010 e de acordo com a política salarial da Companhia, a maior e a menor remunerações mensais pagas a empregados foram de R\$ 33.234,74 e R\$ 1.117,67, respectivamente; o maior honorário atribuído a dirigentes correspondeu a R\$ 30.956,74. Tais remunerações são compostas de salários permanentes, gratificações e adicionais.

42 – MEIO AMBIENTE

São os seguintes os gastos efetivados pela Chesf, individualmente, de modo a atender aos seus compromissos com o meio ambiente:

Natureza dos Gastos	31/12/2010			31/12/2009	
	Aplicação			Total	
	Imobilizado	Resultado	Total	Total	Total
Manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente	2.628	4.712	7.340	10.914	10.914
Preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	-	1.273	1.273	1.905	1.905
Educação ambiental para a comunidade	96	913	1.009	933	933
Outros projetos ambientais	8.397	1.012	9.409	1.916	1.916
Total	11.121	7.910	19.031	15.668	15.668

- *Manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente*, compreende os gastos com estudos, diagnósticos, levantamentos, planos de uso e programas de monitoramento, dentre outros, não contemplando as ações de recuperação ou mitigação de impacto ambiental.
- *Preservação e/ou recuperação de ambientes degradados*, compreende os gastos com execução de ações voltadas para preservar e/ou recuperar ambientes degradados com impactos já detectados, com uma ação de reparação em andamento, podendo se referir a ambientes aquáticos, terrestres ou atmosféricos.

- *Educação ambiental para a comunidade*, compreende os gastos com ações de educação e/ou capacitação para sustentabilidade, voltadas às comunidades impactadas pela implantação dos empreendimentos da Companhia.
- *Outros projetos ambientais*, compreende os gastos com as demais ações adotadas pela Companhia, tendo como objeto a preservação do meio ambiente.

A Companhia possui compromissos assumidos de gastos com o meio ambiente, no montante de R\$ 6.632, com previsão de desembolso de R\$ 4.257 para o exercício de 2011 e R\$ 2.375 a partir de 2012.

43 - TREINAMENTOS E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAL (não auditada)

A Chesf tem como política permanente a qualificação dos seus dirigentes e empregados, tendo apresentado no período os indicadores a seguir:

Indicadores	31/12/2010	31/12/2009
Nº de empregados treinados	4.822	4.857
Valor Homens/hora treinados (R\$ mil)	417.636	437.067
Média/hora treinamento (R\$)	75,92	80,24
Índice de empregados treinados (%)	88	89
Força de trabalho treinada (%)	3,99	4,18
Investimento total (R\$ mil)	7.695	6.527
Valor médio investido por empregado (R\$ 1,00)	1.399	1.198

44 – EFEITOS DA ADOÇÃO DAS IFRS E CPC NO RESULTADO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS TRIMESTRES FINDOS EM 2010 E 2009

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) facultou às companhias abertas apresentarem suas Informações Trimestrais - ITR durante o exercício de 2010 conforme as normas contábeis vigentes em 2009. Entretanto, exigiu das empresas que adotaram esta opção a reapresentação das ITR de 2010, comparativamente com as de 2009, também ajustadas às novas normas de 2010, no mínimo quando da apresentação das primeiras ITR de 2011. Foi exigida ainda das companhias que se utilizaram desta faculdade a apresentação de uma nota explicativa evidenciando, para cada trimestre de 2010 e 2009, os efeitos no resultado e no patrimônio líquido decorrentes da plena adoção das normas contábeis de 2010.

Saldo pelas práticas anteriores	Controladora		Controladora		Controladora	
	31/03/2010		30/06/2010		30/09/2010	
	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido
Saldo pelas práticas anteriores	16.102.700	433.829	16.447.902	777.196	17.085.986	1.417.751
ICPC 01 - Transmissão Desreconhecimento de ativos e passivos regulatórios	104.415	4.131	108.639	72.102	126.105	25.821
Benefícios pós-emprego	1.991	797	73.296	8.355	22.914	21.720
Equivalência patrimonial	(137.431)	21.896	(139.140)	47.318	(140.849)	69.125
Reclassificações:						
Adiantamento para futuro aumento de capital	(3.018.050)	-	(3.018.050)	-	(3.018.050)	-
Dividendos adicionais	408.393	-	-	-	-	-
Saldo pelas novas práticas	13.461.523	460.158	13.475.883	908.207	14.079.870	1.538.181

Obs.: Valores líquidos de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora		Controladora		Controladora	
	31/03/2009		30/06/2009		30/09/2009	
	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido
Saldo pelas práticas anteriores	13.036.742	263.592	13.342.512	569.362	13.425.237	641.901
ICPC 01 - Transmissão Desreconhecimento de ativos e passivos regulatórios	52.803	17.336	73.380	37.913	79.139	43.672
	(5.897)	2.849	(5.503)	3.244	(4.133)	4.614
Benefícios pós-emprego	(464.704)	(14.710)	(467.211)	(32.341)	(469.720)	(50.005)
Equivalência patrimonial	17.103	17.103	4.816	4.816	(14.603)	(14.603)
Reclassificações:						
Adiantamento para futuro aumento de capital	(294.396)	-	(294.396)	-	(294.396)	-
Dividendos adicionais	279.803	-	-	-	-	-
Saldo pelas novas práticas	12.621.454	286.170	12.653.598	582.994	12.721.524	625.579

Obs.: Valores líquidos de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Consolidado		Consolidado		Consolidado	
	31/03/2010		30/06/2010		30/09/2010	
	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido
Saldo pelas práticas anteriores	16.102.700	433.829	16.447.902	777.196	17.085.986	1.417.751
ICPC 01 - Transmissão Desreconhecimento de ativos e passivos regulatórios	103.920	3.636	111.875	75.338	129.869	29.585
	1.991	797	73.296	8.355	22.914	21.720
Benefícios pós-emprego	(137.431)	21.896	(139.140)	47.318	(140.849)	69.125
Reclassificações:						
Adiantamento para futuro aumento de capital	(3.018.050)	-	(3.018.050)	-	(3.018.050)	-
Dividendos adicionais	408.393	-	-	-	-	-
Saldo pelas novas práticas	13.461.523	460.158	13.475.883	908.207	14.079.870	1.538.181

Obs.: Valores líquidos de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Consolidado		Consolidado		Consolidado	
	31/03/2009		30/06/2009		30/09/2009	
	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido
Saldo pelas práticas anteriores	13.036.742	263.592	13.342.512	569.362	13.425.237	641.901
ICPC 01 - Transmissão Desreconhecimento de ativos e passivos regulatórios	69.906	34.439	78.196	42.729	56.486	29.069
	(5.897)	2.849	(5.503)	3.244	(4.133)	4.614
Benefícios pós-emprego	(464.704)	(14.710)	(467.211)	(32.341)	(469.720)	(50.005)
Reclassificações:						
Adiantamento para futuro aumento de capital	(294.396)	-	(294.396)	-	(294.396)	-
Dividendos adicionais	279.803	-	-	-	-	-
Saldo pelas novas práticas	12.621.454	286.170	12.653.598	582.994	12.713.474	625.579

Obs.: Valores líquidos de imposto de renda e contribuição social diferidos

COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL E DA DIRETORIA**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Ubirajara Rocha Meira
Presidente

Dilton da Conti Oliveira
Conselheiro

Swedenberger do Nascimento Barbosa
Conselheiro

Altino Ventura Filho
Conselheiro

Miriam Aparecida Belchior
Conselheira

Marcelo Viana Estevão de Moraes
Conselheiro

CONSELHO FISCAL

Pedro Gaudêncio de Castro
Presidente

Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos
Conselheira

Marcelo Cruz
Conselheiro

DIRETORIA

Dilton da Conti Oliveira
Diretor-Presidente

Marcos José Mota de Cerqueira
Diretor Econômico-Financeiro

José Ailton de Lima
Diretor de Engenharia e Construção

Mozart Bandeira Arnaud
Diretor de Operação

José Pedro de Alcântara Júnior
Diretor Administrativo

SUPERINTENDÊNCIA DE EXECUÇÃO E CONTROLE ECONÔMICO-FINANCEIRO

José Ivan Pereira Filho
Superintendente
CRC-PE-007552/O-6 – Contador

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Denilson Veronese da Costa
Chefe de Departamento
CRC-PB-004638/O-7 "S" PE – Contador

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco ("Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Examinamos também as demonstrações contábeis consolidadas da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco e suas controladas em conjunto em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na Nota 4.1, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditória dos valores correspondentes Ao balanço patrimonial de 1º de janeiro de 2009

O exame das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2008, cujo balanço patrimonial e as respectivas notas explicativas apresentadas para fins de comparação, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria com data de 27 de fevereiro de 2009, sem ressalvas. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Como parte de nossos exames das demonstrações contábeis de do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, examinamos também os ajustes descritos na Nota 3.1.1 que foram efetuados para alterar o balanço patrimonial e as respectivas notas explicativas de 1º de janeiro de 2009. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício de 2008 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre as demonstrações contábeis de 2008 tomadas em conjunto.

Recife, 28 de abril de 2011

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" PE

Gilberto Bagaiolo Contador
Contador CRC 1RS069038/O-0 "S" PE

Sérgio Eduardo Zamora
Contador CRC 1SP168728/O-4 "S" PE

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do **Relatório da Administração**, bem como do **Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis**, referentes ao exercício findo em 31/12/2010, à vista do Parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, emitido em 28/04/2011, sem ressalvas, elaborado de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil.

Tomou, ainda, conhecimento das seguintes proposições a serem encaminhadas à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas:

1. Proposta do Orçamento de Capital; e
2. Proposta de Destinação do Lucro Líquido do Exercício, com o pagamento de R\$ 599.461 mil de dividendos e retenção R\$ 1.293.792 mil para fazer face ao orçamento de capital de 2011.

O Conselho Fiscal, por unanimidade, é de opinião que **os referidos documentos societários refletem adequadamente**, em todos os aspectos relevantes, **a situação patrimonial, financeira e de gestão** da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf.

Adicionalmente, por unanimidade, manifesta-se **favorável à submissão da proposta de destinação do lucro líquido do exercício e do orçamento de capital** à Assembleia Geral dos Acionistas, na forma apresentada pelo Conselho de Administração.

Brasília, 28 de abril de 2011.

Pedro Gaudêncio de Castro
Presidente

Alex Pereira Benício

Marcelo Cruz